

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA

Thiago Pereira da Silva Mazucato

**DEMOCRACIA E POLÍTICA NA OBRA DE FLORESTAN FERNANDES: O
MOMENTO DE INTERPRETAÇÃO DO BRASIL (1960-1975)**

São Carlos

2016

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA

Thiago Pereira da Silva Mazucato

**DEMOCRACIA E POLÍTICA NA OBRA DE FLORESTAN FERNANDES: O
MOMENTO DE INTERPRETAÇÃO DO BRASIL (1960-1975)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política (PPGPol) da Universidade Federal de São Carlos, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Ciência Política.

Orientadora: Prof^a Dr^a Vera Alves Cepêda.

São Carlos

2016

Ficha catalográfica elaborada pelo DePT da Biblioteca Comunitária UFSCar
Processamento Técnico
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

M476d Mazucato, Thiago Pereira da Silva
Democracia e política na obra de Florestan
Fernandes : o momento de interpretação do Brasil
(1960-1975) / Thiago Pereira da Silva Mazucato. --
São Carlos : UFSCar, 2016.
133 p.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal de
São Carlos, 2016.

1. Florestan Fernandes. 2. Democracia. 3.
Interpretação do Brasil. I. Título.

Folha de Aprovação



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

Centro de Educação e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Ciência Política

Folha de Aprovação

Assinaturas dos membros da comissão examinadora que avaliou e aprovou a Defesa de Dissertação de Mestrado do candidato Thiago Pereira da Silva Mazucato, realizada em 04/03/2016:

Profa. Dra. Vera Alves Cepêda
UFSCar

Prof. Dr. Joelson Gonçalves de Carvalho
UFSCar

Prof. Dr. Bernardo Ricupero
USP

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer, inicialmente, à Prof^ª Dr^ª Vera Alves Cepêda pela amizade e carinho com que trilhamos os primeiros passos da minha trajetória de pesquisador iniciante, que compreende desde o nosso trabalho de iniciação científica desenvolvido na graduação quanto a orientação na presente dissertação de mestrado. A ela devo expressar o meu mais profundo respeito e agradecimento por permitir-me conviver e discutir com uma intelectual do seu quilate da forma mais íntegra que qualquer estudante desejaria para a sua vida de pesquisador.

À minha mãe e ao meu grande amigo Jonas sinto-me obrigado a agradecer-lhes todo o apoio e carinho, fundamentais em todos os momentos de minha vida, e indispensáveis naqueles em que os desafios se aparentam intransponíveis. Quando os caminhos a percorrer se pareciam com tarefas impossíveis, este apoio e carinho me permitiu encontrar forças para seguir adiante e transpor as barreiras.

Ao *Fundo Florestan Fernandes*, o acervo pessoal de Florestan presente na Biblioteca Comunitária da UFSCar, gostaria de agradecer pela parceria, através da qual muitas questões importantes sobre a obra de Florestan Fernandes puderam ser melhor compreendidas, seja pelo acesso a materiais que somente a gentileza das pessoas que constituem a sua equipe tornou possível, seja pela compreensão das necessidades da pesquisa que apresentamos nesta dissertação, que pudemos também contar com a sua parceria para a elaboração de outras atividades e materiais relacionadas à obra e ao pensamento de Florestan Fernandes.

Agradeço também à Prof^ª Dr^ª Heloísa Fernandes, pelo envio de textos e documentos, bem como ao Prof. Dr. Diogo Valença de Azevedo Costa, pelo diálogo crítico e pela colaboração em trabalhos sobre Florestan Fernandes.

Agradeço à Prof^ª Dr^ª Vera Cepêda pela confiança em mim depositada para juntos organizarmos o livro *Florestan Fernandes, 20 anos depois – um exercício de memória*. Através desta publicação pude entrar em contato com uma rede de pesquisadores sobre a obra de Florestan Fernandes, como a Prof^ª Dr^ª Heloísa Fernandes, o Prof. Dr. Gabriel Cohn, o Prof. Dr. Bernardo Ricupero, o Prof. Dr. Alejandro Blanco, o Prof. Dr. Luiz Carlos Jackson, o Prof. Dr. Edison Bariani, o Prof.

Dr. Diogo Valença de Azevedo Costa, a Prof^a Dr^a Eliane Soares Veras e o Doutorando Aristeu Portela Júnior.

Agradeço também ao Prof. Dr. Bernardo Ricupero, por sua excelente arguição no exame de qualificação desta dissertação, por suas colocações profundas e precisas, que me permitiram realizar uma série de correções no trabalho inicialmente proposto e alicerçar o presente trabalho que se segue, bem como ao Prof. Dr. Milton Lahuerta e ao Prof. Dr. Joelson Gonçalves de Carvalho, pela participação na banca de defesa.

Por fim, agradeço à CAPES pelo apoio fundamental durante os dois anos de pesquisa necessários para elaborar o presente trabalho.

“Existem várias maneiras de reagir.
A omissão é que é injustificável”

Florestan Fernandes

RESUMO

Este trabalho teve como objetivo analisar os deslocamentos teóricos e conceituais num conjunto obras de Florestan Fernandes publicadas no período de 1960 a 1975 que consideramos como sendo suas obras de interpretação do Brasil: *Mudanças Sociais no Brasil* (1960), *A Sociologia Numa Era de Revolução Social* (1962), *Sociedade de Classes e Subdesenvolvimento* (1968), *Capitalismo Dependente e Classes Sociais na América Latina* (1973) e *A Revolução Burguesa no Brasil* (1975). A questão geral que orientou a pesquisa consistiu em averiguar a maneira como a temática da democracia aparece nestas obras, atravessando as suas reflexões sobre temas como a dependência, o subdesenvolvimento, e o planejamento, todos temas relacionados com a esfera da Política, e foi adotada a perspectiva metodológica do contextualismo linguístico (Reinhart Koselleck, Quentin Skinner, John Pocock) para analisar os deslocamentos teóricos e conceituais de Florestan nas referidas obras.

ABSTRACT

This work aimed to analyze the theoretical and conceptual shifts in a group of books of Florestan Fernandes published in the period 1960-1975 we consider to be their works of interpretation of Brazil: *Social Changes in Brazil* (1960), *The Sociology in an Age of Social Revolution* (1962), *Class Society and Underdevelopment* (1968), *Dependent Capitalism and Social Classes in Latin America* (1973) and *The Burgeois Revolution in Brazil* (1975). The general question that guided the research was to investigate how the issue of democracy appears in this Works, crossing their reflections on topics such as dependency, underdevelopment and planning, all issues related to the sphere of Policy, and was adopted the methodological perspective of linguistic contextualism (Reinhart Koselleck, Quentin Skinner, John Pocock) to analyze the theoretical and conceptual shifts of Florestan Fernandes in these works.

Lista de Ilustrações

Figura 01 – Eixos temáticos da trajetória intelectual de Florestan Fernandes	10
Figura 02 – Concepção de Florestan Fernandes sobre “desenvolvimento” e “mudanças sociais” nos anos 1950 e primórdios da década de 1960	112
Figura 03 – Concepção de Florestan Fernandes sobre “desenvolvimento” e “mudanças” sociais a partir de meados da década de 1960	113
Gráfico 01 – Dispersão histórica da publicação dos manuais de sociologia elaborados no Brasil no período compreendido entre os anos 1900 a 1945	22
Gráfico 02 – Origem acadêmica dos autores dos manuais de sociologia elaborados no Brasil no período compreendido entre os anos 1900 a 1945	23
Gráfico 03 – Percentual da produção industrial dos estados de São Paulo, Rio de Janeiro (incluindo Distrito Federal), Minas Gerais, Bahia e Rio Grande do Sul, em relação ao total da produção industrial do Brasil, no período de 1907 a 1929	24
Gráfico 04 – Percentual da população do estado de São Paulo em relação à população total do Brasil, de 1872 a 1950	25
Gráfico 05 – Percentual da população dos estados de São Paulo, Minas Gerais, Bahia e Rio de Janeiro (incluindo Distrito Federal), em relação à população total do Brasil, de 1872 a 1950	26
Gráfico 06 – Percentual do eleitorado dos estados de São Paulo, Minas Gerais, Bahia, Rio de Janeiro (incluindo Distrito Federal) e Rio Grande do Sul, em relação ao eleitorado total do Brasil, no período de 1908 a 1960	26
Gráfico 07 – Principais autores citados por Florestan Fernandes nas obras <i>Ensaio de Sociologia Geral e Aplicada</i> (1960), <i>Elementos de Sociologia Teórica</i> (1970) e <i>A Natureza Sociológica da Sociologia</i> (1980)	35

Lista de Abreviaturas e Siglas

CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina
ELEMENTOS	Elementos de Sociologia Teórica
ELSP	Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo
ENSAIOS	Ensaaios de Sociologia Geral e Aplicada
UDF	Universidade do Distrito Federal
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

Introdução, **01**

I. A trajetória intelectual de Florestan Fernandes e as Ciências Sociais no Brasil, **16**

1.1 – Alguns apontamentos sobre as Ciências Sociais no Brasil, **18**

1.2 – A trajetória intelectual de Florestan Fernandes, **30**

II. Florestan Fernandes e a interpretação do Brasil: ciência e mudança social, **41**

2.1 – A relação entre ciência e sociedade nos *manuais* elaborados por Florestan Fernandes, **43**

2.2 – A interpretação do Brasil: o conhecimento científico da realidade nacional, **54**

III. Interpretação histórica e transformação política, **73**

3.1 – Dependência, subdesenvolvimento e desenvolvimento, **76**

Considerações Finais, **105**

Referências, **115**

Anexos, **123**

INTRODUÇÃO

Florestan Fernandes é considerado um importante intelectual com papel destacado na trajetória das Ciências Sociais no Brasil a partir do final da década de 1940¹. O conjunto de sua obra apresenta-se como uma produção intelectual de grande envergadura e duração, tendo produções significativas nas áreas da Antropologia e da Sociologia na década de 1950, avançando na década de 1960 e de 1970 com uma produção sociológica que se aproxima de questões políticas e econômicas e, desde meados da década de 1970 com uma produção sociológica que classificamos como sendo de caráter mais militante (consultar Anexo F). Ainda que nesta pesquisa tenhamos que percorrer mais profundamente uma parte desta trajetória intelectual de Florestan Fernandes, ressaltamos que o foco da nossa análise recairá sobre os deslocamentos conceituais dentro de sua obra durante o período de 1960 a 1975².

Sem desconsiderar as implicações de cunho sociológico sobre a análise de sua trajetória intelectual, esta pesquisa na obra de Florestan Fernandes foi orientada pelo objetivo de trazer para o primeiro plano de nossa análise alguns elementos do seu *pensamento político*³. O intelectual Florestan Fernandes assume, portanto, interesse analítico nesta pesquisa na medida em que é considerado enquanto o criador e mobilizador de algumas ideias sobre a realidade política, econômica e social do Brasil,

¹ Temos em consideração o corte epistemológico que ocorre na década de 1930 e que se reflete na produção sociológica da década de 1940, em que o *pensamento sociológico* passa a se distanciar da *sociologia científica*, conforme nos relata Ortiz: “Até a década de 1940 a produção de pensamento sociológico no Brasil se fazia dentro de um contexto em que literatura, filosofia, discurso político, beletrismo, se misturavam. Uma disciplina marcada pelo ecletismo e pelo ensaísmo, que se construía sobre o fundamento de afirmações genéricas que prescindiam de um trabalho sistemático de pesquisa” (Ortiz, 1990: 165). Sugerimos também *cf.* Mota (1977), Miceli (1989a; 1989b), Ianni (1989; 1991; 2011), Arruda (1989; 2001), Candido (2001; 2006), Jackson (2007), Brandão (2007), Ricupero (2008b), Botelho (2011), Bastos (2011).

² A seleção do objeto e o recorte temporal da pesquisa serão explicados pormenorizadamente mais adiante.

³ Foi utilizado nesta pesquisa o conceito de *pensamento político* conforme definido por Gildo Marçal Brandão, quando afirma que “Sem deixar de examinar o conteúdo substantivo das ideologias e visões-de-mundo, a ênfase analítica será posta na descrição das ‘formas de pensar’ subjacentes – estruturas e categorias teóricas, com base nas quais a realidade é percebida, a experiência prática elaborada e a ação política organizada. (...) Centrada no exame dos principais textos e conceitos que materializam tais formas de pensar, a discussão, logo se vê, não se reduz à enésima leitura de autores ou contextos irremediavelmente passados” (Brandão, 2007: 30). Ainda sobre esta questão *cf.* Lynch (2013).

ideias estas que participaram do debate intelectual da época em que foram produzidas⁴. Neste sentido os objetivos da presente pesquisa ultrapassaram o que se poderia denominar como sendo a compreensão da origem social do intelectual Florestan Fernandes (embora a mesma esteja presente em nossa análise de forma secundária). O foco da pesquisa recaiu sobre um tratamento analítico que buscou, primeiramente, identificar categorias e conceitos recorrentes em sua produção intelectual dentro do período analisado, orientando esta pesquisa pelos pressupostos metodológicos do contextualismo linguístico, conforme desenvolvidos por Reinhart Koselleck, John Pocock e Quentin Skinner⁵. Partindo deste ponto surgiu o questionamento sobre um desdobramento natural dessa premissa metodológica: se o contexto pesa no surgimento de um constructo intelectual, este, por sua vez, também impacta no ambiente ou contexto histórico que o cerca, abrigando uma segunda face da natureza política que as teorias podem conter. A partir deste pressuposto que orienta os estudos de pensamento político e social, o foco desta pesquisa recaiu sobre os deslocamentos teóricos e conceituais na obra selecionada de Florestan Fernandes do período de 1960 a 1975. Concordamos também com a literatura que afirma que em casos periféricos, como o brasileiro, as ideias tiveram grande importância no debate político (Toledo: 1986, 2011; Miceli: 1989b; Pécaut: 1990; Ricupero: 2000, 2006; Bastos: 2006; Cepêda: 2006, 2008, 2012; 2006; Brandão: 2007, 2010; Botelho: 2008; Lahuerta: 2008; Maia: 2009; Ferreira & Botelho: 2010; Lynch: 2013; Bariani: 2015). Gildo Marçal Brandão afirma que:

(...) o que nos interessa ver é como a sociedade, os diversos grupos sociais produziram os intelectuais de que necessitam por meio da academia, ou como a produção intelectual gerada no interior desta refletiu e elaborou processos sociais mais amplos, extravasou os limites da intelectualidade e se tornou forma de consciência social. (Brandão, 2010: 368)

Estas colocações de Gildo Marçal Brandão suscitaram a questão *quem são estes intelectuais?*⁶ e, tendo em vista o mapeamento que ele mesmo realizara destes

⁴ Apenas para ilustrar este fenômeno poderíamos indicar as discussões públicas entre Florestan Fernandes e Guerreiro Ramos. Cf. Bariani (2015).

⁵ A perspectiva metodológica do contextualismo linguístico será abordada mais detidamente ainda nesta *Introdução*, mais adiante. Cf. Mannheim (1972), Koselleck (1999), Jasmin (2005), Jasmin & Feres Júnior (2006), Skinner (2009), Silva (2009; 2010), Lopes (2011), Pocock (2013).

⁶ De acordo com Gildo Marçal Brandão, podemos considerar como “clássicos” da tradição de pensamento político e social no Brasil “(...) visconde de Uruguai, Tavares Bastos, Silvio Romero, Joaquim Nabuco, Rui Barbosa, Euclides da Cunha, Alberto Torres, Oliveira Viana, Azevedo Amaral, Gilberto Freire, Sérgio Buarque de Holanda, Nestor Duarte, Caio Prado Jr., Raimundo Faoro, Vítor Nunes Leal, Guerreiro Ramos, Florestan Fernandes, Celso Furtado, etc.” (Brandão, 2007: 23). Sobre a trajetória do pensamento

intelectuais, nesta pesquisa foi feita a opção para trabalhar com uma classificação a partir das pistas deixadas por Pécaut (1990), que no subtítulo de seu livro (*Os Intelectuais e a Política no Brasil – entre o Povo e a Nação*) apontava para dois tipos de inclinações dos intelectuais: um primeiro tipo de inclinação era constituída por aqueles intelectuais que adentraram mais diretamente no aparelho de Estado, ou seja, são intelectuais cujas ideias tiveram uma *ação* mais direta no campo da política, orientando a consecução de projetos, processos e atos que influenciaram o campo institucional, como são os casos, por exemplo, de Fernando de Azevedo, Francisco Campos, Oliveira Vianna, Guerreiro Ramos e Celso Furtado; e o segundo tipo de inclinação intelectual consiste naquela dos intelectuais que tiveram um protagonismo no *debate político* da época, formulando suas interpretações sobre o Brasil, porém não adentraram diretamente no aparelho de Estado – o caso de Florestan Fernandes é exemplar desta categoria, uma vez que as suas ideias e interpretações sobre o Brasil ocuparam um espaço privilegiado no debate intelectual e político dos anos 1960 a 1975⁷. O próprio Florestan adverte sobre a importância política dos intelectuais para os processos de mudanças sociais progressivas, uma vez que:

As atitudes, motivações e valores, que entram em jogo, como obstáculos a mudanças sociais progressivas, fazem parte do funcionamento normal das instituições e se inserem, em virtude de suas influências dinâmicas, nos padrões existentes de organização da personalidade, da cultura e da sociedade. Por isso, acaba sendo indispensável intervir na capacidade do homem de entender e modificar, socialmente, essa porção mais ou menos “sacrossanta” e “intocável” de sua herança cultural. (...) Deveras mais relevante que a insistência crônica nos alvos é o esclarecimento de outras condições, relacionadas com as várias espécies de *impedimento* vinculadas à organização, ao funcionamento e ao rendimento das instituições sociais. (Fernandes, 1976a: 263)

Desta maneira, a perspectiva metodológica do contextualismo linguístico, ao afirmar que, ao publicar suas ideias, um determinado intelectual “(...) estaria portanto ingressando num contexto polêmico para definir a superioridade de determinadas concepções, produzindo alianças e adversários, e buscando a *realização* prática de suas ideias” (Jasmin, 2005: 28), tal perspectiva metodológica nos permitiu abordar o deslocamento teórico e conceitual na obra selecionada de Florestan Fernandes do

político e social brasileiro *cf.* Mota (1977), Pécaut (1990), Candido (2006), Weffort (2006), Brandão (2007), Jackson (2007), Botelho & Schwarcz (2009; 2011), Cardoso (2013).

⁷ Vale ressaltar que houve momentos em que o próprio Florestan participou como agente político dentro do aparelho de Estado, o que ocorreria, por exemplo, a partir de 1986, quando se elegeu deputado federal, transformando-se em ator político do poder legislativo em âmbito federal.

referido período. Neste sentido a pesquisa se orientou pela questão *qual a dimensão dos conceitos e dos deslocamentos conceituais na obra de um autor?* e, inspirando-nos nos pressupostos metodológicos de Koselleck pudemos verticalizar a análise da obra de Florestan Fernandes isolando os principais conceitos nela presentes. De acordo com o próprio Koselleck:

Em nosso método, os conceitos são tratados como mais do que significados de termos que podem ser definidos de modo não ambíguo. Ao contrário, conceitos políticos e sociais são produzidos por um processo semiótico de longa duração que abarca experiências multiformes e contraditórias. Tais conceitos podem evocar reações e expectativas complexas e conflitantes. Obviamente, um conceito político e social com muitas facetas derivadas de usos passados não pode ser reduzido a uma simples ideia básica. (...) Só depois de um conceito obter este *status*, ele se cristaliza em uma única palavra ou termo, tal como “revolução”, “Estado”, “sociedade civil” ou “democracia”. Conceitos básicos combinam experiências e expectativas multiformes de tal modo que se tornam indispensáveis para qualquer formulação dos temas mais urgentes de um determinado tempo. Portanto, os conceitos básicos são altamente complexos, sempre controversos e disputados. É isto que os faz historicamente significativos e os separa dos termos puramente técnicos ou profissionais. Nenhuma ação política, nenhum comportamento social, pode ocorrer sem um estoque mínimo de conceitos básicos que persistiram durante longos períodos; que subitamente apareceram, desapareceram e reapareceram; ou que foram transformados rápida ou lentamente. Tais conceitos devem, por esta razão, ser interpretados de modo a pôr em ordem os seus múltiplos significados, as suas contradições internas e suas aplicações variáveis nas diferentes camadas sociais. (Koselleck, 2006: 103)

As condições (que estimulam ou limitam) a formulação de determinadas ideias são exploradas mais diretamente pelos pressupostos metodológicos de John Pocock ao tratar da relação entre o repertório político de determinado período e das possibilidades de utilização deste repertório pelos intelectuais deste mesmo período. Dado que os intelectuais elaboram as suas ideias utilizando-se da linguagem mais ampla que o contexto político em que vivem lhes torna acessível, Pocock concebe as ideias dos intelectuais como *lances*⁸ dentro da *gramática política*⁹ de suas épocas. Seu pressuposto

⁸ Pocock afirma que “Quando um autor efetua um ato dessa natureza, costumamos dizer que ele executou um ‘lance’. A expressão sugere jogo e manobra tática, e nossa compreensão de ‘o que ele estava fazendo’ quando executou seu lance depende portanto, em grande parte, de nossa compreensão da situação prática na qual ele se encontrava, do argumento que ele desejava defender, da ação ou norma que ele desejava legitimar ou invalidar, e assim por diante.” (Pocock, 2013: 39).

⁹ Sobre a *gramática política* de uma determinada época, Araújo (2013) afirma que “Fundamental, portanto, num trabalho desta natureza, é o esforço de decifrar a gramática mais profunda que se supõe estar nos textos estudados: seus termos básicos, as ocasiões típicas em que são empregados, o modo pelo qual se complementam, e se opõem e assim por diante” (Araújo, 2013: 11).

metodológico “procura identificar as balizas para a compreensão do debate político no período” (Araújo, 2013: 15). O próprio Pocock afirma que:

Uma grande parte de nossa prática como historiadores consiste em aprender a ler e reconhecer os diversos idiomas do discurso político da forma pela qual se encontravam disponíveis na cultura e na época em que o historiador está estudando: identificá-los à medida que aparecem na textura linguística de um determinado texto e saber o que eles comumente teriam tornado possível ao autor do texto propor ou “dizer”. A determinação de até que ponto o emprego que o autor faz desses idiomas era incomum vem mais tarde. (...) Quanto mais ele puder provar (a) que diversos autores empregaram o mesmo idioma e nele efetuaram enunciações diversas e até mesmo contraditórias, (b) que o idioma é recorrente em textos e contextos além daqueles em que foi detectado pela primeira vez, e (c) que os autores expressaram em palavras sua consciência de que estavam empregando tal idioma e desenvolveram linguagens críticas e de segunda ordem para comentar ou regular o emprego desse idioma – tanto mais a confiança desse historiador em seu próprio método aumentará. (Pocock, 2013: 33-4)

Por sua vez, as contribuições metodológicas de Quentin Skinner permitem interpolar a obra dos intelectuais com o objetivo de compreender o *sentido* e o *significado* das ideias nela presentes, o que poderia ser resumido nas seguintes etapas: (i) através de uma análise imanente da obra identificar os principais conceitos nela presentes, (ii) compreender as *intenções* do autor que o motivaram a escrever e publicar tais ideias e (iii) compreender as consequências da publicação de tais ideias. Skinner assim se manifesta sobre o seu pressuposto metodológico:

To understand any serious utterance, we need to grasp not merely the meaning of what is said, but at the same time the intended force with which the utterance is issued. We need, that is, to grasp not merely what people are saying but also what they are *doing in* saying it. To study what past thinkers have *said* about the canonical topics in the history of ideas is, in short, to perform only the first of two hermeneutic tasks, each of which is indispensable if our goal is that of attaining an historical understanding of what they wrote. As well as grasping the meaning of what they said, we need at the same time to understand what they meant by saying it. (Skinner, 2009: 82)

Para Skinner, uma pesquisa que se oriente por tais pressupostos metodológicos permite compreender, em sentido amplo, o *significado* das ideias de um determinado autor, alertando também para dois equívocos recorrentes na aplicação de tal metodologia: o primeiro deles consiste num excesso de *textualismo*, o qual diminui a importância do contexto, e o segundo consiste num excesso de *contextualismo*, o qual

despreza a relevância do próprio texto e da capacidade de iniciativa intelectual dos autores (suas intenções) ao escreverem e publicarem seus textos.

Dado que a obra de Florestan já recebeu vários tratamentos acadêmicos, principalmente através de dissertações e teses, na chave biográfica¹⁰, sociológica¹¹, educacional¹², econômica¹³ e histórica¹⁴, especificamente no campo da Ciência Política acreditamos, entretanto, que sua obra não tenha sido analisada enquanto uma unidade, a qual possui conceitos e categorias (com especificidades teóricas) que lhe permita o tratamento que a ela foi dispensado nesta pesquisa, ou seja, enquanto *pensamento político e social* de Florestan Fernandes¹⁵. Como será demonstrado mais adiante, um tratamento da obra de Florestan Fernandes enquanto unidade, como aqui se propõe, para orientar teoricamente esta pesquisa, deve levar em consideração que as suas ideias são produtos de uma obra vasta e densa, a qual pode ser separada para fins analíticos em *fases*, mas não se pode perder de vista que mesmo uma determinada fase de sua obra pode ser melhor compreendida quando situada na configuração maior que assume a sua totalidade. Desta forma os deslocamentos teóricos e conceituais operados por Florestan, seja ao longo de toda a sua obra ou apenas dentro de uma das suas fases (constituindo este último a perspectiva que foi adotada nesta pesquisa) podem ser melhor compreendidos.

Como a produção intelectual de Florestan inicia-se na segunda metade da década de 1940 e estende-se até o seu falecimento em 1995 (conferir Anexo F), consistindo em uma safra de obras de quase cinco décadas, foi preciso, primeiramente, compreender a natureza e a extensão desta obra como um todo, para, em seguida, discutir-se uma periodização da mesma, com a finalidade de situar a presente pesquisa e de justificar o recorte – temporal e de objeto – nela proposto. Neste sentido, de forma

¹⁰ Cf. Soares (1997), Cohn (2008), Cósia (2012).

¹¹ Cf. Mazza (1997), Martins (2002; 2008), Bariani (2003), Mariosa (2003; 2007), Silva (2004), Costa (2004; 2009), Araújo (2006), Guedes (2007), Shiota (2010), Motta (2012), Brasil Junior (2013).

¹² Cf. Barão (2008), Totti (2009).

¹³ Cf. Paiva (1991), Sampaio Jr. (1997).

¹⁴ Cf. Rodrigues (2006; 2012).

¹⁵ Não podemos nos esquecer dos artigos e capítulos de livros que foram produzidos sobre Florestan Fernandes, com aspectos biográficos e de sua obra. Cf. Mota (1977), Cohn (1986; 1999; 2005; 2015), D'Incao (1987), Ianni (1991; 1996; 2011), Cândido (1996a; 1996b; 2001), Sacchetta (1996), Limoeiro-Cardoso (1997), Martins (1998), Garcia (2002), Lahuerta (2005; 2008), Sereza (2005; 2014), Freitag (2005), Fernandes, H. (2006; 2014; 2015), Ricupero (2008a; 2015), Pinto (2008), Arruda (2010), Soares (2011), Cardoso (2013), Pericás & Secco (2014), Cepêda & Mazucato (2015), Blanco & Jackson (2015), Costa (2015), Soares & Portela Jr. (2015).

bastante ampla, pode-se compreender a totalidade da produção intelectual de Florestan como portadora de um pensamento robusto que se reposiciona ao longo do tempo:

A obra de Florestan Fernandes é contemporânea do seu tempo, no sentido de que expressa de forma clara e desenvolvida estas duas dimensões: responde aos desafios do presente e reinterpreta o passado, desvendando outros nexos entre ambos. Começa a realizar-se na década dos quarenta, quando está em marcha a luta contra o nazi-fascismo, em escala mundial, e a ditadura do Estado Novo, em âmbito nacional. Desdobra-se pelas décadas subsequentes, ao longo da república populista, da ditadura militar e da Nova República dos anos oitenta. Debruça-se sobre o presente no que ele tem de insólito e velho, provocativo e decrépito. E volta-se às várias épocas passadas, de modo a resgatar os nexos desconhecidos ou esquecidos, sem os quais o presente permanece opaco. Nesse percurso, abre perspectivas para o descortínio do futuro. (Ianni, 1989: 120)

De modo geral compreendemos que existem algumas temáticas que orientaram a reflexão e a produção intelectual de Florestan durante toda a sua trajetória, as quais poderíamos subdividir, para fins de análise, em oito grandes eixos temáticos, cada um dos quais contendo um conjunto de títulos publicados durante certo intervalo de tempo. Assim, encontramos, ao longo de toda a sua produção, publicações sobre um conjunto temático que organizamos em oito grandes eixos:

1. **a temática antropológica e o folclore** (1949 a 1978), compreendendo as seguintes obras: *A Organização Social dos Tupinambá* (publicada originalmente em 1949, cf. Fernandes: 1963), *A Função Social da Guerra na Sociedade Tupinambá* (publicada originalmente em 1952, cf. Fernandes: 1952), *Folclore e Mudança Social na Cidade de São Paulo* (publicada originalmente em 1961, cf. Fernandes: 2004), *A Investigação Etnológica no Brasil e outros Ensaio*s (publicada originalmente em 1975, cf. Fernandes: 2009b) e *O Folclore em Questão* (publicado originalmente em 1978, cf. Fernandes: 2003);
2. **as relações raciais no Brasil** (1959 a 1994), compreendendo as seguintes obras: *Branco e Negro em São Paulo* (publicado originalmente em 1959 em coautoria com Roger Bastide, cf. Fernandes & Bastide: 2009), *A Integração do Negro na Sociedade de Classes* (publicado originalmente em 1964, cf. Fernandes: 2013a; 2013b), *O Negro no Mundo dos Brancos* (publicada originalmente em 1972, cf. Fernandes: 2007), *O Significado do*

Protesto Negro (Fernandes: 1989a) e *Consciência Negra e Transformação da Realidade* (Fernandes: 1994a);

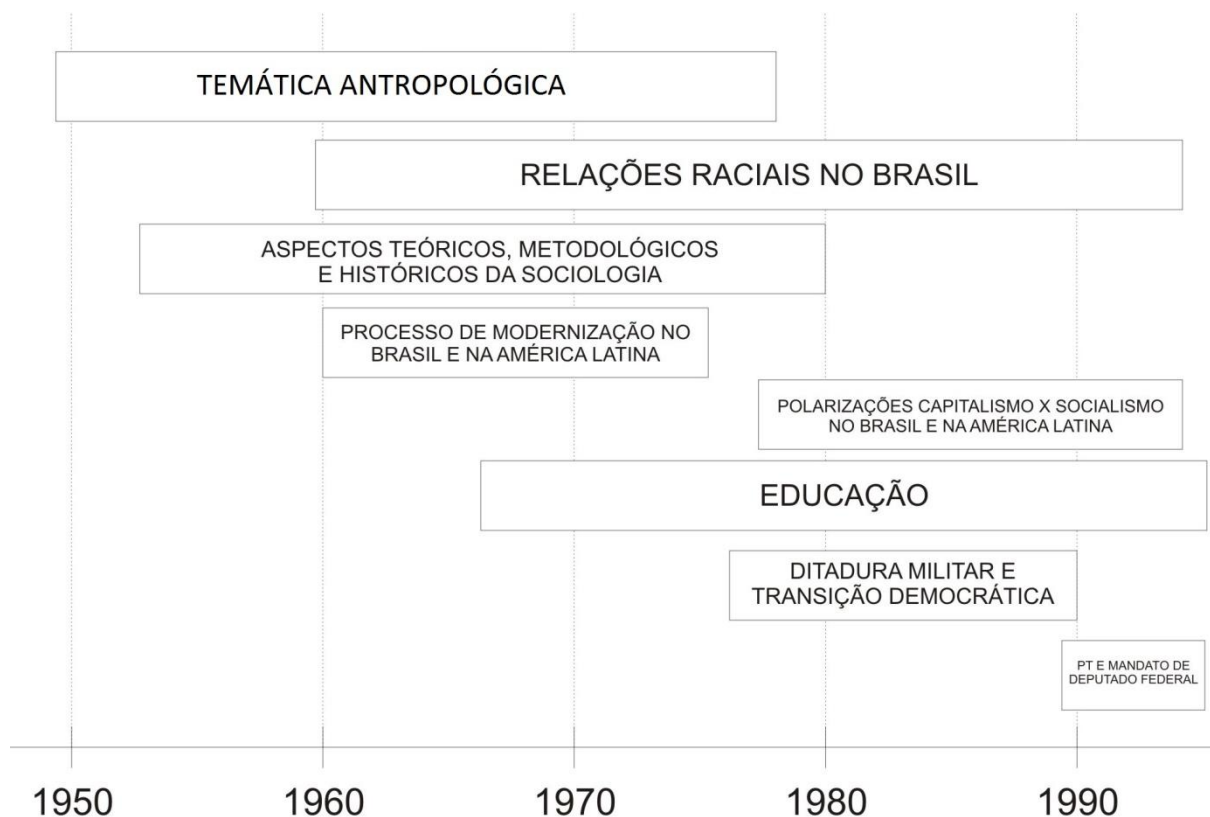
3. **os aspectos teóricos, metodológicos e históricos da sociologia** (1953 a 1980), compreendendo as seguintes obras: *Ensaio Sobre o Método de Interpretação Funcionalista na Sociologia* (Fernandes: 1953), *A Etnologia e a Sociologia no Brasil – Ensaio sobre aspectos da formação e desenvolvimento das Ciências Sociais no Brasil* (Fernandes: 1958), *Ensaio de Sociologia Geral e Aplicada* (publicado originalmente em 1960, cf. Fernandes: 1976b), *Fundamentos Empíricos da Explicação Sociológica* (Fernandes: 1967), *Elementos de Sociologia Teórica* (Fernandes: 1970), *Comunidade e Sociedade – volume 1* (Fernandes: 1972), *Comunidade e Sociedade – volume 2* (Fernandes: 1973), *A Sociologia no Brasil – contribuição para o estudo de sua formação e desenvolvimento* (Fernandes: 1977), *A Condição de Sociólogo* (Fernandes: 1978) e *A Natureza Sociológica da Sociologia* (Fernandes: 1980a);
4. **o processo de modernização no Brasil e na América Latina** (1960 a 1975), compreendendo as seguintes obras: *Mudanças Sociais no Brasil* (Fernandes: 1960), *A Sociologia numa Era de Revolução Social* (publicado originalmente em 1962, cf. Fernandes: 1976a), *Sociedade de Classes e Subdesenvolvimento* (publicado originalmente em 1968, cf. Fernandes: 1981a), *Capitalismo Dependente e Classes Sociais na América Latina* (publicado originalmente em 1973, cf. Fernandes: 2009a) e *A Revolução Burguesa no Brasil* (publicado originalmente em 1975, cf. Fernandes: 2005);
5. **sobre a polarização capitalismo/socialismo no Brasil e na América Latina** (1977 a 1994), compreendendo as seguintes obras: *As Classes Sociais na América Latina* (1977), *Da Guerrilha ao Socialismo: a Revolução Cubana* (Fernandes: 1979a), *Movimento Socialista e Partidos Políticos* (Fernandes: 1980c), *Poder e Contra-Poder na América Latina* (Fernandes: 1981b) e *Democracia e Desenvolvimento – A Transformação da Periferia e o Capitalismo Monopolista da Era Atual* (Fernandes: 1994b);
6. **sobre a educação** (1966 a 1995), compreendendo as seguintes obras: *Educação e Sociedade no Brasil* (Fernandes: 1966), *A Universidade Brasileira – Reforma ou Revolução?* (Fernandes: 1975), *A Questão da USP*

(Fernandes: 1984), *O Desafio Educacional* (Fernandes: 1989b), *LDB: Impasses e Contradições* (Fernandes: 1993) e *Tensões na Educação* (Fernandes: 1995a);

7. **sobre a ditadura militar e a transição para a democracia** (1976 a 1990), compreendendo as seguintes obras: *Circuito-Fechado* (Fernandes: 1976c), *Apontamentos sobre a “Teoria do Autoritarismo”* (Fernandes: 1979b), *Brasil: Em Compasso de Espera* (Fernandes: 1980d), *A Ditadura em Questão* (Fernandes: 1982), *Nova República?* (Fernandes: 1986a), *Que Tipo de República?* (Fernandes: 1986b), *O Processo Constituinte* (Fernandes: 1988), *A Constituição Inacabada, Vias Históricas e Significado* (Fernandes: 1989c), *A Transição Prolongada* (Fernandes: 1990a) e *As Lições da Eleição* (Fernandes: 1990b);
8. **sobre o Partido dos Trabalhadores e seu mandato como deputado federal** (1989 a 1995), compreendendo as seguintes obras: *Pensamento e Ação: O PT e os Rumos do Socialismo* (Fernandes: 1989d), *O PT em Movimento* (Fernandes: 1991), *Reflexão sobre o Socialismo e a Autoemancipação dos Trabalhadores* (1991), *Parlamentarismo: Contexto e Perspectiva* (Fernandes: 1992a), *O Colapso do Governo Collor e Outras Reflexões* (Fernandes: 1992b) e *Em Busca do Socialismo* (Fernandes: 1995b).

Vale ressaltar que, durante todo o período entre os anos 1940 até o final de sua vida em 1995, a produção de Florestan Fernandes dialoga com a agenda intelectual de cada época¹⁶. Podemos visualizar na figura abaixo a duração dos referidos eixos temáticos elencados anteriormente:

¹⁶ É possível ilustrar esta questão ao se comparar os eixos temáticos da produção intelectual de Florestan Fernandes, conforme elencados acima, com o que Ianni afirma sobre quais foram os principais aspectos da agenda intelectual de 1945 a 1964 e do período posterior a 1964. Sobre o primeiro período e parte do segundo, Ianni assim se expressou: “As pesquisas sociológicas abordam os mais diversos temas, desde a crise da sociedade agrária (tradicional, arcaica, etc.) até o golpe de Estado (em 1945, 1954-55, 1961, 1964), desde o nacionalismo econômico e desenvolvimentista até a hipótese do subimperialismo brasileiro nos países vizinhos. Eleições e golpes de Estado, democracia representativa e burguesa, reforma e revolução, além de muitos outros, são temas aos quais os sociólogos dedicaram pesquisas, artigos, ensaios ou monografias” (Ianni, 1989: 12). Mais especificamente sobre a agenda intelectual posterior a 1964, assim se expressou Ianni: “Durante a ditadura militar, o discurso do poder era principalmente econômico, escrito pelo economista, sempre tutelado pelo militar. E pairando sobre ambos, estava o grande capital. Com a Nova República, esse discurso adquiriu ingredientes de política,

Figura 01 – Eixos temáticos da trajetória intelectual de Florestan Fernandes

Fonte: elaborado pelo autor.

Dado que a atuação de Florestan Fernandes na trajetória das Ciências Sociais no Brasil é reconhecida como tendo um protagonismo neste processo (Mota: 1977; Cohn: 1986; Ianni: 1989; Sereza: 2005; Cândido: 2006; Jackson: 2007; Pinto: 2008; Cardoso: 2013), e também que a sua produção intelectual não constituiu apenas num produto acadêmico, mas participou do debate intelectual das décadas de 1950 a 1970 (Mota: 1977; Pécaut: 1990; Brandão: 2007), para o objetivo a que nos propusemos – averiguar os deslocamentos teóricos e conceituais na obra de Florestan Fernandes – acreditamos que as suas publicações sobre o processo de modernização no Brasil e na América Latina¹⁷ (1960 a 1975), conforme expusemos na classificação acima, nos forneceram vários elementos para a presente pesquisa. São dados significativos:

sociologia, antropologia. Antes falava-se em segurança e desenvolvimento, potência emergente, milagre econômico, modernização, etc. Depois, passou-se a falar em transição, conciliação, consenso, pacto social, pacto político, identidade nacional, unidade cultural etc.” (Ianni, 1989: 78-9).

¹⁷ Consultar a nota de rodapé 19.

(i) coincidência com um momento de forte legitimação das ciências sociais no Brasil, em que se tentava justificar a função social e política da ciência (Miceli: 1989b; Cândido: 2006);

(ii) inserção em um período no qual os intelectuais tiveram importante protagonismo na vida pública brasileira (Bresser Pereira: 1982; Pécaut: 1990; Brandão: 2007; Bastos: 2011; Cepêda: 2012; Lynch: 2013);

(iii) momento caracterizado por intenso debate intelectual neste período sobre os temas que Florestan aborda nas suas obras deste eixo temático (Mota: 1977; Ianni: 1989; Bastos, Ridenti & Rolland: 2003);

(iv) a sua interpretação no Brasil, presente no conjunto de obras deste eixo temático (processo de modernização no Brasil e na América Latina) sofrem um deslocamento conceitual, que vai do processo de formação social, política e econômica do Brasil para uma questão mais contemporânea, sobre o subdesenvolvimento e as possibilidades e impasses para o desenvolvimento, bem como para uma discussão sobre as formas modernas de democracia.

Além do problema da agenda de temas e focos de questões, tratar uma obra com o grau de extensão como a produzida por Florestan Fernandes exige dos analistas um esforço de mapeamento das fases que a compõem. Neste sentido, de acordo com Lahuerta (2005: 159-60) existem três periodizações da obra de Florestan Fernandes já consolidadas pela literatura especializada, elaboradas por Mota (1986), Freitag (1987) e por Arruda (1989). Para Lahuerta a periodização de Arruda consiste numa divisão temática da obra de Florestan em quatro momentos distintos:

Num sentido genérico, Maria Arminda do Nascimento Arruda vislumbra pelo menos quatro momentos importantes para se compreender essa ruptura: 1) o início de carreira com os trabalhos sobre folclore e a elaboração de sua dissertação de mestrado sobre *A organização social dos Tupinambá*; 2) a etapa de florescimento como *scholar*, que inicia-se com a pesquisa *Branços e negros em São Paulo*, desdobra-se na *A função social da guerra na sociedade tupinambá* e contém a obra teórica *Fundamentos empíricos da explicação sociológica*; 3) a fase de transição, quando produz *A sociologia numa era de revolução social*, *A integração do negro na sociedade de classes*, *Sociedade de classes e subdesenvolvimento*; 4) e os trabalhos produzidos após sua aposentadoria compulsória, marcados por uma análise mais militante e pelo abandono da ênfase teórico-metodológica, momento em que a sua energia se concentra na crítica do regime autoritário. (Lahuerta, 2005: 159)

Por sua vez, Freitag (1987) procede a uma periodização da obra de Florestan subdividindo-a em dois grandes momentos:

Já Barbara Freitag organiza a produção de Florestan Fernandes dividindo-a em duas grandes etapas: 1) uma fase acadêmico-reformista; 2) uma fase político-revolucionária que se explicitaria somente depois de sua aposentadoria compulsória. Entre as duas teria ocorrido uma ruptura epistemológica através da qual Florestan abandonaria os princípios do planejamento democrático, na linha proposta por Mannheim, para assumir uma postura mais marxista (o que teria coincido com sua aposentadoria, em 1969, como consequência do AI-5). (Lahuerta, 2005: 159-60)

Por fim, Mota (1986) também elaborou uma periodização da obra de Florestan dividida em dois momentos, todavia, não localiza o ponto de inflexão entre ambos na sua aposentadoria compulsória em 1969, mas sim no final dos anos 1950:

Carlos Guilherme Mota, por sua vez, localiza o momento de radicalização em sua trajetória [*de Florestan*] justamente no final da década de 1950, quando Florestan teria deixado de se utilizar da acentuada orientação funcionalista, acrescentando à perspectiva de constituir uma Ciência Social rigorosa uma preocupação com a busca de respostas para os dilemas do país. Para Mota, o marco de tal guinada é o livro *A sociologia numa era de revolução social* (Fernandes, 1976), publicado em 1962, mas reunindo textos escritos entre 1959 e 1962. Esse seria, portanto, o momento de ruptura. (Lahuerta, 2005: 160)

Tomando como ponto de partida as periodizações elaboradas por Mota (1986), Freitag (1987) e Arruda (1989), e também o marco de inflexão na trajetória de Florestan, apontado por Heloísa Fernandes (2015) no ano de 1969, momento no qual ocorre sua aposentadoria compulsória e seu exílio, e tendo em vista os objetivos que nortearam esta pesquisa, orientamo-nos por uma outra forma de periodizar a obra de Florestan, por nós elaborada, compreendida por três momentos, separados por dois pontos de inflexão: 1) o primeiro momento compreende o período desde a sua formação acadêmica até o ano de 1960, em que Florestan estava diretamente voltado para a tarefa de consolidação das Ciências Sociais no Brasil; 2) o segundo momento, compreende o período entre os anos 1960 e 1975, em que Florestan publicou suas obras sobre o processo de modernização no Brasil e na América Latina, e no qual as suas preocupações sofreram um deslocamento quanto à função social da ciência e o papel político dos intelectuais; e 3) um terceiro momento, que compreende suas publicações de 1975 até o final de sua vida em 1995, no qual a orientação marxista e os traços de militância política são predominantes.

A hipótese que norteou o presente trabalho consistiu em analisar os deslocamentos teóricos e conceituais na obra produzida por Florestan entre 1960 e 1975, tendo em vista a sua participação destacada no debate intelectual deste período. No caso específico de Florestan Fernandes nos questionamos sobre a influência do contexto político e intelectual em suas ideias partindo do pressuposto de que ele não foi um intelectual com ação direta no Estado, porém, como muito bem apontado por Pécaut (1990), no período em que estamos abordando, o papel da *intelligentsia* foi enorme, pautado pela disputa pública de ideias. Assim, orientamos a pesquisa tendo como objetivos:

1) realizar um levantamento do *repertório* utilizado por Florestan no período em questão, identificando os principais conceitos por ele utilizados nas obras que selecionamos para análise;

2) compreender os *deslocamentos teóricos e conceituais* nas obras de Florestan que analisamos, com enfoque para as permanências e rupturas em suas ideias neste período;

3) compreender o sentido da presença de questões políticas – em particular o conceito de democracia – na obra de Florestan Fernandes deste período, tomando como ponto de referência a sua interpretação do Brasil contida nestas obras, bem como a temática predominante do subdesenvolvimento e do desenvolvimento.

Para a execução desta pesquisa foi utilizada principalmente fontes bibliográficas, a começar pelas próprias publicações de Florestan Fernandes selecionada para análise, bem como outras obras do próprio Florestan que contribuem para compreender a sua produção do período 1960-1975. Outras fontes bibliográficas utilizadas foram livros e artigos de comentadores sobre a obra de Florestan Fernandes, bem como sobre questões teórico-metodológicas da área de pensamento político e social brasileiro e do contextualismo linguístico.

Como fontes documentais foi utilizado em diversos momentos o acervo do *Fundo Florestan Fernandes*, a biblioteca pessoal de Florestan que se encontra no Departamento de Coleções de Obras Raras e Especiais da Biblioteca Comunitária da Universidade Federal de São Carlos. Ali foram acessados e analisados documentos (cartas, fichamentos, anotações) e também uma grande quantidade de anotações de marginalia feitas pelo próprio Florestan nos livros de sua biblioteca pessoal, material

que foi de grande importância quando nos debruçamos sobre a questão da recepção e circulação de ideias.

Os resultados da presente pesquisa estão organizados em três capítulos. No primeiro, o *Capítulo I – A trajetória intelectual de Florestan Fernandes e as Ciências Sociais no Brasil*, encontra-se uma discussão inicial que servirá de substrato para situar os dados analisados nos próximos capítulos. Para se compreender os deslocamentos teóricos e conceituais nas publicações analisadas de Florestan Fernandes de 1960 a 1975 foi feita a opção por situar a sua produção desta fase (processo de modernização no Brasil e na América Latina) dentro da constelação maior de sua obra. Para isto, a sua trajetória intelectual foi contextualizada dentro do processo de desenvolvimento das Ciências Sociais no Brasil da década de 1930 a 1950. Através deste primeiro movimento da pesquisa foi possível situar a emergência de sua interpretação do Brasil no período de 1960 a 1975 e a forma pela qual o conceito de democracia entra em sua trajetória intelectual, bem como a inserção gradativa de reflexões de natureza política nas obras de Florestan que foram analisadas.

Segue-se então, no *Capítulo II – Florestan Fernandes e a interpretação do Brasil: ciência e mudança social*, a principal tensão que norteou a produção intelectual de Florestan Fernandes, entre a “ciência” e a “sociedade”, ou, dito de outra maneira, entre a necessidade de se produzir um conhecimento sociológico com padrões elevados de rigor científico, por um lado, para legitimá-lo socialmente como constituindo um tipo de interpretação da realidade válida e portadora de alto teor explicativo sobre a situação nacional e seus impasses e dilemas, fundamentando, portanto, a necessidade da própria existência de tais conhecimentos – neste sentido, ao mesmo tempo em que legitimava socialmente tal modalidade de interpretação “científica” da realidade nacional, também fundamentava a necessidade de elevar o padrão científico na formação dos novos cientistas sociais no Brasil e, por outro lado, Florestan empreende a sua própria “interpretação do Brasil”, a qual buscamos extrair a partir de suas publicações do período de 1960 a 1975 selecionadas para análise na presente pesquisa.

Por fim, no *Capítulo III – Interpretação Histórica e Transformação Política*, isolamos os principais conceitos utilizados por Florestan Fernandes em sua

“interpretação do Brasil” – dependência, subdesenvolvimento e desenvolvimento¹⁸ – para analisar a maneira como o autor gradativamente vai inserindo em suas reflexões sociológicas elementos de natureza política, ao passo que – tomando o contexto político e intelectual como ponto de partida – neste trajeto de 1960 a 1975 – pudemos identificar que, por trás dos três principais conceitos que utiliza em sua “interpretação do Brasil”, é possível se identificar uma questão central: as possibilidades e limitações da *democracia* no Brasil, desde a formação histórica do país até os processos políticos, econômicos e sociais em curso neste período em que publica as obras que analisamos.

Nas *Considerações Finais* empreendemos um esboço que sintetiza a essência dos deslocamentos teóricos e conceituais na obra de Florestan Fernandes selecionada para a presente pesquisa, tomando-se como referencial o seu próprio conceito de “mudanças sociais” – que perpassa as suas obras analisadas – a partir de duas perspectivas: a agência (espontânea ou provocada) e o sentido (conservador, liberal-progressista, reacionário, revolucionário) das mudanças sociais.

¹⁸ É importante ressaltar que, na presente pesquisa, foi adotada uma perspectiva teórico-metodológica de análise imanente à obra de Florestan Fernandes com relação aos conceitos de dependência, subdesenvolvimento e desenvolvimento. Neste sentido, a análise não avançou para uma perspectiva comparativa em relação aos mesmos conceitos elaborados por outros autores, sejam coetâneos ou de momentos anteriores ao que Florestan Fernandes publica as obras que foram analisadas. Acreditamos que tal perspectiva poderia ser utilizada na presente pesquisa, todavia, em virtude do tempo disponível e dos objetivos fundamentais a que nos propusemos, elegemos a opção de verticalizar a análise destes conceitos exclusivamente na obra de Florestan Fernandes.

I. A TRAJETÓRIA INTELECTUAL DE FLORESTAN FERNANDES E AS CIÊNCIAS SOCIAIS NO BRASIL

Quando se pensa na trajetória intelectual de Florestan Fernandes, desde os anos 1940, momento em que ingressa no curso de Ciências Sociais da recém fundada Universidade de São Paulo, até o final de sua vida em 1995, salta à vista uma produção multifacetada (conforme exposto na Figura 01) e que também pode ser analisada como sendo formada por alguns momentos cruciais, como é o caso do primeiro momento em que Florestan está voltado para as pesquisas antropológicas e sobre o folclore (é o período de sua formação inicial), um segundo momento em que sua preocupação é atravessada pelo seu papel institucional à frente da cadeira de Sociologia da Universidade de São Paulo (é o período em que discute enfaticamente a questão do método e produz uma série de manuais teórico-metodológicos), um terceiro momento em que produz um conjunto de obras de interpretação do Brasil (este é o período que analisamos, compreendido entre os anos 1960 a 1975) e por fim um quarto momento em que a sua trajetória está voltada para a militância política (é o período em que sua produção intelectual destina-se tanto para a orientação intelectual da ação política quanto para a sua ação direta na esfera da política).

Os dois primeiros momentos descritos acima coincidem com o seu ingresso na graduação na USP e a conseqüente formação na pós-graduação (mestrado e doutorado) na ELSP e na USP, abarcando o final do período ditatorial de Getúlio Vargas (1937-1945), mas principalmente o período entre 1945 e 1960 – que se encontra dentro do momento democrático de 1945-1964 – no qual começa a surgir os traços do Florestan que irá se sobressair como um intelectual de destaque da chamada *escola paulista de sociologia* (Arruda: 1989; Bastos: 2002), cujo centro de gravidade localiza-se principalmente na Universidade de São Paulo. Por sua vez, será no terceiro momento – em que elabora a sua interpretação do Brasil – que ocorrerá o golpe militar de 1964, o qual levará Florestan a modificar a sua concepção do papel social da ciência e do papel político dos intelectuais, e cujo impacto para as Ciências Sociais no país pode ser demarcado até meados da década de 1970 (Pécaut: 1990) ou ainda até meados da década de 1980 (Lessa: 2010), tendo como característica o desmantelamento do sistema universitário de cátedras e a reorganização dos núcleos universitários produtores de

conhecimento (representados pela pós-graduação) em forma de departamentos e programas de pós-graduação.

Percorreremos uma breve discussão sobre o contexto de surgimento das Ciências Sociais no Brasil, o qual acreditamos que possa ser considerado como um período em que as principais disciplinas das Ciências Sociais (Sociologia, Antropologia e Ciência Política) estavam presentes no ambiente acadêmico nacional principalmente na forma de disciplinas em outros cursos superiores (Direito, Economia e Filosofia são os principais). Com o período revolucionário de 1930 inaugura-se uma etapa que denominamos como sendo o primeiro momento de institucionalização¹⁹ das Ciências Sociais no Brasil (a primeira metade da década de 1930 verá surgir os seus três primeiros cursos superiores, os dois primeiros em São Paulo, respectivamente em 1933 e 1934, e o terceiro no Rio de Janeiro, em 1935)²⁰. Florestan Fernandes será aluno de graduação de um destes cursos, o da Universidade de São Paulo, no início da década de 1940, tornando-se uma referência na área já na década de 1950, após o seu doutoramento e sua tese de livre docência, ambas na Universidade de São Paulo. O processo de institucionalização das Ciências Sociais posterior à década de 1950 tem sido objeto de bastante discussão, todavia, acreditamos que resgatar o percurso de institucionalização das Ciências Sociais no Brasil anterior a este período, ainda que de maneira bastante breve, seja importante para compreendermos a origem da trajetória intelectual de Florestan Fernandes²¹.

¹⁹ Nesta pesquisa foi adotado o conceito de institucionalização como constituindo um processo na esfera acadêmica através do qual um conjunto de ações foram realizadas no sentido de demarcar o campo desta especialidade científica, como por exemplo: (i) a autonomização da disciplina em relação às demais disciplinas acadêmico-científicas; (ii) a elaboração de uma literatura especializada em teoria e método; (iii) a elaboração de um circuito de circulação do conhecimento especializado desta disciplina; (iv) a produção de um diálogo com a sociedade no sentido de legitimar a disciplina. Cf. Bourdieu (1983) e Giddens (2012).

²⁰ Fazemos aqui referência aos cursos de Ciências Sociais da Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo (ELSP) criado em 1933, da Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo (1934) e da Universidade do Distrito Federal (1935); abordaremos a questão mais adiante ainda neste capítulo.

²¹ Certamente que poderíamos recorrer ao raciocínio de que um processo histórico sempre é precedido por outro, o que nos levaria a um recuo praticamente infinito sobre a recepção das Ciências Sociais (em particular, em seus primórdios, da “Sociologia”) no Brasil. Contudo, nesta pesquisa faremos apenas duas digressões neste sentido: a primeira delas, de maior importância, remonta ao período da década de 1930 a 1945, imediatamente anterior ao momento em que Florestan se destaca como intelectual proeminente das Ciências Sociais no país, que se justifica pela presença das chamadas “missões estrangeiras” com as quais o próprio Florestan Fernandes tivera contato direto e foram os responsáveis pela instauração de uma “sociologia científica” no Brasil; a segunda digressão, de importância menor para esta pesquisa, remonta ao período que vai do último quartel do século XIX até 1930, e pretendemos que sirva para ancorar uma discussão que não poderemos empreender na pesquisa mas que seria de extrema importância acadêmica, ou seja, a relação entre ciência e sociedade neste referido

1.1 – Alguns apontamentos sobre as Ciências Sociais no Brasil

A reflexão de natureza social e política possui uma tradição, no Brasil, que remonta ao final do século XIX²² e que adentra o século XX através de um processo gradual de institucionalização, o qual ocorre de forma mais geral através do reconhecimento de sua legitimidade enquanto um campo autônomo do saber, com a produção de manuais de sociologia e a constituição de cadeiras universitárias de sociologia, e, de forma mais específica (cujo corte epistemológico ocorrerá na década de 1930²³), com a criação dos primeiros cursos superiores de Ciências Sociais no país.

Será, portanto, a partir da emancipação política do Brasil, ocorrida em 1822, que começará a surgir uma primeira matriz de pensamento político-social brasileiro (produzida “no” Brasil), reflexão esta que terá como fio condutor temas como o *território*, o *povo* e a *nação*. Todavia, será no último quartel do século XIX, com a presença das teses *liberais* (ideias fora do lugar²⁴), e com a substituição da monarquia pela forma política republicana, que a reflexão político-social assumirá o centro dos debates dos intelectuais. Antônio Cândido afirmará, sobre a produção intelectual do período compreendido entre 1880 a 1930 que:

Coube aos juristas papel social dominante no Brasil oitocentista, dadas as tarefas fundamentais de definir um Estado moderno e interpretar as relações

período, dado que mudanças importantes ocorrem no âmbito da sociedade, como é o caso da abolição da escravidão e o início da constituição de uma sociedade de classes, teoricamente aberta, e o acesso à educação (básica e superior) constitui-se num indicador importante para avaliar o verdadeiro nível de abertura da sociedade de classes que se forma no país. Todavia, nesta pesquisa, nos foi possível apenas indicar o desenrolar do sistema de ensino superior no Brasil do final do século XIX até 1930, como pano de fundo para as discussões sobre a institucionalização das Ciências Sociais.

²² Alguns autores reconhecem a existência de um pensamento político-social no Brasil desde os séculos XVI e XVII (como o caso do pensamento religioso dos jesuítas Manuel da Nóbrega e do padre Antônio Vieira, produzido “no” Brasil), e também no século XVIII (caso de Verney e de Pombal). A este respeito cf. Weffort (2006). Por outro lado, há também uma outra vertente que nega a existência de um pensamento político-social “brasileiro” anterior à independência do Brasil, ainda que o mesmo tenha sido produzido “no” território brasileiro, eram apenas extensões do pensamento político-social da metrópole ou de outras nações estrangeiras (Faoro: 1987).

²³ Referimo-nos a um “corte epistemológico”, ocorrido na década de 1930, com a *mentalidade cientificista* instaurada nos cursos superiores de Ciências Sociais recém criados no país, cujas produções monográficas, consideradas científicas devido aos rigores teórico-metodológicos que orientavam a sua produção, eram colocadas em contraste com as produções dos intelectuais da geração anterior, denominada de *ensaísta*. Sobre esta questão sugerimos cf. Candido (2006), Chacon (2010), Botelho (2010).

²⁴ Sobre as *ideias fora do lugar* sugerimos cf. Bosi (1992), Schwarz (1992), Ricupero (2008b).

entre a vida econômica e a estrutura política. Foi a fase de elaboração das nossas leis, aquisição das técnicas parlamentares, definição das condutas administrativas. O jurista foi o intérprete por excelência da sociedade, que o requeria a cada passo e sobre a qual estendeu o seu prestígio e maneira de ver as coisas. Mas como as teorias dominantes na segunda metade do século se achavam marcadas pelo surto científico de então, notadamente a Biologia, que saiu dos laboratórios para se divulgar de maneira triunfante, os juristas mergulharam na fraseologia científica e se aproximaram, neste terreno, dos seus pares menos aquinhoados, médicos e engenheiros, que com eles formavam a tríade dominante da inteligência brasileira. Vemos então, na Sociologia, os juristas inaugurarem uma orientação *cientificista* – como se dizia – que contou desde logo com a cooperação de engenheiros e sobretudo médicos. (Cândido, 2006: 272)

Isto significa que, num período de tempo não muito posterior ao seu próprio surgimento na Europa e nos Estados Unidos (que ocorrera em meados do século XIX²⁵), a Sociologia já estava presente em várias instituições de ensino superior no Brasil²⁶ (Chacon: 1977). A *Escola de Recife* seria um bom exemplo da presença da Sociologia no país desde o final do século XIX, com intelectuais como Tobias Barreto, Silvio Romero, Artur Orlando e Clóvis Beviláqua. O pensamento sociológico estava presente, neste período, principalmente em escolas superiores de Filosofia e de Direito, cuja presença ocorria na maioria das vezes através da recepção das principais discussões sociológicas europeias e norte-americanas²⁷.

No final do século XIX a Sociologia começaria a se institucionalizar internacionalmente, com a constituição de cadeiras universitárias. Para que tenhamos uma noção do desenrolar do processo semelhante ocorrido no Brasil, podemos observar os apontamentos de Mendonça (2000) sobre a trajetória histórica do surgimento de

²⁵ No final do século XIX a Sociologia começaria a se institucionalizar na Europa e nos Estados Unidos, com a constituição de cadeiras universitárias (o que implica numa outra forma de existir, para o pensamento e a reflexão sociológica, dentro do debate intelectual acadêmico que se tornaria cada vez mais predominante desde meados do século XIX, com a ideologia *cientificista*): em 1894 nos Estados Unidos a Universidade de Columbia teria a sua primeira cadeira de Sociologia fundada e dirigida por Franklin Henry Giddings (cf. Timasheff, 1979: 109) e em 1902 na França a Universidade de Paris veria surgir a cadeira de Sociologia, dirigida por aquele que ficou conhecido como um dos grandes fundadores da disciplina, Emile Durkheim (cf. Thompson, 2008: 50).

²⁶ A este respeito Florestan Fernandes assim se manifestou: “A sociologia foi recebida, no Brasil, como ‘novidade’ intelectual, simultaneamente à sua criação na sociedade europeia. Faz parte do processo da vida literária de povos culturalmente muito dependentes manter um intercâmbio excitado com os centros estrangeiros de produção intelectual. As ‘novidades’ assinaláveis tornaram-se rapidamente conhecidas, ainda que não fossem reelaboradas de forma autônoma. O destino do saber, acumulado desse modo, se regulava pelos padrões de vida literária que faziam dele, estritamente, uma forma de ilustração e um meio de alcançar notoriedade em círculos letrados” (Fernandes, 1980a: 26-7).

²⁷ São exemplares, para ilustrar esta questão, os títulos que Chacon (1977) dá a alguns dos capítulos de seu livro *História das Ideias Sociológicas no Brasil (O Apostolado de Comte; A Sombra de Spencer; Os Ecos de Durkheim; O Impacto de Marx; O Advento de Max Weber)*.

universidades no Brasil²⁸. Para além da controvérsia entre Faoro (1987) e Weffort (2006) sobre a existência (ou inexistência) de um *pensamento político brasileiro* anterior à independência política ocorrida em 1822, podemos apontar que praticamente toda reflexão político-social ocorrida até o último quartel do século XIX no país não era produzida dentro dos “muros universitários”, fato que se constata pela inexistência de universidades no Brasil, que só contava com Escolas Superiores (cf. Mendonça: 2000). Ou seja, entre a vinda da família real para o Brasil e a constituição de uma *Corte* na capital federal (então, o Rio de Janeiro), a partir de 1808, e a independência do país em 1822, abre-se um período na história do ensino superior no Brasil em que podemos notar o florescimento de algumas escolas superiores, as quais constituem um retrato do que era considerado ensino superior à época, como apontado por Chacon (1977) e por Cândido (2006).

Somente durante o período da Primeira República (1889-1930) que a questão do ensino superior no Brasil será alavancada pela fundação da Academia Brasileira de Ciências (1916) e pela criação de diversas Escolas Superiores e Faculdades, até surgir, em 1920, a primeira universidade brasileira: a Universidade do Rio de Janeiro, sob a tutela do governo federal. Poucos anos depois, em 1926, o jornal *O Estado de S. Paulo* realizará, sob os cuidados de Fernando de Azevedo, o “*Inquérito sobre a Educação*” (que se constituirá na base político-pedagógica sob a qual se norteará a fundação da Universidade de São Paulo, oito anos mais tarde, em 1934). Em 1927 surge a Universidade de Minas Gerais (sob tutela do governo estadual). A Associação Brasileira de Educação (ABE) organizaria em 1928 outro inquérito sobre a educação nacional, agora no Rio de Janeiro, sob os cuidados de Anísio Teixeira.

Contando com uma universidade federal (Rio de Janeiro), uma universidade estadual (Minas Gerais) e diversas escolas superiores e faculdades, o governo de Getúlio Vargas cria, já em 1930, o Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública. O primeiro ministro desta pasta, Francisco Campos, decretaria em 1931 a *Reforma Campos*, indicando a possibilidade de existência de uma *Faculdade de Educação, Ciências e Letras* para compor as universidades que se constituíssem a partir de então no Brasil. O governo Vargas desenharia um primeiro *sistema universitário*

²⁸ São palavras de Anísio Teixeira sobre este processo: “O Brasil constitui uma exceção na América Latina: enquanto a Espanha espalhou universidades pelas suas colônias – eram 26 ou 27 ao tempo da independência – Portugal, fora dos colégios reais dos jesuítas, nos deixou limitados às universidades da Metrópole: Coimbra e Évora” (Teixeira *apud* Mendonça, 2000: 132).

nacional, e será dentro deste cenário que serão criadas em São Paulo duas importantes instituições universitárias do país da década de 1930: em 1933 seria criada a Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo (doravante denominada *ELSP*) e em 1934 a Universidade de São Paulo (doravante denominada *USP*). Estas duas instituições paulistas representaram um marco de institucionalização das Ciências Sociais no Brasil, com a criação de seus dois primeiros cursos superiores no país. Se, nos momentos anteriores, a Sociologia e a Antropologia constituíam-se em cadeiras dentro de outros cursos superiores (Economia, Direito, Filosofia), a partir da década de 1930 as Ciências Sociais (Sociologia, Antropologia e Política) alcançariam um grau elevado de institucionalização ao se constituírem enquanto um campo autônomo do saber²⁹.

O endurecimento político do governo de Getúlio Vargas, a partir de 1937, levou à dissolução de algumas universidades que se encontravam sob a tutela direta do governo federal e à criação de outras, completamente alinhadas com as orientações político-pedagógicas do Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública, enquanto que no estado de São Paulo tanto a *ELSP* quanto a *USP* sobreviveriam com relativa autonomia, constituindo-se em importantes centros intelectuais do país (sendo que a *ELSP* perderia fôlego na década de 1950).

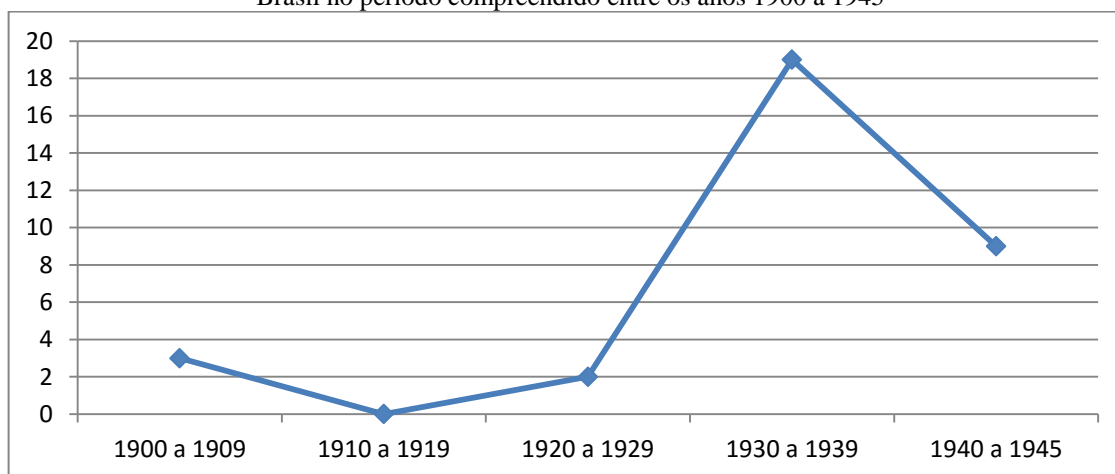
Uma das características apontadas por Meucci (2007) sobre o processo de institucionalização das Ciências Sociais no Brasil (que a autora designa pelo termo *rotinização*) consiste na elaboração de uma literatura “perito” sobre o assunto, o que pode ser verificado principalmente através da publicação de “manuais de sociologia” (ver Anexo A).

Durante o longo processo de institucionalização das Ciências Sociais no Brasil, podemos observar que durante a década de 1930, com a criação de seus primeiros cursos superiores, ocorre um aumento significativo da publicação de manuais

²⁹ Neste mesmo movimento de institucionalização das Ciências Sociais no Brasil na década de 1930 podemos situar a criação da Universidade do Distrito Federal (então o Rio de Janeiro) em 1935, sob inspiração das ideias de Anísio Teixeira, constituindo-se no terceiro curso superior de Ciências Sociais no país. Com relação à institucionalização das três disciplinas que compõem a formação principal nos cursos superiores de Ciências Sociais no Brasil, houve, desde o início, um predomínio da Sociologia, embora a Antropologia já existisse no país há algum tempo. A prova maior disto é a elaboração dos manuais de Sociologia (que abordaremos a seguir) no país, que não fora acompanhado por um mesmo movimento, por exemplo, de publicação de manuais de Antropologia. Por sua vez, a Ciência Política seguirá como um apêndice da Sociologia, mais especificamente como uma subespecialidade denominada Sociologia Política, situação que será predominante até o golpe militar de 1964, vindo a se institucionalizar fortemente enquanto especialidade apenas na década de 1970 quando o sistema de ensino superior brasileiro passa a se organizar através de departamentos e programas de pós-graduação.

de sociologia. Além de uma concentração na dispersão histórica da publicação destes manuais na década de 1930, podemos verificar também que há um predomínio de algumas áreas quando levamos em consideração a formação acadêmica de seus autores. Podemos evidenciar o primeiro aspecto – a concentração histórica na década de 1930 – no gráfico abaixo:

Gráfico 01 – Dispersão histórica da publicação dos manuais de sociologia elaborados no Brasil no período compreendido entre os anos 1900 a 1945



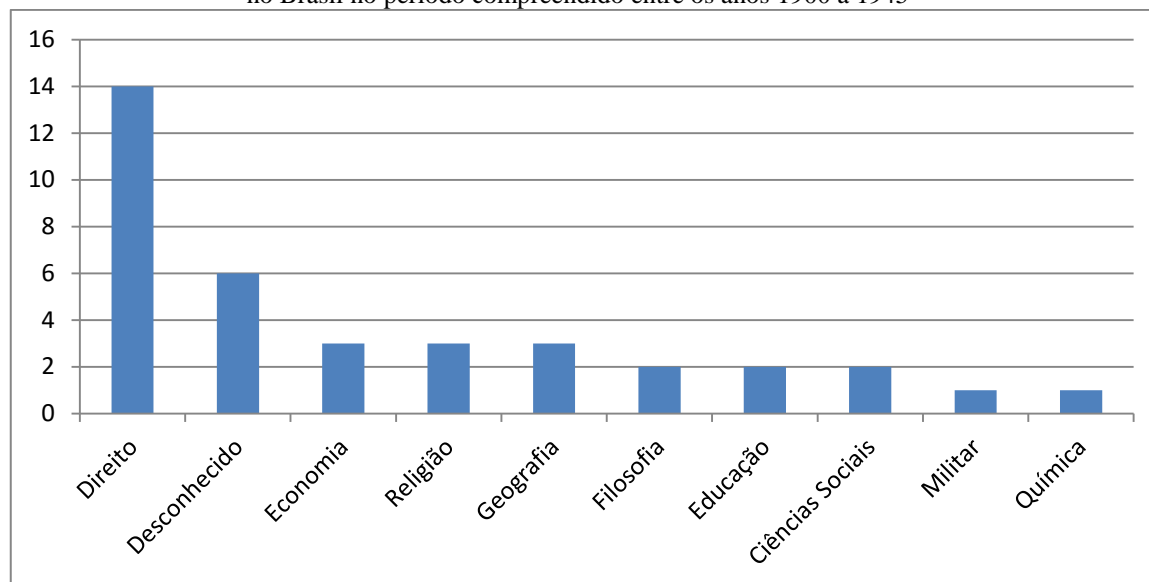
Fonte: Dados coletados em Meucci (2007). Gráfico elaborado pelo autor.

Podemos verificar no gráfico acima que de 1900 a 1929 foram publicados aproximadamente dois manuais de sociologia por década no Brasil e que, na década de 1930 a 1939 este número salta para 19 manuais de sociologia publicados. Acreditamos que tal fato seja uma consequência direta da criação dos cursos superiores de Ciências Sociais no país. Por sua vez, o outro aspecto – o predomínio de algumas áreas temáticas na formação acadêmica dos autores destes manuais de sociologia – nos fornecem pistas sobre as principais influências teóricas de outros campos do conhecimento que contribuíram para os primórdios das Ciências Sociais no Brasil³⁰. Quando observamos os mesmos dados, organizados agora de acordo com a origem acadêmica de seus autores, torna-se bastante notório o predomínio da área do Direito, o que torna evidente o fato descrito por Candido (2006) de que os primórdios das

³⁰ Tal ecletismo relacionado à origem acadêmica dos autores dos primeiros manuais de sociologia elaborados no Brasil reflete de forma bastante direta outro aspecto que é central para a nossa pesquisa: a delicada relação abordada por Lynch (2013), ao estabelecer a diferença entre *teoria* político-social e *pensamento* político-social, questão que se tornaria ainda mais complexa na década de 1930, momento em que a *teoria* e o *pensamento* político-social foram, muitas vezes, produzidos pelos mesmos atores.

Ciências Sociais no Brasil foram fortemente influenciados por intelectuais com formação nesta área, os juristas:

Gráfico 02 – Origem acadêmica dos autores dos manuais de sociologia elaborados no Brasil no período compreendido entre os anos 1900 a 1945



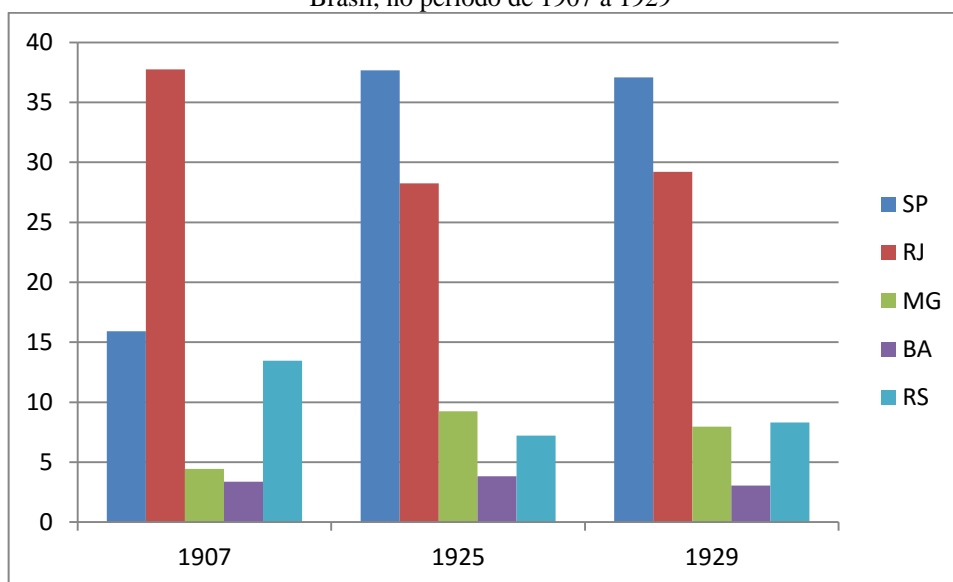
Fonte: Dados coletados em Meucci (2007). Gráfico elaborado pelo autor.

Seria significativo para se compreender os primeiros passos da institucionalização das Ciências Sociais em São Paulo não somente o fato de que as suas duas principais instituições universitárias (ELSP e USP) tinham maior independência em relação ao governo federal (representado pelo Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública) do que as universidades federais presentes nos demais estados da federação, mas também o fato de que São Paulo já havia se tornado, nesta época, uma potência econômica (Fausto: 2000) que encontraria nos projetos universitários da ELSP e da USP uma forma de expressar a sua hegemonia econômica também na esfera cultural. Neste sentido, a constituição de uma *escola paulista de sociologia*³¹, fortemente ancorada na USP e na ELSP (ainda que a literatura reconheça um predomínio da USP devido principalmente à presença de Florestan Fernandes), torna-se melhor compreendida ao levarmos em consideração algumas mudanças que vinham ocorrendo no estado de São Paulo nas esferas econômica, demográfica e eleitoral. A começar pelo destaque que São Paulo adquirirá na esfera econômica, podemos verificar no gráfico abaixo que no ano de 1907 o Rio de Janeiro concentrava o

³¹ Sobre a *escola paulista de sociologia* cf. Arruda (1989), Bastos (2002), Candido (2006), Jackson (2007).

maior percentual da produção industrial no Brasil, sendo superado por São Paulo no ano de 1925 (São Paulo passaria de pouco mais de 15% para mais de 35% da produção industrial nacional neste período)³²:

Gráfico 03 - Percentual da produção industrial dos estados de São Paulo, Rio de Janeiro (incluindo Distrito Federal), Minas Gerais, Bahia e Rio Grande do Sul, em relação ao total da produção industrial do Brasil, no período de 1907 a 1929



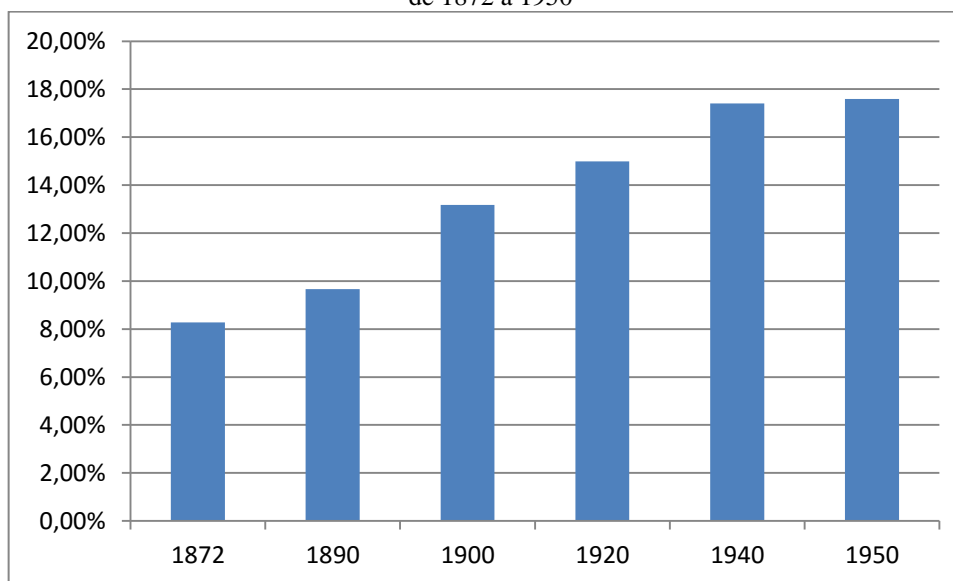
Fonte: (1) Estatísticas Históricas do Brasil: série econômicas, demográficas e sociais de 1550 a 1988. Rio de Janeiro: IBGE, 1990. (2) Anuário Estatístico do Brasil, Ano II – 1936. Rio de Janeiro: Instituto Nacional de Estatística, 1936. Gráfico elaborado pelo autor.

Além destas transformações na esfera econômica paulista na década de 1920, o estado de São Paulo também passaria por uma série de alterações demográficas na década de 1930, o que se evidencia pelo percentual de sua população em relação à população total do país, passando de pouco mais de 8% em 1872 e mais que dobrando na década de 1940. Justamente na década de 1930 o estado de São Paulo se tornará o mais populoso da federação (passando de quarto lugar, em 1872, para o primeiro lugar em 1940)³³:

³² A produção industrial tornar-se-á mais significativa para o Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro no período posterior à Revolução de 1930, em que as políticas públicas federais visando à modernização do país incentivaram fortemente a industrialização, intensificando-se no período de 1945 a 1964. Todavia, ressaltamos a relevância dos dados apresentados acima por tornarem evidentes a precocidade com que São Paulo assumiria a dianteira da produção industrial no país já na década de 1920.

³³ Ambos os processos, o de industrialização (indicado pelo Gráfico 03) e o de urbanização (cujos dados apresentados no gráfico 04 são uma consequência direta) estão intimamente relacionados. Todavia, um dado ainda é bastante expressivo para se compreender o maior aumento demográfico do estado de São Paulo em relação aos demais estados da federação: com a abolição da escravidão ocorrida em 1888, houve um forte incentivo por parte do governo federal no sentido de atrair e facilitar a vinda de

Gráfico 04 - Percentual da população do estado de São Paulo em relação à população total do Brasil, de 1872 a 1950

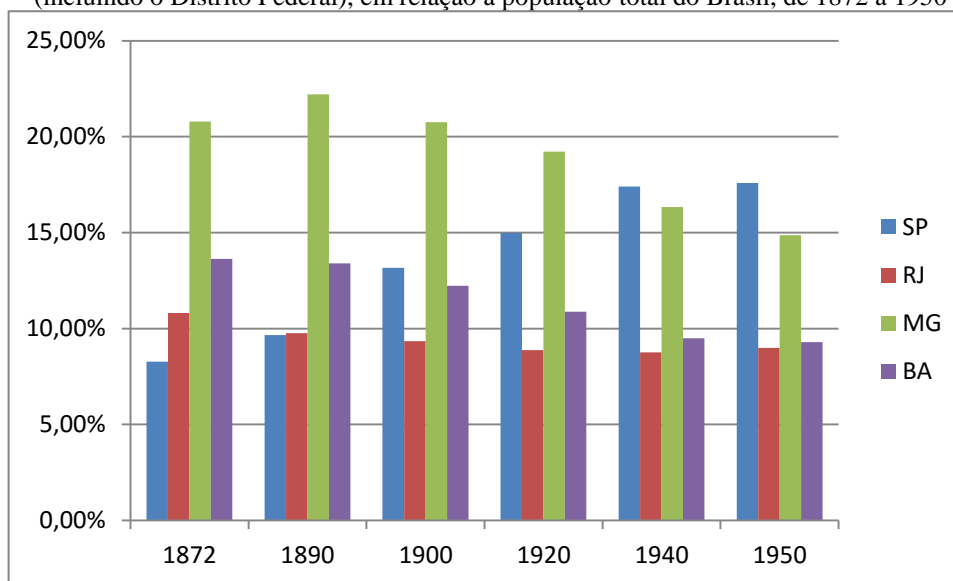


Fonte: Anuário Estatístico do Brasil, ano XI – 1950. Rio de Janeiro: IBGE, 1951.
Gráfico elaborado pelo autor.

Será, portanto, na década de 1930, que a população do estado de São Paulo tornar-se-á a maior dentre todos os estados da federação (superando, por exemplo, a população do estado de Minas Gerais, então estado mais populoso do país). Uma série de fatores poderiam ser levantados para se compreender esta arrancada demográfica do estado de São Paulo, principalmente aqueles relacionados com a esfera econômica (como é o caso do incentivo à vinda de imigrantes para a lavoura do café após a Abolição em 1888 e também o processo de urbanização e industrialização que vinham ocorrendo nas primeiras décadas do século XX). Estes dados se tornam relevantes à medida que esclarecem estatisticamente uma importante questão que está presente na obra de interpretação do Brasil elaborada por Florestan Fernandes (as relações entre os processos sociais, econômicos e políticos). No gráfico abaixo podemos verificar a arrancada demográfica do estado de São Paulo entre os anos 1920 e 1940:

imigrantes para compor a mão-de-obra principalmente das lavouras de café. A concentração de imigrantes no estado de São Paulo, diretamente ligada à sua extensa atividade agrícola cafeeira, contribui para a compreensão do crescimento demográfico auferido neste período no estado de São Paulo.

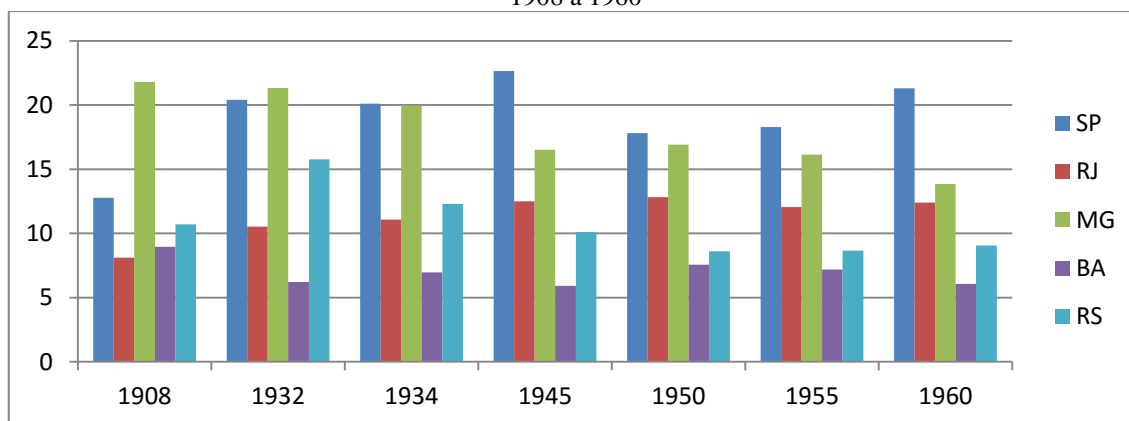
Gráfico 05 - Percentual da população dos estados de São Paulo, Minas Gerais, Bahia e Rio de Janeiro (incluindo o Distrito Federal), em relação à população total do Brasil, de 1872 a 1950



Fonte: Anuário Estatístico do Brasil, ano XI – 1950. Rio de Janeiro: IBGE, 1951.
Gráfico elaborado pelo autor.

Se somarmos às transformações econômicas e demográficas uma importante transformação que ocorre no âmbito da esfera política – o número de eleitores do estado de São Paulo – observaremos que foi também neste período que o estado de São Paulo passou a ter o maior colégio eleitoral do país:

Gráfico 06 - Percentual do eleitorado dos estados de São Paulo, Minas Gerais, Bahia, Rio de Janeiro (incluindo Distrito Federal) e Rio Grande do Sul, em relação ao eleitorado total do Brasil, no período de 1908 a 1960



Fonte: Estatísticas Históricas do Brasil: série estatísticas do século XX. Rio de Janeiro: IBGE, 1990.
Gráfico elaborado pelo autor.

Através dos dados apresentados acima, pudemos observar algumas transformações quantitativas nas esferas econômica, demográfica e política ocorridas no estado de São Paulo ao longo das primeiras décadas do século XX. Após algumas

décadas de comando da política nacional durante a Primeira República (em que as elites políticas de São Paulo e de Minas Gerais se revezavam no poder³⁴) os dados acima nos permitem ampliar a compreensão do fenômeno intelectual que surge no estado de São Paulo, particularmente em 1933 e 1934, respectivamente com a criação da ELSP e da USP.

A longa tradição de pensamento político-social brasileiro já contava, nesta época, com diversos intelectuais, muitos dos quais formados no exterior (como é o caso, por exemplo, de Gilberto Freyre), os quais estavam acostumados a discutir teoricamente com as tradições sociológicas norte-americana, inglesa, francesa e alemã. Porém, com a criação dos primeiros cursos superiores de Ciências Sociais brasileiros na década de 1930, vieram para o país uma série de intelectuais estrangeiros³⁵, muitos dos quais eram discípulos dos próprios fundadores das Ciências Sociais em seus países, como é o caso de Lévi-Strauss (francês, discípulo de Mauss, sobrinho de Durkheim)³⁶ e de Emílio Willems (alemão)³⁷. Estas missões estrangeiras, juntamente com os professores brasileiros que fundaram os primeiros cursos de Ciências Sociais no Brasil, veriam o grande fruto de seus trabalhos pouco mais de uma década depois, ou seja, no final da década de 1940, com a formação dos primeiros graduados, mestres e doutores em Ciências Sociais no país. Florestan Fernandes surgiria como expoente das duas instituições paulistas (USP e ELSP).

A Universidade do Distrito federal seria desmantelada pelo Estado Novo, comandado por Getúlio Vargas, já em 1937, com a transformação do regime político “revolucionário” instaurado em 1930 em um regime ditatorial. A ELSP permaneceria com as suas atividades de ensino e pesquisa, sendo paulatinamente deslocada para um

³⁴ Bastante representativo, neste sentido, é o fato de que São Paulo e Minas Gerais somavam, no começo da década de 1930, pouco mais de 35% da população e pouco mais de 41% dos eleitores do país, conforme verificamos nos gráficos acima. Sobre este aspecto *cf.* Leal (2012).

³⁵ A este respeito Florestan Fernandes afirmou que, no processo de institucionalização das Ciências Sociais no Brasil, que “(...) as mudanças na ideologia das camadas dominantes e a institucionalização das atividades sociológicas no nível do ensino superior engendraram necessidades que não puderam ser plenamente satisfeitas com a mão-de-obra intelectual existente no país. Isso inspirou uma política inovadora, de aproveitamento contínuo e em escala considerável de especialistas estrangeiros. A colaboração desses especialistas assumiu o caráter de um poderoso fator de mudança intelectual. Foi graças a ela, principalmente, que a distância intelectual, que se havia estabelecido entre o ensino superior brasileiro e o ensino superior europeu ou norte-americano, se atenuou de modo rápido e construtivo” (Fernandes, 1980a: 40).

³⁶ Sobre as “missões estrangeiras” na Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo e na Universidade de São Paulo *cf.* Massi (1988), Arantes (1994), Bastos (2002) e Kantor et al (2010).

³⁷ Sobre a recepção da sociologia alemã no Brasil *cf.* Villas Bôas (2006).

segundo plano por dois motivos: (i) em parte, devido às atividades do Departamento Administrativo do Serviço Público³⁸ (DASP), que concorreria com a ELSP na tarefa de formação de elites dirigentes para atuar no governo e (ii) em parte, devido ao protagonismo das atividades acadêmicas do curso de Ciências Sociais da USP, que acabou capitalizando a produção sociológica que ficara conhecida como *escola paulista de sociologia* e fora liderada pela figura de Florestan Fernandes³⁹.

Com a abertura do regime político ocorrida em 1945 o cenário intelectual brasileiro teria condições mais favoráveis para o desenvolvimento das Ciências Sociais, podendo os intelectuais debaterem mais intensa e abertamente a realidade política, econômica e social nacional. A conjuntura política – nacional e internacional – trazia para o centro do debate intelectual questões e temas relacionados aos processos de modernização, de urbanização e de industrialização, temáticas estas que estariam no centro da agenda de pesquisas das novas instituições que também se tornariam protagonistas no debate intelectual brasileiro e latino-americano, como é o caso da Comissão Econômica para a América Latina (doravante denominada *CEPAL*), criada no final da década de 1940, e do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (doravante denominado *ISEB*), criado em meados da década de 1950⁴⁰. Designamos este período de entrada da CEPAL e do ISEB como um segundo momento na trajetória de institucionalização das Ciências Sociais no Brasil, caracterizado não mais pela criação de cursos superiores desta especialidade, mas por um intenso debate intelectual sobre a função social da ciência e o papel político dos intelectuais, ou seja, a tônica deste segundo momento de institucionalização das Ciências Sociais girava em torno de questões que se localizavam entre a teoria social e a teoria econômica – e que

³⁸ O Departamento de Administração do Serviço Público (DASP) foi um órgão federal criado por Getúlio Vargas, em 1938, que tinha, dentre outras finalidades, a formação de quadros para assumir as tarefas do governo.

³⁹ Sobre a formação e produção intelectual da *escola sociológica paulista* sugerimos *cf.* Limongi (1989), Arruda (2001), Bastos (2002).

⁴⁰ Tanto a CEPAL quanto o ISEB foram instituições com importante participação no debate intelectual deste período no Brasil. Ressaltamos que, embora sejam instituições bastante representativas para o referido período, uma distinção quanto à sua natureza pode ser ressaltada em relação à USP: enquanto a Universidade de São Paulo era uma instituição acadêmica, a CEPAL e o ISEB eram instituições políticas (embora contassem em seus quadros com representantes das áreas acadêmicas), distinção esta que fica mais evidente quando contrastamos as finalidades destas instituições, uma vez que a USP tinha como meta a formação acadêmica de graduandos e pós-graduandos, a CEPAL e o ISEB tinha como finalidade o estudo da realidade nacional para elaboração de políticas voltadas para a superação dos entraves ao “atraso” e ao “subdesenvolvimento”.

capitalizavam grande parte das discussões sobre os processos de modernização sob a perspectiva do *desenvolvimento* nacional⁴¹.

Por sua vez, compreendemos que existe um terceiro momento de institucionalização das Ciências Sociais no Brasil, a partir de meados da década de 1960, principalmente após o golpe militar de 1964 (novamente um regime político fechado, porém de natureza ainda mais autoritária e repressora do que o anterior que vigorou de 1937 a 1945), que criara condições adversas para a atividade intelectual no país: as discussões intelectuais passaram a ser vistas sob um clima de grande suspeita pelo governo ditatorial. A reforma universitária conduzida pelo regime militar deixaria marcas na organização institucional das Ciências Sociais: a extinção das cátedras e a organização dos cursos de graduação em Departamentos e dos cursos de pós-graduação em Programas de Pós-Graduação. Numa estrutura universitária altamente controlada pelo regime militar, os intelectuais que optaram por não se conformarem com a nova organização universitária (e, numa escala maior, com a nova organização política nacional) sofreram um enfrentamento com a ditadura militar, que a esta altura estava munida de uma estrutura estatal-militar repressiva e de tortura.

A discussão acadêmica voltar-se-ia para alguns temas que se tornaram relevantes em função da conjuntura política, como é o caso, por exemplo, da *democracia*, da *legitimidade do poder*, da *natureza* e do *papel do Estado*, das *relações entre sociedade civil e Estado*, ou seja, na agenda intelectual do período posterior a 1964 os principais temas eram forçosamente de natureza política. Fora neste cenário que as Ciências Sociais brasileiras viram surgir os primeiros Departamentos de Ciência Política (Quirino: 1994; Forjaz: 1997; Lessa: 2010).

Nos dois últimos momentos que delineamos sobre o processo de institucionalização das Ciências Sociais no Brasil, a saber, o momento de consolidação e legitimação (1945-1964) e o momento de especialização (pós 1964), Florestan Fernandes terá um papel expressivo, que pode ser notado em sua produção intelectual, a qual dialoga diretamente com a agenda de pesquisas e discussões (política e intelectual)

⁴¹ Será realizada uma discussão mais pormenorizada sobre o conceito de desenvolvimento na obra de Florestan Fernandes nos capítulos posteriores. Ainda que uma análise comparativa com os conceitos de desenvolvimento de outros autores pudesse ser considerada bastante frutífera, foi feita a opção por focalizar nesta pesquisa a trajetória do conceito de desenvolvimento na obra de Florestan Fernandes, conforme as orientações metodológicas utilizadas nesta pesquisa e que foram explicitadas na Introdução deste trabalho.

da época, ao debater questões sobre *modernização, desenvolvimento, subdesenvolvimento, dependência e democracia*.

1.2 – A trajetória intelectual de Florestan Fernandes

A origem humilde do jovem Florestan Fernandes, que desde muito cedo tivera que trabalhar para contribuir com as despesas familiares, e que, durante a sua juventude estivera mais próximo das mesas de bares e restaurantes, na condição de garçom e atendente, do que de bancos escolares e universitários, pouco indicava sobre as grandes contribuições que este estudante esforçado daria para as Ciências Sociais brasileiras. Com muito pouco tempo disponível para leituras – somente nas horas de descanso, nos intervalos de seu trabalho – o jovem Florestan ainda assim mantinha um hábito frequente de devorar livros que lhe eram emprestados por amigos⁴². Este hábito terá sido muito útil ao grande intelectual que surgirá alguns anos depois, principalmente diante dos desafios acadêmicos que lhe seriam impostos durante a graduação.

Como não tivera a oportunidade de cursar o ensino regular devido às suas condições socioeconômicas, Florestan matriculou-se no então chamado curso *Madureza*⁴³. Conseguiu ingressar no recém fundado curso de Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da USP (o qual, neste momento, tinha menos de uma década de existência) no ano de 1941. Nesta ocasião Florestan mantivera contato com diversos professores estrangeiros que aí lecionavam, muitos dos quais ministravam as suas aulas e ofereciam textos para leitura em seus próprios idiomas (na sua maioria francês, inglês e alemão), o que representava um desafio adicional para o novo aluno de origem popular, obrigando-o a aprender, de maneira autodidata, alguns idiomas como o espanhol, o inglês, o francês e o alemão⁴⁴. O círculo universitário paulista recebera um grande impulso com a vinda dos mestres estrangeiros, muitos dos quais se alocaram na USP e na ELSP, o que permitira que a notoriedade conquistada

⁴² A este respeito cf. Sereza (2005).

⁴³ O curso *Madureza* era o equivalente ao ensino supletivo ou, mais contemporaneamente, à educação de jovens e adultos. Sobre os estudos de Florestan no curso *Madureza* recomendamos cf. Sereza (2005) e Cohn (2008).

⁴⁴ Em sua biblioteca pessoal, preservada no *Fundo Florestan Fernandes* da Biblioteca Comunitária (BCo) da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), encontram-se livros em diversos idiomas, com anotações de marginais feitas pelo próprio Florestan, e também milhares de fichamentos de livros publicados em outros idiomas, que datam desta época de seus estudos e também de períodos posteriores em que Florestan atuara como professor na Universidade de São Paulo.

pelo empenhado aluno Florestan Fernandes em sua disciplina de estudos, desde a graduação, saltasse à vista de vários de seus professores em ambas as instituições, como fora o caso de Roger Bastide e Fernando de Azevedo (na USP) e de Donald Pierson e Herbert Baldus (na ELSP)⁴⁵.

O destaque alcançado durante a graduação rendera a Florestan a fama de ser um estudante exemplar, e também uma vaga para prosseguir seus estudos de pós-graduação com o mestrado na ELSP, onde receberia intensiva formação metodológica. A sua dissertação – aprovada em 1947 – com o título *A organização social dos tupinambá*, já continha algumas das características que seriam marcantes da fase mais madura do intelectual Florestan Fernandes: um debate crítico com a tradição de pensamento histórico-social brasileiro, em muitos aspectos contrariando teses até então consideradas canônicas, como por exemplo aquela que pregava a inferioridade cultural dos povos indígenas. Retornando à USP para prosseguir seus estudos de doutoramento, Florestan continua com a pesquisa sobre os *tupinambá*, avançando agora as suas análises para um argumento contra a *fragilidade dos povos indígenas* diante dos colonizadores europeus. A tese, aprovada em 1951 sob o título *A função social da guerra na sociedade tupinambá*, é considerada, até o presente, como um marco nos estudos histórico-antropológicos das nações e povos indígenas brasileiros sob uma perspectiva crítica na qual o seu autor enfrenta o paradigma até então atribuído aos povos indígenas de nosso território, a saber, o de que estes se *apassivaram* diante da “conquista” dos povos europeus, considerados civilizadamente mais adiantados.

Na sequência Florestan prossegue, ainda na USP, para mais um degrau de sua formação acadêmica, tendo sua tese de livre docência sido aprovada em 1953 com o título *Ensaio sobre o método de interpretação funcionalista na Sociologia*, trabalho em que o autor demonstra um formidável domínio teórico e metodológico em Ciências Sociais, e que o habilita para a função de docente à frente da cadeira de *Sociologia I* da USP, já em 1954, função para a qual um novo desafio lhe seria

⁴⁵ Roger Bastide publicara, juntamente com Florestan Fernandes, a obra *Branco e Negro em São Paulo* (1959). Sobre a influência metodológica da ELSP na obra de Florestan, assim se expressou Sereza: “Independentemente das opiniões que explicitaria mais tarde sobre a ELSP e sobre a FFCL, o fato é que nos seminários de etnologia brasileira dirigidos por Herbert Baldus começou a gestar-se na escola a primeira grande pesquisa de Florestan, que resultou na tese e, posteriormente, no livro *A organização social dos Tupinambá*” (Sereza, 2005: 79) ao que ele mesmo acrescenta, sobre o prosseguimento de estudos de Florestan em seu doutorado na USP, que “Se o funcionalismo de Durkheim e Marcel Mauss fornecia um dos pilares da *Organização social*, desta vez Florestan mergulha ainda mais no método” (Sereza, 2005: 82).

colocado: a tarefa intelectual de legitimação da Sociologia enquanto uma especialidade científica de suma importância e utilidade para o enfrentamento dos grandes *problemas nacionais* que afetavam o país naquele momento.

Tendo em vista a tradição preexistente no Brasil de uma reflexão político-social, somada ao recente florescimento de teorias políticas e sociais estudadas nos cursos de Ciências Sociais, e também a atual conjuntura vivenciada pelo país desde a abertura do regime político em 1945, cuja agenda política estava pautada pela necessidade de um desenvolvimento acelerado, a tônica da agenda intelectual do período consistia em lidar com questões relacionadas à modernização, à industrialização e à urbanização, todos relacionados direta ou indiretamente com a questão central do crescimento e do desenvolvimento. Podemos observar na produção intelectual de Florestan Fernandes deste período dois tipos de respostas aos desafios de consolidação e de legitimação das Ciências Sociais: numa delas Florestan empenhou-se na elaboração de manuais teóricos e metodológicos⁴⁶ visando à consolidação dos marcos teóricos e de pesquisa do novo campo científico, e uma outra resposta, com suas obras sobre o processo de formação histórica do Brasil, sobre as relações raciais no país e também sobre o processo de modernização nacional, com ênfase para as características *sui generis* do caso brasileiro de *revolução burguesa*, temas estes que remetiam às questões prementes da agenda intelectual do período (estas últimas contribuições inserem as obras de Florestan dentro do repertório de pensamento político-social daquele período).

Quanto ao primeiro tipo de resposta intelectual – a elaboração de manuais teóricos e metodológicos – surgira como consequência da necessidade de se consolidar o campo das Ciências Sociais no país, tendo também como resultado uma maior solidez na própria formação dos cientistas sociais brasileiros que, através destes manuais de sociologia, poderiam ter um acesso mais direto e facilitado às grandes discussões teóricas e metodológicas das Ciências Sociais empreendidas em âmbito internacional, tanto aquelas que se referiam ao seu período clássico e que remontavam ao século anterior, quanto aquelas que eram mais contemporâneas e estavam sendo

⁴⁶ Sobre os manuais teórico-metodológicos elaborados por Florestan Fernandes, assim se expressou Renan Freitas Pinto: “Neste aspecto o leitor percebe que Florestan Fernandes possui uma grande ambição intelectual, que é a de abordar, mesmo em alguns casos, de forma introdutória, todos os temas e problemas que, em seu julgamento, sejam importantes e necessários em primeiro lugar aos universitários, aos especialistas ou futuros especialistas e, em segundo lugar, ao público mais amplo que estava no horizonte do pesquisador quando se transformava em autor de livros de circulação nacional” (Pinto, 2008: 49).

produzidas e debatidas nos grandes centros universitários europeus e norte-americanos. Uma característica notória destes manuais teóricos e metodológicos elaborados por Florestan Fernandes consiste num diálogo crítico e construtivo, por ele empreendido, com os principais autores e correntes de diversas teorias sociais, políticas e econômicas europeias e norte-americanas, das quais tinha profundos conhecimentos advindos desde o período de sua formação na graduação:

O diálogo contínuo, aberto e crítico desenvolve-se com os principais sociólogos, ou cientistas sociais, que apresentam alguma produção para a pesquisa e a interpretação da realidade social. Aí estão representantes notáveis das escolas francesa, alemã, inglesa e norte-americana como por exemplo: Comte, Durkheim, Le Play, Simiand, Mauss, Gurvitch e Bastide; Weber, Sombart, Pareto, Simmel, Tönnies, Wiese, Freyer e Mannheim; Spencer, Hobhouse, Malinowski, Radcliffe-Brown e Ginsberg; Cooley, Giddings, Park, Burgess, Parsons, Merton e Wright Mills. Esses são alguns dos clássicos e modernos que se encontram no horizonte intelectual de Florestan Fernandes, pelas sugestões, desafios, temas, teorias e controvérsias que apresentam e provocam. Dentre todos, sobressai Mannheim. (Ianni, 1991: 19)

Podemos exemplificar este diálogo crítico e criativo que Florestan desenvolve com as escolas e autores franceses, alemães, ingleses e norte-americanos, em seus manuais teóricos e metodológicos, através de alguns apontamentos de um destes manuais – *Ensaio de Sociologia Geral e Aplicada* (doravante denominado *Ensaio*) – que fora publicado em 1960, mas que continha diversos capítulos produzidos durante a década de 1950. Uma das primeiras preocupações de Florestan ao compor o livro consistiu justamente no desafio didático referente ao enfrentamento das principais questões teóricas e metodológicas das Ciências Sociais para o estudante em processo de formação nas instituições brasileiras (em particular aqueles que estavam sob seus cuidados na USP). Florestan também aponta para a necessidade de um maior reconhecimento, no Brasil, das incipientes *ciências aplicadas* (as sociologias aplicadas já se encontravam bastante desenvolvidas, nesta época, principalmente nos Estados Unidos). Todavia, na concepção do próprio Florestan, as ciências sociais aplicadas – em particular as sociologias aplicadas – não necessitariam seguir as mesmas diretrizes de suas congêneres norte-americanas, ou seja, adaptar-se-iam melhor ao cenário intelectual brasileiro caso estivessem mais vinculadas à perspectiva mannheimiana de intervenção racional na realidade social, principalmente se pudessem contribuir para a compreensão efetiva dos processos de planejamento racional. A Sociologia Aplicada seria:

(...) capaz de detectar os problemas no interior de uma dada ordem social e capaz de formular condições de intervenção que fizessem frente a esses problemas, não apenas para resolvê-los e voltar tudo à normalidade do *status quo* anterior, mas no sentido de resolvê-los dinamicamente (...) (Cohn, 1986: 134)

Ao final do primeiro capítulo, intitulado *A Sociologia: Objeto e Principais Problemas*⁴⁷, existe uma sessão por ele denominada “*Repertório bibliográfico, concernente às principais contribuições dos sociólogos mencionados no item III do artigo*”, em que Florestan apresenta uma relação contendo 124 nomes de sociólogos e aquelas que ele considerava como sendo as principais publicações de cada um deles (conferir no Anexo B). Quanto ao que Ianni (1991: 19) se refere como o predomínio de Karl Mannheim dentre os autores discutidos por Florestan, podemos constatar, neste mesmo *Ensaio*, a existência de um capítulo específico intitulado “*As Publicações Póstumas de K. Mannheim*”. Ao refletir, posteriormente, sobre a sua produção intelectual deste período, o próprio Florestan dirá que:

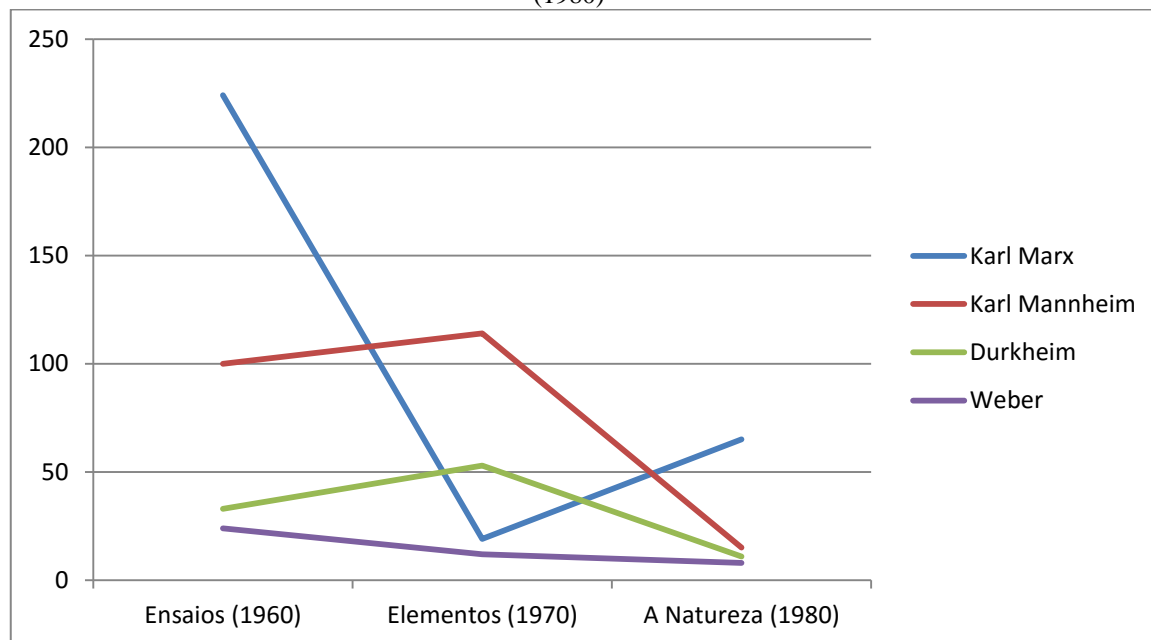
Mannheim, em particular, foi muito importante (...) De qualquer maneira, porém, através das pistas que ele abre em *Ideologia e Utopia*, *Homem e Sociedade em uma Época de Transição* e em outros livros eu podia ligar os estudantes às grandes correntes da sociologia clássica e ao que se estava fazendo graças a pesquisa empírica na psicologia social e na sociologia moderna nos Estados Unidos e na Europa. (...) ele me permitia abrir o caminho para a compreensão dos grandes temas sociológicos do presente, para a crítica do pensamento conservador, para os problemas da sociologia do conhecimento e para a natureza ou as consequências do planejamento democrático e experimental. Em especial, Mannheim permitia se tomar a contribuição de Weber e de vários outros alemães de uma maneira um pouco mais rigorosa e, inclusive, punha a contribuição de Marx à sociologia dentro de uma escala mais imaginativa e criadora. (...) De modo que Mannheim teve uma importância muito grande para mim nesse período, em que eu tentava descobrir o meu próprio caminho. (Fernandes, 1978: 19-20)

Já em outro destes manuais por ele elaborados – *Elementos de Sociologia Teórica* (doravante denominado *Elementos*) – publicado exatamente uma década depois, no ano de 1970, mas também reunindo capítulos que foram compostos desde a década de 1950, pode-se notar a permanência do mesmo “formato” do *Ensaio*:

⁴⁷ Há uma nota de rodapé localizada após o título, contendo algumas informações de suma importância sobre este primeiro capítulo dos *Ensaio de Sociologia Geral e Aplicada*: “Escrito para a *Enciclopédia Delta*. Sob autorização especial do editor, foi tirada uma edição restrita, para alunos da seção de Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (*Sociologia*. Artigo transcrito da *Enciclopédia Delta*, publicação da Cadeira de Sociologia I, S. Paulo, 1957; 48 páginas), a qual aproveitamos no presente volume. Agradecemos à *Editora Delta S. A.*, pela gentileza e compreensão reveladas diante do desejo do autor de publicar autonomamente o seu trabalho.” (Fernandes, 1976b: 11).

discussões teóricas e metodológicas voltadas para o estudante de Ciências Sociais em formação, e também a consolidação de um repertório de intelectuais que, no seu entender, corresponderiam ao *mainstream* das Ciências Sociais. Todavia, nota-se agora, num pequeno detalhe, uma inversão no seu diálogo com os principais autores internacionais, que corresponde também a um ponto de inflexão mais geral em sua obra como um todo: no *Ensaio*, publicado em 1960, Karl Marx era o autor mais citado, seguido por Karl Mannheim, ao passo que no *Elementos*, publicado em 1970, Karl Mannheim é o autor mais citado, seguido agora por Emile Durkheim e por Karl Marx⁴⁸:

Gráfico 07 – Principais autores citados por Florestan Fernandes nas obras *Ensaio de Sociologia Geral e Aplicada* (1960), *Elementos de Sociologia Teórica* (1970) e *A Natureza Sociológica da Sociologia* (1980)⁴⁹



Fonte: Fernandes (1970; 1976b, 1980a). Gráfico elaborado pelo autor. Os dados completos podem ser conferidos nos Anexos C, D e E.

A predominância do diálogo com as teses de Karl Mannheim no *Elementos* ilustra os deslocamentos intelectuais de Florestan Fernandes desde meados

⁴⁸ Sobre a predominância da recepção das teses de Karl Mannheim na obra de Florestan Fernandes produzida nas décadas de 1950 e 1960, assim se expressou Gabriel Cohn, ao afirmar que Florestan "(...) estava às voltas com a questão – com os dilemas, para usar a expressão mais dele – da democracia numa sociedade capitalista, numa sociedade burguesa em constituição, sem, em termos da sua preocupação científica, questionar a fundo essa sociedade enquanto capitalista, enquanto burguesa e sem, na realidade – e isso é importante –, nomeá-la diretamente como burguesa ou capitalista, mas sim nomeando-a como 'ordem social competitiva'." (Cohn, 1986: 135).

⁴⁹ Ressaltamos que cada um destes manuais consiste numa compilação de textos, os quais, em sua maioria, haviam sido publicados anteriormente, de maneira isolada, ou apresentados como comunicações em congressos e eventos.

dos anos 1950 até meados dos anos 1960, o que também pode ser verificado pela existência de um volumoso capítulo (o qual equivale, sozinho, a mais de um quinto de todo o *Elementos*) intitulado “A *Concepção de Ciência Política de K. Mannheim*”. Este capítulo também evidencia, como já mencionado anteriormente, a predominância de temas relacionados à política na agenda intelectual do período posterior a 1964.

Quanto ao segundo tipo de resposta intelectual de Florestan para o desafio de consolidação e legitimação das Ciências Sociais – as suas obras sobre o processo de formação histórica do Brasil, sobre as relações raciais no país e também sobre o processo de modernização nacional – podemos mencionar a sua publicação, já em 1960, da obra *Mudanças Sociais no Brasil* (que veio a público um ano após a publicação de *Branços e Negros em São Paulo*, este último em coautoria com Roger Bastide). A partir desta publicação pode-se verificar um deslocamento, nas análises de Florestan, para a interpretação histórica dos principais processos de formação social, econômica e política do Brasil. Tais estudos de interpretação histórica não se constituem em simples *relicários* para ornamentar a estante dos conhecimentos sobre o país. Ao repensar, criticamente, a formação socioeconômica e política do Brasil, Florestan oferece subsídios, através de suas análises sobre processos pretéritos, para a compreensão dos processos políticos, sociais e econômicos *in flux*.

A importância de tais interpretações históricas consiste justamente na fundamentação de um diagnóstico preciso sobre o processo de desenvolvimento – político, econômico, social – brasileiro, desde tempos mais remotos até o presente momento, ou, em outras palavras, tais interpretações históricas, ao diagnosticarem com precisão os principais *problemas nacionais* permitem um avanço na própria atividade científica ao se justificar as atividades dos intelectuais voltadas para a intervenção na realidade social com fins de superar os problemas então identificados:

(...) uma vez que o Estado brasileiro se legitimava por uma dupla aptidão – a de se adaptar às leis que presidem à evolução do real, e a de promover uma racionalidade que orientasse o desenvolvimento econômico e gerasse as relações sociais –, ele conferia à ciência o estatuto de componente primordial da política e, simultaneamente, aos “intelectuais” o de protagonistas privilegiados da vida política. Estado e intelectuais estavam mutuamente comprometidos. (Pécaut, 1990: 73)

A maioria dos cientistas sociais reconhece que a pesquisa, no campo das ciências sociais, possui implicações políticas. Reconhece que, direta e indiretamente, a pesquisa feita pelo economista, sociólogo, politicólogo, antropólogo, psicólogo e historiador tem conotação política. Também os trabalhos do psicólogo e historiador não escapam a essa conotação. É claro

que as implicações políticas são mais evidentes quando se trata da pesquisa sobre um problema do presente, ou situação na qual os homens do presente estão empenhados. Mas também quando está em causa uma situação passada ela pode ter implicações políticas. Quando se diz que cada “geração” refaz a história do seu país, diz-se inclusive que cada regime político, ou governo, reinterpreta o passado à luz da sua imagem do presente. Às vezes procura-se glorificar o passado, ou uma parte dele. Outras vezes procura-se mostrar que o presente é totalmente novo, apresentando uma ruptura revolucionária com o passado. O vencedor tende a instaurar a sua narração. (Ianni, 1989: 211)

Do complexo conjunto de temas e problemas analisados na obra de Mannheim, gostaríamos de selecionar aqueles que, ajustados em seu alcance explicativo para sociedades centrais (o ambiente da Europa da primeira metade do século XX), puderam ser recebidos e influenciar o contexto intelectual latino- -americano, em especial o pensamento social e político brasileiro do período compreendido entre os anos 1950 e 1975. São eles: (i) a concepção epistemológica da Sociologia do Conhecimento; (ii) a função social do conhecimento e o papel dos intelectuais e (iii) a noção de racionalidade do desenvolvimento social e as tarefas da democracia em situação de planejamento. (Cepêda & Mazucato, 2015: 67).

Encontra-se aí um importante alicerce da fundamentação elaborada por Florestan sobre a legitimação e a importância das Ciências Sociais – afinal, as mesmas encontravam, na conjuntura política nacional, um argumento apontando para a sua função social – argumento este que trazia para o primeiro plano do debate intelectual do autor algumas questões sobre os processos de modernização, industrialização e urbanização, como consequência imediata do debate político nacional, indicando também, neste caso, o destacado papel político e social reservado aos próprios intelectuais enquanto elaboradores de diagnósticos sociológicos. Estes trabalhos de interpretação histórica seguiriam por dois caminhos distintos, na trajetória posterior de Florestan pelos anos 1980 e 1990, porém manteriam, como denominador comum, a perspectiva crítica do autor:

Nessa altura da história, dentre as tendências, escolas ou estilos de pensar que se formam, emerge a sociologia crítica elaborada por Florestan Fernandes. Aos poucos, pela originalidade das contribuições teóricas e históricas, a sua obra sobressai no âmbito da sociologia brasileira, considerada como um sistema de saber, pensar. É claro que outras obras também se afirmam de maneira mais ou menos marcante. Mas é inegável que o conjunto das monografias e ensaios, livros e artigos, cursos e conferências, campanhas e debates produzidos por Florestan Fernandes revelam uma obra vigorosa, nova, com larga influência no ensino e pesquisa, nas interpretações e controvérsias que se espraiam pelo pensamento brasileiro. Inaugura uma linhagem sociológica que descortina novas possibilidades de pensar e modificar a sociedade, a história. (Ianni, 1989: 92)

Os seus estudos sobre relações raciais no Brasil, que se iniciam em 1959 com a publicação em coautoria com Roger Bastide, de *Branços e Negros em São Paulo*,

constituirão uma importante linha de pesquisa na agenda intelectual de Florestan Fernandes, conforme indicado anteriormente na Figura 01, tendo uma continuidade mais direta nas obras *A Integração do Negro na Sociedade de Classes* (publicada em 1964) e *O Negro no Mundo dos Brancos* (publicada em 1972). O tema das relações raciais no Brasil estará presente nas publicações de Florestan até o final de sua vida em 1995⁵⁰.

Já os seus estudos sobre os processos de modernização do Brasil e da América Latina, iniciados com a publicação em 1960 de *Mudanças Sociais no Brasil*, teriam um prolongamento temporal mais delimitado do que os seus estudos sobre relações raciais no Brasil, contendo obras que vieram a público até 1975. Fazem parte desta agenda de pesquisas as obras *A Sociologia numa Era de Revolução Social* (publicada em 1962), *Sociedade de Classes e Subdesenvolvimento* (de 1968, a primeira da safra desta agenda de pesquisa a ser publicada após o golpe militar de 1964), seguida por *Capitalismo Dependente e Classes Sociais na América Latina* (que vem a público em 1973) e, finalmente, fechando este ciclo de pesquisas, Florestan publica em 1975 a obra *A Revolução Burguesa no Brasil – ensaios de interpretação sociológica*. Este conjunto de obras, sobre o processo de modernização brasileiro e latino-americano, oferecia subsídios teóricos para a elaboração de projetos de *intervenção racional* na realidade política, econômica e social, intervenções estas que poderiam alterar qualitativamente, para melhor, a própria realidade política, econômica e social do país. Conforme exposto no gráfico 07, sobre os principais autores com os quais Florestan dialoga mais diretamente nos seus manuais teórico-metodológicos, também neste conjunto de obras nota-se que nas duas primeiras (*Mudanças Sociais no Brasil* e *A Sociologia numa Era de Revolução Social*) predomina um diálogo crítico com as teses de Karl Mannheim, cujo modo privilegiado de intervenção racional na realidade seria através do planejamento de tipo democrático, orientado pelos diagnósticos elaborados pelos sociólogos, ao passo que nas três últimas (*Sociedade de Classes e Subdesenvolvimento*; *Capitalismo Dependente e Classes Sociais na América Latina* e *A Revolução Burguesa no Brasil*) assume um protagonismo o diálogo com autores e perspectivas teóricas marxistas em que, por sua vez, o principal modo de intervenção na

⁵⁰ Compreendem as seguintes publicações posteriores: *O Significado do Protesto Negro* (1989a) e *Consciência Negra e Transformação da Realidade* (1994a).

realidade pelos sociólogos seria o engajamento político dos intelectuais e a revolução contra a ordem⁵¹.

O papel desempenhado por Florestan Fernandes na institucionalização das Ciências Sociais no Brasil – especificamente nos períodos que definimos como de consolidação e legitimação, a partir da década de 1950, e de especialização, a partir da década de 1970 – impôs ao conjunto de sua obra uma amplitude temática (conforme apresentado na Figura 01) que, somada à dimensão temporal de sua produção, permitem mais de uma perspectiva de periodizá-la (cf. Mota: 1986; Cohn: 1986; Freitag: 1987; Arruda: 1989; Ianni: 1991; Lahuerta: 2005). Estas periodizações já consolidadas pensam a trajetória intelectual de Florestan Fernandes, como descrito na introdução desta pesquisa, a partir de quatro períodos distintos (Arruda: 1989), ou então a partir de dois períodos (Mota: 1986; Freitag: 1987), localizando em diversos momentos, a partir da lógica que orienta a perspectiva de classificação de cada um, os pontos de inflexão, tais como: (i) o começo da década de 1950, (ii) o final dos anos 1950, (iii) o ano de 1962, com a publicação de *A Sociologia numa Era de Revolução Social*, (iv) o ano de 1967, com a publicação de *Fundamentos Empíricos da Explicação Sociológica*, e (v) o ano de 1969, em que ocorre a sua aposentadoria compulsória⁵².

Para esta pesquisa foi adotada, conforme exposto, outra forma de periodizar a produção intelectual de Florestan, a qual, em nosso entender, reflete melhor o que se pretende analisar: os deslocamentos teóricos e conceituais na obra de Florestan Fernandes selecionada para esta pesquisa. A partir desta perspectiva compreendemos que existe um momento inicial em que o autor conclui a sua formação acadêmica e também participa mais intensamente do período de consolidação e legitimação das Ciências Sociais no Brasil, que vai da década de 1940 até o ano de 1960. A partir daqui surge uma produção que predominará dentre toda a sua safra deste período, sobre os processos de modernização no Brasil e na América Latina, compreendendo os anos entre 1960 e 1975, que coincide também com o momento em que Florestan está bastante preocupado com a função social da ciência e o papel político dos intelectuais.

⁵¹ Estas questões serão abordadas pormenorizadamente nos capítulos seguintes deste trabalho.

⁵² Para mais informações a este respeito da periodização da obra de Florestan Fernandes cf. Lahuerta (2005). Sobre a sua aposentadoria compulsória em 1969, Heloísa Fernandes ressalta que “Exílio não é emigração (...) O emigrante viaja nos braços de um desejo em relação ao seu lugar de destino. O exilado carrega uma sentença de expulsão, forçada ou voluntária, da sua terra. O emigrante quer ser aceito e reconhecido, ele é movido por um desejo de futuro. O exilado é o desterrado, o retirante imerso no trabalho do luto da sua querência, condenado a carregar, nas cores da saudade, um passado que recusa abandonar.” (Fernandes, 2005: 13).

Finalmente, um terceiro período, que se inicia em 1969 com a sua aposentadoria compulsória e com o seu exílio, mas que se intensifica em 1975 e se estende até o final de sua vida, em que a sua produção intelectual reflete mais intensamente uma orientação teórica marxista e está em grande medida voltada para a militância política, incluindo o período final em que se vincula ao Partido dos Trabalhadores e se elege deputado federal.

Feitas estas considerações mais abrangentes sobre o contexto de institucionalização, de consolidação e de legitimação das Ciências Sociais no Brasil, incluindo-se o período em que Florestan desponta não somente como um grande acadêmico, mas também como um participante ativo dos debates intelectuais da época, podemos passar, a seguir, às análises mais pontuais sobre alguns aspectos de sua obra dos anos 1960 a 1975, a partir de dois grandes eixos: o primeiro deles, abordado no *capítulo II*, tomará como referência a relação entre ciência e mudança social (a qual caracterizou de forma mais marcante um dos aspectos da produção de Florestan do referido período, a saber, a cientificidade dos diagnósticos sociológicos) e também um importante aspecto de sua produção intelectual deste período, que designamos como “a interpretação do Brasil” elaborada por Florestan Fernandes, que pode ser deduzida a partir das obras que selecionamos para análise; e o segundo grande eixo, abordado no *capítulo III*, tratará da intrincada relação entre a interpretação histórica e a transformação política, em que verticalizaremos a discussão sobre três grandes temas abordados por Florestan Fernandes em sua “interpretação do Brasil”: a dependência, o subdesenvolvimento e o desenvolvimento, que contribuem para situar a sua produção intelectual deste período como refletindo majoritariamente sobre os aspectos políticos dos processos e mudanças sociais em curso no Brasil, com ênfase para a questão da democracia.

II. FLORESTAN FERNANDES E A INTERPRETAÇÃO DO BRASIL: CIÊNCIA E MUDANÇA SOCIAL

Neste capítulo será analisado um importante aspecto da obra de Florestan Fernandes do período de 1960 a 1975: a interpretação do Brasil com o objetivo de captar as mudanças sociais em curso no país⁵³. Todavia, como o tema já estava presente na obra de Florestan da década de 1950, em especial em alguns capítulos de seus manuais teóricos e metodológicos, a análise se iniciará com uma discussão, ainda que brevemente, sobre tais manuais para, então, adentrar nas obras publicadas entre 1960 e 1975 selecionadas para esta pesquisa.

Como bem salientou Ianni (1989: 7-21) no período imediatamente posterior à reabertura do regime político ocorrida em 1945 três grandes temas eram predominantes na agenda intelectual brasileira: o primeiro deles diz respeito à “crise de transição”, que procurava compreender a passagem do capitalismo agrário para o capitalismo industrial no país, o segundo consistia num conjunto de “reinterpretações” da história social brasileira e, por fim, um terceiro tema consistia na “revolução nacional”. Estes três temas constituíam, de acordo com Ianni, o eixo da agenda intelectual das Ciências Sociais brasileiras entre 1945 e 1964, e contribuíram para alçar o conhecimento científico – e o seu produtor, o intelectual – cada vez mais para o primeiro plano dos grandes debates nacionais:

Pode-se dizer que “a década de 40 foi para o intelectual uma década de consolidação, especialmente quando se pensa em termos de universidade; a década de 50 é uma década de florescimento, de auto-afirmação e que engendra a era de conflito irremediável. (Ianni, 1989: 99)

Pode-se considerar que os intelectuais designavam-se, neste sentido, como os *desbravadores da realidade*, ou seja, a sua condição de “cientistas” rendia-lhes

⁵³Atentamos para um fato que não pode ser desconsiderado, a saber: embora nos referimos às mudanças sociais “em curso” no país, a obra de Florestan Fernandes sempre leva em consideração as “mudanças sociais, políticas e econômicas” progressas. Ainda que este aspecto revele-se em praticamente todos os seus livros que selecionamos para esta pesquisa, o mesmo é ainda mais nítido quando pensamos especificamente em *A Revolução Burguesa no Brasil*. Sobre o conceito de “mudança” na obra de Florestan Fernandes assim se expressou Renan Freitas Pinto: “Se admitimos, por parecer correto, que toda sua obra, independentemente de sua contribuição científica, representaria a visão de um intelectual que interpreta o Brasil sob o prisma das mudanças e dos obstáculos às mudanças, muito mais seremos obrigados a admitir que a noção de mudança é um elemento inseparável da construção de seu pensamento. (Pinto, 2008: 92).

a sensação – correspondida pela sociedade e pelo Estado – de que eram os elaboradores da “verdade” sobre a situação do país. Sobre tal questão assim se expressou Pécaut:

Desde os pensadores de 1930, que delinearão em detalhes o esquema da boa organização social, até os de 1955, que imaginaram o desenvolvimento correto, todos se achavam igualmente persuadidos de que expressavam apenas o que *é*, de fato, o social e o que *é*, de fato, o desenvolvimento – estavam convencidos de que as ideias comandavam diretamente o devir histórico. (Pécaut, 1990: 8)

Porém, ainda que uma grande quantidade de *interpretações do Brasil* existissem, uma crítica central fora dirigida a elas por Florestan Fernandes: em sua maioria elas careciam de uma natureza científica rigorosa, de procedimentos metodológicos⁵⁴. Se Florestan afirmava que apenas os bons diagnósticos da realidade poderiam orientar a intervenção racional, estas *interpretações do Brasil* careciam de robustez científica, portanto, as conclusões a que as mesmas chegaram deveriam ser postas em suspenso e os seus temas e problemas deveriam ser novamente estudados, agora sob iluminação de procedimentos científicos mais rigorosos⁵⁵. A este respeito assim se manifestou Ianni:

É claro que a formação da sociologia compreende a progressiva incorporação da metodologia da pesquisa. Ao lado do ensaio, desenvolve-se a monografia. Além da exploração impressionística das fontes, aperfeiçoa-se a hermenêutica, análise de conteúdo. Pouco a pouco, as pesquisas de campo e reconstrução histórica realizam-se conforme critérios metodológicos codificados e largamente aceitos na linguagem e problemática da sociologia mundial. Acontece que a sociologia brasileira havia ficado, por muito tempo, pendente de avaliações extracientíficas que subestimavam, ou mesmo combatiam, a pesquisa. Aos poucos, mudou a situação, no jogo das relações entre ciência e sociedade, melhorando cada vez mais as perspectivas da pesquisa científica. (Ianni, 1989: 89)

⁵⁴ A referência de Florestan diz respeito aos trabalhos que ficaram conhecidos como *ensaístas*, em sua grande parte elaborados nas primeiras décadas do século XX, sem que neles fossem utilizados dados empíricos para reforçar os argumentos de seus autores (nesta categoria ele compreende grande parte dos escritos de Oliveira Vianna, Sérgio Buarque de Holanda, Gilberto Freyre, Manoel Bonfim, Alberto Torres), cf. Fernandes (1980b). A crítica de Florestan à esta produção sociológica anterior estava fortemente marcada pela questão metodológica, como afirma Renato Ortiz: “Até a década de 40, a produção de pensamento sociológico no Brasil se fazia dentro de um contexto em que literatura, filosofia, discurso político, beletismo, se misturavam. Uma disciplina marcada pelo ecletismo e pelo ensaísmo, que se construía sobre o fundamento de afirmações genéricas que prescindiam de um trabalho sistemático de pesquisa” (Ortiz, 1990: 165).

⁵⁵ De modo geral, Octávio Ianni tece um comentário às visões “cientificistas” daquele período, dado que, se por um lado conseguiram elevar o grau de cientificidade e de confiabilidade de suas pesquisas, por outro lado tais visões seriam responsáveis por um “estreitamento” da imaginação sociológica: “Acresce, ainda, que a condenação de certos ‘modelos’ de interpretação, como ultrapassados, pré ou paracientíficos, exerce o efeito negativo de intimidar a inteligência de jovens sociólogos, fazendo-os temer o uso inteligente da imaginação sociológica” (Ianni, 1989: 134).

A ciência social assumia um papel destacado à medida em que era alçada à condição de diagnóstico da realidade nacional, cabendo, conforme Elide Rugai Bastos, às Ciências Sociais “(...) a produção de uma narrativa e uma interpretação do país que forneceu diagnósticos sobre essa situação tão particular, os quais ancoram modos diferenciados para o encaminhamento dos problemas” (Bastos, 2002: 184). A seguir, analisaremos como Florestan enfrentou um tema forte como a relação entre a ciência e a sociedade, questão esta bastante presente em seus manuais, cujos textos foram redigidos principalmente na década de 1950 e, em seguida, nos debruçaremos sobre a “interpretação do Brasil” elaborada por Florestan Fernandes, adentrando no período de 1960 a 1975.

2.1 – A relação entre ciência e sociedade nos *manuais* elaborados por Florestan Fernandes

A trajetória intelectual de Florestan Fernandes desde meados da década de 1940 até a década de 1950, como apontado no capítulo anterior, esteve fortemente vinculada ao *ensino* e à *pesquisa* em Ciências Sociais no Brasil. A partir de uma primeira análise foi possível concluir que neste período o autor em questão estava imbuído em dupla tarefa intelectual: por um lado, uma agenda de pesquisa mais vinculada ao processo de institucionalização (consolidação e legitimação) das Ciências Sociais deste período – estreitamente associada ao ensino de teorias e metodologias – e, por outro lado, uma agenda de pesquisa mais próxima da reflexão teórica e empírica, em que o autor se debruçou sobre questões étnicas e raciais brasileiras.

Da primeira agenda de pesquisa indicada acima resultaram principalmente obras que tinham como objetivo sistematizar o ensino das Ciências Sociais no Brasil (saltam à vista os seus manuais teóricos e metodológicos, como *Ensaio de Sociologia Geral e Aplicada*; *Elementos de Sociologia Teórica*; *Fundamentos Empíricos da Explicação Sociológica*)⁵⁶. Da segunda agenda de pesquisa,

⁵⁶ Salientamos que, ainda que estes manuais teóricos e metodológicos tenham sido publicados entre os anos de 1960 e 1970, os mesmos constituem em compilações (coletâneas de capítulos), cujas partes foram escritas principalmente durante a década de 1950. Tal fato levanta uma questão sobre o que denominamos como sendo o *momento de publicação* (primeiro momento em que Florestan escreveu e publicou os capítulos, geralmente em periódicos) e o que denominamos como sendo o *momento de republicação* (correspondendo ao momento subsequente em que Florestan compila uma série de textos escritos anteriormente, dando uma unidade, e os republica na forma de livro, no caso os “manuais”,

aquela em que o autor se debruçou, durante o referido período, sobre aspectos teóricos e empíricos relacionados a questões étnicas e raciais brasileiras, resultaram algumas obras que se tornaram clássicas das Ciências Sociais no Brasil, como é o caso, por exemplo, de *A Organização Social dos Tupinambá* e *A Função Social da Guerra na Sociedade Tupinambá* (ambas constituindo-se em referências teórico-metodológicas em pesquisas históricas em Antropologia), e também os seus primeiros estudos em que se debruçou sobre o tema das relações raciais no Brasil, cujo exemplo maior foi a publicação de *Branços e Negros em São Paulo*⁵⁷. Embora estas duas agendas de pesquisa tenham se constituído nos pilares que projetaram a carreira acadêmica de Florestan Fernandes, consideramos que a elaboração e publicação dos *manuals* possua maior proximidade com a presente pesquisa: isto porque, para além de “demarcar” o campo teórico e metodológico das Ciências Sociais brasileiras (em particular da Sociologia), apresentando teorias e teóricos de circulação internacional, nestes *manuals* o autor também introduz questões de natureza política, como é o caso, por exemplo, da função social da ciência e do papel político dos intelectuais⁵⁸. Neste sentido, vamos nos debruçar, ainda que brevemente, sobre alguns dados encontrados nos *manuals* e que podem ser considerados importantes para se compreender o sentido atribuído por Florestan à ciência e ao papel dos intelectuais na década de 1950, que sofrerá modificações ao longo da década de 1960 até 1975, como será demonstrado mais adiante.

Nos *manuals* de Florestan foi possível identificar uma série de questões que faziam parte do repertório intelectual do período, como é o caso, por exemplo, da

conferindo-lhes uma nova unidade e um sentido mais amplo). Ainda que reconheçamos que tal observação seja extremamente importante quando lidamos com os conteúdos destes “*manuals*”, neste trabalho estamos levando em consideração apenas o que denominamos como *momento de republicação*.

⁵⁷ Publicado em coautoria com Roger Bastide no ano de 1959, esta obra tornou-se uma referência para a Sociologia nacional sobre o tema das relações raciais no Brasil.

⁵⁸ Seria possível abrir uma chave de discussão, a partir da análise dos referidos *manuals* teórico-metodológicos, sobre o enfrentamento feito por Florestan Fernandes em relação ao *ensaísmo* prevalecente no momento anterior de institucionalização das Ciências Sociais no Brasil. Os *manuals* seriam importantes lances de Florestan para firmar a posição e a necessidade de maior grau de cientificidade das Ciências Sociais, visão defendida pelo autor em particular na segunda metade da década de 1940 e na década de 1950. Todavia, não adentraremos nesta questão por acreditarmos que a mesma se constitua num importante elemento que aponta para um enfrentamento feito por Florestan com o contexto intelectual de período anterior (primeiras décadas do século XX), distanciando-se do foco da presente pesquisa, que consiste no enfrentamento de Florestan Fernandes com o contexto intelectual e político do período posterior, mais especificamente no período de 1960 a 1975.

fundamentação das Ciências Sociais⁵⁹ (principalmente quanto à demarcação da sua natureza, objetivos e metodologias de pesquisa), ou ainda dos aspectos teóricos inerentes à análise e explicação dos fenômenos sociais, culturais, econômicos e políticos⁶⁰. Ainda que os *manuals* teórico-metodológicos guardem diferenças entre si, principalmente no que diz respeito à maneira como o autor compilou e organizou os capítulos de cada um deles, para esta pesquisa foram analisados os aspectos em que os mesmos guardam mais proximidade entre si, e que, dentro da perspectiva metodológica que orienta esta pesquisa, pode-se considerá-los como parte de um mesmo projeto de Florestan Fernandes (quando pensamos, inspirados em Quentin Skinner, no *significado* presente nas *intenções do autor*) dentro do quadro maior de consolidação e de legitimação das Ciências Sociais no país. Estes elementos de proximidade podem ser observados em dois aspectos nos *manuals*: (i) o autor procura fundamentar as questões teóricas e metodológicas envolvidas na pesquisa e na explicação das Ciências Sociais e (ii) Florestan empreende uma tentativa de consolidar os marcos de referência teórica internacional das Ciências Sociais, com ênfase para autores e obras que seriam referência para a formação acadêmica dos novos estudantes nas instituições brasileiras⁶¹. Vejamos mais detidamente como as questões da *natureza do conhecimento*

⁵⁹ O próprio Florestan expressaria, no livro *A Condição de Sociólogo*, publicado em 1978, que neste período a ambição dos cientistas sociais brasileiros era “construir a sociologia como uma ciência empírica”, ao que ele mesmo acrescenta que “A minha primeira grande ambição foi trabalhar com essas questões e vocês poderão perceber isso lendo os *Fundamentos Empíricos da Explicação Sociológica*, os *Ensaio de Sociologia Geral e Aplicada* e *Elementos de Sociologia Teórica*” (Fernandes, 1978: 16-7).

⁶⁰ Como demonstraremos mais adiante, neste capítulo e no seguinte, Florestan Fernandes procura ressaltar que o *fenômeno* que se constitui como objeto das Ciências Sociais possui uma natureza *social, política, econômica e cultural*, fato que passa muitas vezes despercebido em seus manuais, mas que salta à vista nas obras que analisamos mais pormenorizadamente nesta pesquisa e que foram publicadas entre 1960 e 1975 (*Mudanças Sociais no Brasil; A Sociologia numa Era de Revolução Social; Sociedade de Classes e Subdesenvolvimento; Capitalismo Dependente e Classes Sociais na América Latina; A Revolução Burguesa no Brasil*). Este dado constitui-se de grande importância para a consistência da fundamentação da análise que propomos nesta pesquisa, uma vez que, ainda que não seja amplamente considerado pela bibliografia sobre o assunto, tal aspecto se torna relevante para situar a dimensão política da obra e do pensamento de Florestan Fernandes no período de 1960 a 1975.

⁶¹ A este respeito Renan Freitas Pinto afirmou, sobre Florestan Fernandes, que “A maneira como apresenta seus livros teóricos pode ser tomada como um ponto de partida para conhecermos quais são os principais objetivos teóricos, quais os problemas que são colocados em primeiro plano e o desenvolvimento que se processa na obra em relação à elaboração de determinadas questões. Podem esses livros ainda ser ponto de partida para identificarmos quais os autores clássicos e atuais que participam do processo de elaboração teórica do autor, da mesma forma que nos indicam os principais problemas conceituais e metodológicos que estão presentes em suas investigações de natureza empírica” (Pinto, 2008: 120).

científico, da função social da ciência e do papel dos intelectuais aparecem nos manuais teórico-metodológicos⁶².

Já no prefácio dos *Ensaio*s pode-se observar que Florestan afirma que “Estamos, visivelmente, empenhados na dupla missão de contribuir para o progresso da Sociologia como ciência e de intensificar sua renovação ou expansão no Brasil” (Fernandes, 1976b: 8). Este “depoimento” do autor explica não somente as suas intenções mais explícitas – como aparecem textualmente – como também aponta para os seus objetivos mais profundos dentro do quadro mais amplo de consolidação das Ciências Sociais no Brasil⁶³. Um outro aspecto formal desta obra (que aponta para uma proximidade com a agenda de pesquisa relacionada com o ensino das Ciências Sociais) pode ser notado na própria maneira de constituição das duas partes do livro: a primeira parte denomina-se “*Aspectos Teóricos e Práticos da Sociologia*” e a segunda parte intitula-se “*Aspectos da Formação e Desenvolvimento da Sociologia*”. Como afirmamos anteriormente, os diversos capítulos que compõem o presente livro foram escritos em momentos distintos desde o final da década de 1940 até o final da década de 1950, ao compilá-los e republicá-los no *Ensaio*s, Florestan estava imbuído de outras intenções e conferiu-lhes um novo sentido.

Fundamentar a explicação científica dos fenômenos e processos sociais possuía, no momento em que Florestan escreve os capítulos de seus *manuais* (final da década de 1940 e década de 1950) uma implicação política, uma vez que, ao fazê-lo, o autor legitimaria as *interpretações sociológicas* sobre o Brasil como sendo portadoras de alto valor explicativo para se compreender a realidade nacional, alçando, por sua vez, os seus “autores” à condição de “atores políticos” fundamentais no debate intelectual da época. A *explicação sociológica* conteria um potencial (já apontado por Karl Mannheim, como reconhece Florestan) de orientar a intervenção prática na própria realidade: a aplicação do conhecimento científico. Neste sentido Florestan realiza um

⁶² Como dissemos anteriormente, a visão de Florestan Fernandes sobre estas três questões, presente nos manuais teórico-metodológicos, fornece-nos um retrato de seu pensamento a este respeito na década de 1950 (momento em que os capítulos que compõem os manuais foram elaborados). Veremos que nas obras de 1960-1975 que analisamos na presente pesquisa o autor alterará em maior ou menor grau o seu pensamento a respeito destas três questões.

⁶³ Um bom exemplo disto é o primeiro capítulo, intitulado “*A Sociologia: Objeto e Principais Problemas*”, ao final do qual Florestan apresenta um “*Repertório bibliográfico, concernente às principais contribuições dos sociólogos mencionados no item III do artigo*” (ver ANEXO B) contendo uma relação de 124 nomes (e um conjunto de obras de referência de cada um destes autores) que constituiriam o *mainstream* da Sociologia. Cf. Fernandes (1976b: 45-64).

balanço sobre o *estado da arte* da sociologia no âmbito internacional na primeira metade do século XX:

Nem todo progresso teórico recente da Sociologia explica-se, porém, pelas referidas consequências do desenvolvimento da pesquisa empírica sistemática. Vários especialistas modernos mantiveram-se fiéis aos padrões de trabalho científico, criados durante o transcorrer do primeiro quartel do século. Contudo, contribuíram de forma original seja para a integração teórica de conhecimentos acumulados pela Sociologia Sistemática (Gurvitch, Ginsberg, Dupré, Geiger, Dunkmann, Becker, etc.); seja para a formulação dos problemas, dos conceitos e dos métodos da Sociologia Diferencial (Mannheim, Alfred Weber, Freyer, etc.); seja para a ampliação do campo e dos problemas da Sociologia Descritiva (Halbwachs, Maunier, Mukerjee, etc.) ou da Sociologia Comparada (Becker, Landtman, Fauconnet, Przyluski, etc.). Além disso, foram esses especialistas que imprimiram novos rumos às antigas aspirações práticas dos pioneiros e dos fundadores da Sociologia, lançando os fundamentos das teorias modernas da intervenção racional na realidade social (Mannheim, Silberman, Gurvitch, Freyer, etc.). (Fernandes, 1976b: 41-2)

Por trás deste grande debate epistemológico em que Florestan Fernandes está adentrando com os seus manuais teórico-metodológicos, tem-se uma questão central no contexto intelectual brasileiro dos anos 1945-1964, que consistia nos caminhos científicos para a intervenção racional na realidade nacional⁶⁴, cujo denominador comum consistiu nas discussões empreendidas por diversos intelectuais sobre o tema do *planejamento*. Isto colocava a própria ciência, e por consequência também os intelectuais, no centro dos debates, alçando-os para o primeiro plano das discussões políticas no país (*cf.* Pécaut: 1990). Se a ciência adquiria tamanha importância para o futuro na nação, ao permitir uma nova dinâmica aos processos de *planejamento* – em particular o *planejamento econômico* – tornava-se fundamental discutir-se o estatuto epistemológico das Ciências Sociais. Neste sentido, Florestan empreenderá a sua tentativa de fundamentar a cientificidade das Ciências Sociais sem recorrer automaticamente a pressupostos positivistas (tão em moda à época), mas o fará

⁶⁴ As discussões sobre a possibilidade de se utilizar o conhecimento científico para fins de intervenção na realidade já estavam presente nas principais correntes teóricas do final do século XIX – positivismo, historicismo e marxismo. No Brasil, também data desta época uma série de discussões sobre a *realidade nacional* e as possibilidades e caminhos de *intervenção* nesta realidade, discussões estas que ganham consistência a partir da década de 1930, momento em que o Estado assume como sua a tarefa de uma maior intervenção na economia e na sociedade. Todavia, com a abertura do regime político ocorrida em 1945, somada à conjuntura política internacional, que neste momento se debruçava em processos de “reconstrução” do mundo pós Segunda Guerra Mundial, tais discussões sobre as possibilidades do conhecimento científico colaborar para uma intervenção racional na realidade adquiriu um papel ainda mais destacado.

através de um movimento mais amplo que leve em consideração os processos de pesquisa e de explicação dos fenômenos:

De um lado estão os problemas que dizem respeito à unificação teórica da Sociologia. Pelo que se sabe, a solução desses problemas pressupõe uma separação mais rigorosa dos diferentes campos fundamentais da investigação sociológica. De outro lado, estão os problemas relativos à lógica da explanação científica na Sociologia. Enquanto subsistir a atual separação entre os métodos “técnicos” (de investigação) e os métodos “lógicos” (de interpretação), será impossível estabelecer uma comunicação orgânica entre a pesquisa empírica sistemática e a teoria, nos vários campos da Sociologia. (Fernandes, 1976b: 42)

A intenção de Florestan, ao realizar esta discussão, consiste justamente na indicação de que o aprimoramento e a consolidação da Sociologia Aplicada seria a solução possível para a superação de tal descompasso entre pesquisa e interpretação, principalmente para as Ciências Sociais no Brasil, que se viam diante de desafios intelectuais diferentes daqueles impostos para as Ciências Sociais produzidas nos Estados Unidos e na Europa. O mimetismo não poderia ser uma solução para os países como o Brasil, dado que as teorias elaboradas nos países centrais não se enquadravam para explicar os fenômenos que ocorriam nos países periféricos, uma vez que havia um descompasso histórico separando estas duas realidades, o que impunha como exigência para os intelectuais dos países periféricos a necessidade de produção de teorias autóctones – mais capacitadas para compreender e explicar os fenômenos que ocorriam nestes países – fato este que apontava para a necessidade de se repensar a função social do conhecimento e das instituições intelectuais, principalmente, de acordo com Florestan Fernandes, devido ao fato de que:

Nos “países subdesenvolvidos”, as atitudes e motivações tendem a ser inadequadas, quando respondem às exigências da situação histórico-social, por transcenderem à capacidade de atuação racional socialmente organizada do homem, de funcionamento normal das instituições e às vezes, até, de crescimento equilibrado das bases ecológicas, demográficas e econômicas da vida social. Assimilada por via da imitação de “povos adiantados”, produzem, simultaneamente, *progresso social* e desorganização social, o que as coloca entre os fatores dinâmicos do subaproveitamento crônico das vantagens asseguradas pelas mudanças sócio-culturais bem sucedidas. (Fernandes, 1960: 40)

E, reforçando este argumento que remete a um “desencontro” entre a *realidade* nacional e a *necessidade* nacional – ou, ainda, à tese das “ideias fora do

lugar”⁶⁵ – Florestan justifica a importância de exímios diagnósticos sociológicos como suporte teórico para a mudança social provocada, orientada racionalmente, com vistas a se alcançar os objetivos almejados para que o país supere os obstáculos que limitam a sua modernização:

As atitudes e motivações, incompatíveis com a ordem social emergente, não interferem de modo isolado no processo histórico-social. Elas solapam a emergência e a manifestação dos requisitos psico-dinâmicos de funcionamento da nova ordem social. Isso pode ser facilmente comprovado através da associação do patrimonialismo e da burocracia na fase de implantação da sociedade de classes, inclusive no Brasil. O resultado de semelhante associação consiste num produto híbrido, em que atitudes racionais correspondem a motivações irracionais ou vice-versa. No plano mais amplo dos mecanismos de reconstrução da sociedade como um todo acontece algo similar. Constitui-se um padrão híbrido de desenvolvimento social, mantido pela confluência de atitudes e motivações contraditórias, que contribui para retardar o ritmo da mudança social progressiva e para aumentar o período de desintegração transitória da vida social organizada. Isso faz com que o “progresso social” se transforme numa forma de devastação de recursos e num sorvedouro de energias. (Fernandes, 1960: 45)

Ainda sobre esta questão, Florestan reconhece que a teoria social avançou enormemente tanto nos Estados Unidos quanto na Europa, e que as questões debatidas pelos clássicos ainda iluminam a pesquisa e a explicação sociológica contemporâneas, mas reafirma que, quando o sociólogo está diante de um contexto político, econômico, social e cultural distinto daquele em que viveram os *fundadores* da sociologia, ou ainda daquele em que vivem os sociólogos contemporâneos de países centrais, é preciso somar-se aos já universalmente aceitos rigores científicos também a criatividade do pesquisador para lidar com as questões específicas de seu país:

A transplantação da civilização ocidental para zonas tropicais constitui um processo penoso, cheio de dificuldades e de transtornos. A questão, para nós, está em saber se a desejamos no plano mais complexo que ela chegou a atingir no mundo atual e se queremos não apenas copiá-la, mas produzi-la originalmente, através de nosso esforço criador e de nossas energias mentais. (Fernandes, 1960: 283)

Este argumento, que aparece já em *Mudanças Sociais no Brasil*, torna-se ainda mais visível numa publicação posterior, *A Sociologia numa Era de Revolução Social*, na qual podemos observar Florestan reiterando que:

⁶⁵ Sobre este assunto Cf. Schwarcz (1992), Bosi (1992) e Ricupero (2008b).

Os temas que nos preocupam não se impuseram de igual maneira aos sociólogos da Europa ou dos Estados Unidos, que desfrutaram de condições relativamente mais favoráveis para combinar meios e fins na graduação do conhecimento das instituições devotadas ao ensino, à pesquisa ou à aplicação no campo da sociologia. Puderam negligenciar, portanto, a preocupação absorvente pelo debate de questões instrumentais, que nos atormentam cotidianamente. Doutra lado, o que há de valioso ou de promissor em nossa orientação emana desse mesmo pano de fundo. Temos de representar-nos, com objetividade, como conjugar o desenvolvimento do ensino, da pesquisa, da sistematização teórica e das elaborações práticas, nos diversos ramos da sociologia, com as condições histórico-sociais favoráveis do ambiente. (Fernandes, 1976a: 17)

A sistematização da Sociologia elaborada até então por Florestan foi construída estrategicamente para desembocar, em *Ensaio de Sociologia Geral e Aplicada*, na indicação da necessidade das Ciências Sociais avançarem, em situações periféricas, como é o caso do Brasil, em direção a vertentes aplicadas destas ciências⁶⁶:

Essa combinação entre raciocínio indutivo e raciocínio pragmático, com o objetivo preciso de estender o âmbito ou a consistência da teoria, contraria hábitos firmemente arraigados em nossa concepção de ciência, em sua maioria constituída sob o influxo de modelos interpretativos que pressupunham a explicação do presente pelo passado. Daí a necessidade de saber se tal combinação é logicamente legítima. Na verdade, é conhecida a alegação de que o essencial, para o investigador científico, consiste em descobrir procedimentos adequados: a) à observação dos fatos; b) à interpretação de suas relações. A referida combinação localiza-se no nível da interpretação. Portanto, a discussão de sua legitimidade só afeta as implicações delas que se relacionam com o raciocínio científico propriamente dito. (...) O que nos parece evidente, a esse respeito, é que se tem negligenciado a possibilidade do pensamento propor-se essa combinação de forma inteiramente objetiva. (Fernandes, 1976b: 126)

Ao que o próprio Florestan prossegue argumentando sobre a possibilidade de conciliação entre uma objetividade na *produção do conhecimento* e uma possibilidade racional da *utilização do conhecimento*:

Em outras palavras, essa alternativa indica que os “interesses da ação” e as “preocupações teóricas” podem conciliar-se sem prejuízo mútuo e segundo propósitos que asseguram extrema objetividade aos conhecimentos obtidos, desde que a posição do sujeito-investigador seja determinada em função de razões científicas. (Fernandes, 1976b: 127)

⁶⁶ O próprio Florestan dirá posteriormente, ao fazer um balanço crítico sobre esta questão, que “Em uma sociedade planificada – e uma sociedade planificada em escala nacional deve ser necessariamente socialista – é provável que a ciência adquira as funções que eu presumia: a de que a linguagem científica, o rigor científico, ao invés de serem um elemento de distorção, sejam um elemento de precisão e de eficácia. Como a montagem se dá em uma dada situação, num país capitalista periférico dependente, ela acabou perdendo o sentido. Quando releio aquele trabalho, constato que, se de um lado explorei possibilidades de grande significação, de outro lado superestimeei as condições do ambiente para a pesquisa sociológica aplicada” (Fernandes, 1978: 82-3).

No *Ensaio* esta intenção de Florestan salta à vista quando se nota a existência de um capítulo intitulado “A *Sociologia Aplicada: seu campo, objeto e principais problemas*”, no qual discute, majoritariamente, as teses de Karl Marx e de Karl Mannheim sobre o estatuto da ciência e a sua relação com a realidade política e social. Grande parte da discussão toma como referência a obra *Liberdade, Poder e Planificação Democrática*, de Karl Mannheim⁶⁷.

Ao desafio geral de se promover uma aproximação entre a pesquisa empírica e a explicação sociológica, Florestan aponta também para a necessidade de se diminuir a distância entre o “raciocínio indutivo” e o “raciocínio prático” na teoria sociológica (Fernandes, 1976b: 109-28), ou seja, para a questão da teoria e da aplicação, nos conhecimentos das ciências sociais, e apontava a Sociologia Aplicada como sendo uma possível solução para a superação desta situação. Florestan não esconde as suas intenções quanto à expectativa de consolidação da Sociologia Aplicada – entendida aqui como uma forma de intervenção racional na realidade – todavia, esforça-se por clarificar dois momentos da produção científica das próprias Ciências Sociais: num primeiro momento teria sido mais importante o maior rigor científico (teórico e metodológico) na produção de conhecimentos sobre os fenômenos sociais, para, num segundo momento, avançar-se em direção às possibilidades de aplicação de tais conhecimentos. Em outros termos, poderíamos dizer que o primeiro momento descrito acima permitiria a elaboração de *diagnósticos* com alto rigor científico, e que o segundo momento permitiria a elaboração de *prognósticos* com possibilidades efetivas de serem realizados na esfera da política pela ação do Estado⁶⁸.

⁶⁷ Ao comentar as possibilidades que os usos da obra de Karl Mannheim lhe traziam neste período, Florestan afirma que “Com todas as limitações que a crítica marxista pode apontar, ele me permitia abrir o caminho para a compreensão dos grandes temas sociológicos do presente, para a crítica do comportamento conservador, para os problemas da sociologia do conhecimento e para a natureza ou as consequências do planejamento democrático e experimental. Em especial, Mannheim permitia se tomar a contribuição de Weber e de vários autores alemães de uma maneira um pouco mais rigorosa e, inclusive punha a contribuição de Marx à sociologia dentro de uma escala mais imaginativa e criadora. (...) De modo que Mannheim teve uma importância muito grande para mim nesse período, em que eu tentava descobrir o meu próprio caminho” (Fernandes, 1978: 19-20).

⁶⁸ Embora Florestan não estabeleça marcos cronológicos para estes “dois momentos”, é possível acreditar que o primeiro momento, com foco no *rigor científico*, seria o produto das Ciências Sociais após a criação das universidades (USP, ELSP e UDF) até o começo da década de 1950, e que o segundo momento, cujo foco estaria na *aplicação do conhecimento científico*, o qual traria uma maior implicação política para a ciência e para a atividade do intelectual, seria predominante a partir de meados da década de 1950.

A Sociologia Aplicada permitira descortinar-se uma série de questões que entraram no horizonte intelectual das Ciências Sociais desde a primeira metade do século XX, mas que ainda possuíam grande dificuldade de enquadramento epistemológico dentro das próprias Ciências Sociais, o que fica mais evidente quando se observa a posição de Florestan no *Ensaio* em relação às questões que poderiam receber um tratamento a partir desta perspectiva:

Quanto ao segundo grupo de problemas fundamentais, ele pode ser assim esquematizado: 1) estudo da socialização em sociedades industrializadas, secularizadas e planificadas; 2) estudo das possibilidades de intervenção racional em situações submetidas a controle tradicional, de forma parcial ou global; 3) estudo das possibilidades de intervenção racional em situações em processo de urbanização, industrialização e secularização; 4) estudo das possibilidades de intervenção racional em situações que se encontrem em estado de *anomia* ou de desorganização sócio-cultural; 5) estudo de esquemas formais de intervenção racional na realidade social. (Fernandes, 1976b: 147)

Esta questão também estará presente no *Elementos*⁶⁹, outro manual teórico-metodológico publicado por Florestan em 1970⁷⁰ (exatamente uma década após a publicação do *Ensaio*)⁷¹. Numa perspectiva que lembra bastante o “etapismo”

⁶⁹ Apenas para salientar o que dissemos anteriormente sobre o *Ensaio de Sociologia Geral e Aplicada*, em que Florestan dialoga intensamente com as obras de Karl Marx e de Karl Mannheim, em *Elementos de Sociologia Teórica* consta um capítulo intitulado “A Concepção de Ciência Política de Karl Mannheim”, que consistia inicialmente em um trabalho final apresentado ao professor Emílio Willems na cadeira de Antropologia da Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo no ano de 1946, quando Florestan cursava o mestrado nesta instituição. Vale também indicar o interesse precoce, já em 1946, por parte de Florestan Fernandes, pelo tema da “Ciência Política” (ou, mais precisamente, nas palavras de Mannheim, de uma “Política Científica”), em que as relações entre processos sociais e processos políticos é colocada em relevo.

⁷⁰ Reafirmamos que, apesar de ter sido publicado em 1970, *Elementos de Sociologia Teórica* possui capítulos escritos entre 1946 e 1965, valendo a ressalva que fizemos para o *Ensaio de Sociologia Geral e Aplicada*, ou seja, constitui-se numa “compilação” de trabalhos publicados ou apresentados em eventos anteriormente por Florestan Fernandes.

⁷¹ Justificamos o uso das obras *Ensaio de Sociologia Geral e Aplicada* e *Elementos de Sociologia Teórica*, compiladas e publicadas, respectivamente em 1960 e 1970, principalmente pelo fato de que o contraste entre as posições de Florestan, devido às várias inflexões que sua obra sofrerá nos inícios dos anos 1960, no momento posterior ao golpe militar de 1964 e a partir de 1969, após o acirramento do regime político representado pelo AI-5 e a consequente aposentadoria compulsória de Florestan em 1969. Apenas uma análise bastante minuciosa poderia detectar estas inflexões na obra de Florestan nestes dois manuais teórico-metodológicos, devido ao fato que já mencionamos, ou seja, por tratar-se de compilações de textos. Uma leitura mais superficial poderia não apreender estas inflexões, dado que os textos que compõem os seus capítulos foram escritos majoritariamente entre o final da década de 1940 e o final da década de 1950. Todavia, o contraste não está localizado exatamente no texto em si dos referidos capítulos, mas na forma como Florestan organiza a compilação, ou seja, no novo sentido que o empreendimento do autor confere aos textos antigos. Renan Freitas Pinto afirmou que “A edição de *Ensaio de Sociologia Geral e Aplicada* obedece a critério semelhante ao de *Fundamentos Empíricos da Explicação Sociológica*, isto é, reunir escritos produzidos em momentos diferentes, mas que, em

presente na teoria do conhecimento de Auguste Comte, mas associado à perspectiva mannheimiana de intervenção na realidade social, Florestan afirma que o desenvolvimento das Ciências Sociais passaria por alguns momentos consecutivos:

O primeiro, caracteriza-se pela intenção de consagrar a autonomia de cada disciplina, libertando-a, ao mesmo tempo, da condição de matéria filosófica e de síntese artificial de conhecimentos gerais sobre certa porção da realidade. Nesse momento, os especialistas tendem a representar sua própria disciplina como *scientia scientiarum*, como se dela dependesse a compreensão e a explicação unificada do comportamento social organizado dos seres vivos. O “psicologismo” e o “sociologismo” fornecem ilustrações típicas dessa orientação. (...) O segundo momento emerge, gradualmente, com o amadurecimento do espírito científico, resultante do progresso mais ou menos rápido da pesquisa empírica e da sistematização teórica. (...) Por fim, o terceiro momento surge com o aparecimento de preocupações práticas entre os cientistas. (Fernandes, 1970: 205)

É também no *Elementos* que Florestan publica, ao final do livro, um apêndice, escrito originalmente em 1962, intitulado “*O conhecimento sociológico e os processos políticos*”. Inicia o texto argumentando que o contexto intelectual de então “caracteriza-se pela imensa revolução que se está operando nas relações da ciência com a sociedade” (Fernandes, 1970: 293), logo advertindo que este processo “afeta diretamente não só a sociologia, que se está convertendo, com outras ciências sociais, em matéria fundamental, mas também os papéis intelectuais do sociólogo” (Fernandes, 1970: 293). Florestan indaga se “É certo que temos de manter relações acomodáticas (para não dizer subservientes) diante dos *policy-makers*?” (Fernandes, 1970: 294). Dado que tal texto fora escrito em 1962 e publicado no *Elementos* em 1970, pode-se comprovar que Florestan Fernandes estava participando dos grandes debates sobre a relação entre Ciência e Política, sobre a relação existente entre os intelectuais e a nação. Prova disto é a crítica que dirige aos próprios sociólogos ao afirmar que “A sociologia tem sido pouco útil à solução dos problemas práticos porque negligenciamos esse motivo na elaboração do conhecimento sociológico” (Fernandes, 1970: 295). Finaliza o texto alertando para a necessidade de implementação das ciências sociais aplicadas no Brasil ou, caso contrário, os intelectuais estariam se colocando numa situação de conformismo:

conjunto, apresentam uma unidade básica, constituída pela importância teórica dos temas” (PINTO, 2008: 119).

Continuaremos a produzir um conhecimento insensível aos aspectos mais profundos e dinâmicos do controle dos problemas sociais pelo homem – e então manteremos também o nosso conformismo diante dos inconvenientes da situação imperante. Ou produzimos o tipo de conhecimento exigido pela intervenção racional nos problemas sociais humanos – e então seremos levados a refletir criticamente sobre os fatores que perturbam o uso social construtivo dos conhecimentos sociológicos na sociedade em que vivemos. (Fernandes, 1970: 297)

A partir de suas concepções sobre a função social da ciência e do papel político dos intelectuais, Florestan se vê diante dos dilemas nacionais, ou seja, dos impasses ao desenvolvimento econômico, político e social do Brasil. Em sua trajetória intelectual até o final dos anos 1950 não somente estas questões sobre a ciência e os intelectuais estiveram em seu horizonte, como também uma intensa discussão teórico-metodológica, publicada em seus manuais. Munido destas ferramentas intelectuais, seu esforço se voltará então para a compreensão das características fundamentais da formação do Brasil (um esforço que volta ao passado para compreender o presente) e dos dilemas que este legado histórico impõem para o desenvolvimento do país. Estas discussões emergem em suas obras que classificamos como sendo de interpretação do Brasil, publicadas entre 1960 e 1975.

2.2 – A interpretação do Brasil: o conhecimento científico da realidade nacional

Esta nova perspectiva epistemológica inerente à Sociologia Aplicada é denominada por Florestan como uma “nova filosofia do conhecimento” (Fernandes, 1976b: 156). Sobre a necessidade de alinhar as produções desta especialidade aplicada ao mais profundo rigor científico, Cardoso afirma, na sua apresentação feita para o livro *Mudanças Sociais no Brasil*, de Florestan, que “Há real necessidade, portanto, de divulgar estudos de cunho científico sobre a formação ou as possibilidades de desenvolvimento e mudança social no Brasil” (Cardoso, 1960: 02). Os laços entre “ciência” e “aplicação do conhecimento da realidade” deveriam, para fins de aproveitamento dos mesmos na transformação da própria realidade, ser indissociáveis. Ainda na obra *Mudanças Sociais no Brasil* (1960), o próprio Florestan dirá, tomando como referência o município de São Paulo, que:

No nível da atuação propriamente dita, porém, o homem carecerá de recursos intelectuais novos para perceber como essas forças se manifestam, para explicar a influência delas na preservação ou na alteração da ordem social, e para agir com eficácia sobre as condições ou os efeitos delas, suscetíveis de serem controlados de forma deliberada e racional. Tais recursos são fornecidos pelas ciências sociais. Daí o interesse que o fomento do ensino e da pesquisa dessas ciências apresenta para o desenvolvimento de uma cidade, que se converteu em metrópole sob o signo da civilização baseada na tecnologia científica. (Fernandes, 1960: 282)

Nesta afirmação de Florestan fica evidente que o desenvolvimento da cidade de São Paulo⁷², alçada à condição de metrópole, não somente pelo seu tamanho e número de habitantes, mas também pelo nível dos processos de modernização nela encontrados (como a urbanização e a industrialização) – vale ressaltar, dentro de um contexto político e cultural periférico – está profundamente vinculado ao sucesso na obtenção de rigorosos conhecimentos científicos pelas Ciências Sociais: “Ao suscitarmos a questão, tínhamos em mente apenas que não se deve ignorar o que as ciências sociais podem significar para melhor utilização de recursos em um país subdesenvolvido e que luta com graves problemas sociais” (Fernandes, 1960: 283).

Em *Mudanças Sociais no Brasil* o seu autor empreende a elaboração de uma interpretação do Brasil em que o país estaria trilhando um caminho ascendente de grandes transformações sociais, econômicas e políticas, interpretação esta perpassada pela questão do desenvolvimento e dos entraves ao desenvolvimento. Por trás deste processo se encontraria uma “lenta” e “descontínua” *revolução social*:

A grande revolução social brasileira, que está atrás de ambos os processos, se vem arrastando lenta e descontinuamente, através da desagregação da sociedade patrimonialista e da formação da sociedade de classes. Em consequência, interesses e valores da nova ordem nem sempre se impuseram claramente, inclusive para os líderes das camadas dominantes, e muitas vezes ainda hoje são toscamente conciliados com interesses e valores da ordem social desaparecida ou em colapso. (Fernandes, 1960: 61)

Neste cenário de profundas mudanças (sociais, econômicas, políticas) perpassadas pela questão do desenvolvimento (e seus entraves), em *Mudanças Sociais no Brasil* o planejamento surge como uma questão secundária, ainda que importante,

⁷² Como reflexo do processo de urbanização e industrialização que vinha ocorrendo na cidade de São Paulo, Ortiz atenta-se para a questão demográfica do município, ao afirmar que “São Paulo até 1850 era um povoado de menor importância, com uma população de 20.000 pessoas, num momento em que o Rio de Janeiro concentrava as atenções enquanto capital federal. Em 1886 este número se altera pouco, 47.697, é somente em 1940 que sua população atinge um total de 1.326.261 (segunda cidade do país).” (Ortiz, 1990: 163).

dado que consiste numa possível solução para a superação do “atraso” em que o país se encontra:

Em segundo plano, é preciso considerar que vários países do Oriente enfrentam problemas econômicos, políticos e sociais comparáveis aos de outras *nações subdesenvolvidas*. As experiências realizadas nesses países são, naturalmente, de excepcional interesse para o Brasil. Elas alargam os nossos conhecimentos a respeito das relações entre meios e fins em planos racionais de correção das condições e dos efeitos do subdesenvolvimento. Embora existam obstáculos à utilização de certas técnicas sociais, exploradas com este fim em países como a Índia, Israel, a China ou o Egito, é claro que os especialistas e os homens de ação brasileiros precisam devotar atenção crescente às tentativas de mudança social provocada, atualmente em uso nessas regiões. Há motivos egoísticos e políticos, para isso, pois às vezes as mudanças em questão afetam a posição do Brasil na economia mundial. (Fernandes, 1960: 172)

Também num segundo plano (ainda que seja possível deduzir que já esteja no horizonte de Florestan neste momento) está a questão do subdesenvolvimento (cujas tónicas ainda não recaem no seu aspecto periférico, como ocorrerá posteriormente). Num momento em que grande parte do debate intelectual nacional sobre o assunto se assentava em bases nacionalistas, Florestan afirma que “(...) tais interesses comuns podem ser definidos por uma fórmula geral: *nem dependência colonial, nem nacionalismo cego*” (Fernandes, 1960: 175), o que consiste numa saída teórica que lhe permitia amenizar um pouco o teor “marxista” sem ceder às formulações nacionalistas, por ele consideradas conservadoras, não pelo carácter “nacional” que as mesmas possuíam, mas pelas implicações econômicas e políticas a elas atreladas.

Para analisar as *mudanças sociais* (pregressas e *in flux*) no Brasil, Florestan atribui uma ênfase ao aspecto cultural de tais processos e a suas implicações políticas: ao identificar o “moderno” com o “urbano”, atribui a presença de “componentes rurais” à demora cultural (Fernandes, 1960: 192) e sentencia, referindo-se ao “caso típico” da cidade de São Paulo: “(...) graças à escravidão e à mentalidade por ela produzida ou por causa da herança cultural legada pelo regime escravocrata e senhorial, com a estabilidade de antigos costumes, a cidade é ainda semi-urbana” (Fernandes, 1960: 194). Todavia, se ainda persiste a presença de elementos “arcaicos” na formação social, econômica e política nacional, Florestan reconhece, em um tom notoriamente normativo:

Tendo-se em vista as condições em que se processaram a desagregação da antiga ordem social escravocrata e senhorial e a formação incipiente da nova

ordem de classes sociais, a urbanização representa e assegura a evolução para situações sociais de vida historicamente desejáveis no Brasil. Baste-nos um exemplo: com ela é que se inicia o aparecimento de condições sociais que comportam o livre exercício do voto, a organização de partidos de massas, a ascensão política das classes médias e das camadas populares, o advento de correntes e instituições políticas compatíveis com a instauração de um regime democrático. (Fernandes, 1960: 191)

Seguindo a trilha das publicações de Florestan do período entre 1960 e 1975, observa-se que suas reflexões saltam da perspectiva da *mudança social* para a perspectiva da *revolução social*, em sua obra *A Sociologia Numa Era de Revolução Social* (publicada originalmente em 1962). O argumento sobre a necessidade de fundamentação dos rigores científicos para as Ciências Sociais reaparecerá de modo ainda mais nítido, quando expressa que “(...) todo o país subdesenvolvido, que quiser sair dessa condição sob o impulso da ciência, só pode optar por um caminho – o da verdadeira produção do saber científico” (Fernandes, 1976a: 52).

Para que a pesquisa sociológica estivesse sintonizada com estas questões pautadas pelo contexto político, Florestan reafirma a importância de um bom diagnóstico sociológico – entendendo como *bom* aquele que fosse elaborado com elevado rigor científico – principalmente em países periféricos como o Brasil:

A importância do diagnóstico sociológico, nesse contexto histórico-social, reside na clarificação do horizonte cultural dos grupos empenhados nos processos de mudança e na influência construtiva que exerce na precipitação das polarizações ideológicas, variavelmente ignoradas, esquecidas ou encobertas. (Fernandes, 1976a: 18)

E conclui, em seguida, sobre esta questão:

Todavia, se for possível forjar condições crescentemente favoráveis ao desenvolvimento econômico, social e cultural, aí se acha um elemento essencial à ampliação do poder de controle dos fatores psicossociais e sócio-culturais do ambiente. Dada essa hipótese, as probabilidades de diminuir os custos e os efeitos indesejáveis da mudança social tenderão a aumentar, ocorrendo algo semelhante com a capacidade dos agentes humanos de acelerar o ritmo com que ela se desenrola e de intensificar o aproveitamento consciente dos seus efeitos dinâmicos construtivos. (Fernandes, 1976a: 18-9)

A opção de Florestan na obra *A Sociologia numa Era de Revolução Social* (1962) está bastante clara neste sentido, o que se verifica já pela própria forma como compilou os seus capítulos, reunidos em dois blocos: na primeira parte, intitulada “*Sociologia e Reconstrução Social*” a relação entre “ciência” e “política” está evidente, e, na segunda parte, intitulada “*O Sociólogo Diante dos Dilemas do*

Subdesenvolvimento” a relação entre “intelectuais” e “política” também se sobressai aos olhos do leitor⁷³, cuja tônica consiste no papel político dos intelectuais em países com trajetória periférica⁷⁴. Pode-se ler na primeira parte do livro que:

Em suma, parece-me que o cientista social deve atender às expectativas que o inserem nos processos de autoconsciência da realidade social. Mas, ao fazê-lo, não pode nem deve negligenciar outras obrigações a que está sujeito e que decorrem da própria natureza do conhecimento científico, bem como da qualidade dos papéis intelectuais que tem de desempenhar socialmente. (Fernandes, 1976a: 77)

E, um pouco adiante, reafirma que:

Ainda assim, as obrigações intelectuais com que se defrontam, institucionalmente ou apenas de forma potencial, põem diante de nossos olhos um complexo quadro, em que se misturam os papéis clássicos do cientista-investigador e os papéis recentes de “técnico” e de “reformador social”. (Fernandes, 1976a: 81)

Será do próprio Florestan a afirmação de que “quanto maiores forem as dificuldades, mais complexas e imperativas serão as nossas obrigações intelectuais e morais” (Fernandes, 1976a: 86). A aproximação mais ampla entre ciência e política, e mais especificamente entre intelectuais (os representantes da ciência) e política, fica evidente quando Florestan continua afirmando que “se aos papéis do sociólogo é inerente algum elemento político irreduzível, na cena histórica brasileira é inevitável que esse elemento ganhe nítida preponderância nas reflexões de cunho abertamente pragmático” (Fernandes, 1976a: 86). Adiante Florestan reforçará as diferenças entre os conhecimentos científicos, por um lado, e aqueles filosóficos, religiosos e militantes, por outro lado:

O cientista não está menos obrigado à opção que o sacerdote, o filósofo ou o político. O que lhe está interdito, pelas normas e pela natureza do

⁷³ Pode ser considerado como indicativo o uso que Florestan faz de expressões como “trabalhadores intelectuais” (Fernandes, 1976a: 31, 40), “trabalhador científico” (Fernandes, 1976a: 33), “elites intelectuais” (Fernandes, 1976a: 43), “responsabilidade intelectual” (Fernandes, 1976a: 53), “responsabilidades intelectuais do cientista no mundo moderno” (Fernandes, 1976a: 87), “inteligência brasileira” (Fernandes, 1976a: 227, 232).

⁷⁴ No prefácio de *A Sociologia numa Era de Revolução Social* o próprio Florestan alerta para o fato de que “(...) os nossos problemas centrais não estavam, diretamente, nas universidades e no sistema institucional das ciências. Ambos se impunham como ‘meios’ para atingir outros ‘fins’ – as universidades e as ciências deviam constituir o fulcro de nossas preocupações na medida em que permitissem equacionar e resolver os dilemas econômicos, sociais e políticos da massa da população brasileira” (Fernandes, 1976a: 10).

pensamento científico, é praticar opções que não se fundamentam no conhecimento objetivo do comportamento dos fatores em determinado campo da realidade. Enquanto o sacerdote, o filósofo e o político podem extrair livremente os fins do arsenal de inspirações nascidas de suas crenças ou de ideias concebidas em si mesmas como verdadeiras, e podem igualmente derivar de ambas a seleção dos meios definidos como adequados, o cientista opera sempre, na escolha de fins e de meios, através do conhecimento positivo da realidade e das condições previsíveis de sua alteração pelo comportamento humano. (Fernandes, 1976a: 106)

Três questões colocadas pelo contexto político daquele momento são, de acordo com Florestan, de importância capital (e justificam a alteração de seu enfoque analítico de “mudança” para “revolução” social ao injetar o componente “político” no cerne de suas reflexões nesta obra) ao referir-se “(...) à expansão da ordem social democrática, às funções construtivas do Estado e às opções espontâneas que decidirão, socialmente, como iremos participar da ‘civilização da era industrial e tecnológica’ no Brasil” (Fernandes, 1976a: 87).

Neste momento o termo “heteronomia” é preponderante na reflexão de Florestan ao se referir às características que definem o desenvolvimento do capitalismo no Brasil. Neste ponto os aspectos político (“democracia” e “Estado”) e econômico (“industrialização”) são fundamentais para se compreender os processos sociais em curso, inclusive com relação aos seus influxos culturais conservantistas (Fernandes, 1976a: 85-6). Tal fato torna-se mais claro quando se observa que Florestan afirma que “A expansão da ordem social democrática constitui o requisito *sine qua non* de qualquer alteração estrutural ou organizatória da sociedade brasileira” (Fernandes, 1976a: 87). Os entraves à modernização, no Brasil, estariam diretamente ligados a estas questões:

Da democratização da riqueza, do poder e da cultura dependem, de forma literal: 1º) a desagregação final dos resíduos do *antigo regime*, que recobre geográfica e mentalmente a maior extensão da sociedade brasileira, e a consolidação do regime de classes; 2º) a emergência de novos controles sociais, a que se subordinam a continuidade e o aperfeiçoamento do estilo de vida social democrático no País. (Fernandes, 1976a: 88)

A democracia (em sentido amplo) passa a ser a principal variável qualitativa para qualquer processo social, político, econômico e cultural na leitura de Florestan Fernandes a partir de *A Sociologia numa Era de Revolução Social*, vale ressaltar, obra publicada originalmente em 1962, momento em que a instabilidade política no país era de ordem elevada, como atestam as disputas entre setores reacionários e progressistas que se acirraram com a renúncia de Jânio Quadros em

agosto de 1961, a rejeição de setores mais reacionários à posse do vice-presidente João Goulart, a instauração do sistema parlamentarista como solução para a crise política, e o retorno do sistema presidencialista em 1963 após decisão em plebiscito. Florestan começa uma crítica, ainda não muito profunda neste momento, ao modo brasileiro de “desenvolvimento”, dado que o contexto político da época colocava numa linha de tensão os aspectos “econômicos” e os aspectos “políticos” do desenvolvimento. Florestan afirma que, diante de tal realidade “(...) lutar pela democracia vem a ser muito mais importante que aumentar o excedente econômico e aplica-lo produtivamente” (Fernandes, 1976a: 88). Para ilustrar a preponderância do aspecto “político” do desenvolvimento sobre o seu aspecto “econômico” Florestan dirá que:

Isso engendra uma grave anomalia pois os assuntos de interesse para a coletividade como um todo são vistos e decididos à luz das concepções, dos interesses e das iniciativas de ralas minorias, ansiosas sobretudo em manter sua estabilidade na estrutura de poder. Por altruístas que fossem, tais minorias nunca poderiam levar em conta a variedade e o alcance das inovações possíveis. Entre os vários caminhos para “acelerar o crescimento econômico” e “intensificar o progresso social” elas preferem, naturalmente, as soluções que consultam à preservação dissimulada do *status quo*. Em termos de potencialidades, para não falar-se em equidade social, esse estado de coisas representa a destruição sistemática das principais vias de consolidação do padrão civilizatório que pretendemos transplantar para o Brasil. (Fernandes, 1976a: 89-90)

Na segunda parte de *A Sociologia numa Era de Revolução Social* o autor segue a sua linha de argumentação, começando por diferenciar as trajetórias intelectuais de países considerados centrais daqueles considerados periféricos, as quais estariam diretamente vinculadas às suas trajetórias políticas:

Deste ângulo, as experiências europeia e norte-americana valem-nos muito pouco. Elas se inspiram em ideias de especialização que conduziram os cientistas à acomodação, ao isolamento e à frustração, convertendo-os em testemunhas eruditas dos dramas da vida e das coletividades humanas. Se quisermos ajustar as instituições em que trabalhamos às funções que a sociologia deve satisfazer na educação do homem moderno, no progresso da ciência e na reconstrução social, necessitaremos de revelar coragem para irmos além dos colegas europeus e norte-americanos. (Fernandes, 1976a: 143)

O subdesenvolvimento, que em *Mudanças Sociais no Brasil* era uma questão em segundo plano, em *A Sociologia numa Era de Revolução Social* assume uma posição de destaque, porém a já identificada situação heteronômica do Brasil força a uma qualificação do subdesenvolvimento como “periférico” e “dependente”, o que

acompanha o já mencionado reposicionamento do aspecto “político” da reflexão de Florestan Fernandes para o primeiro plano: “(...) é essencial e urgente que se modifiquem as bases e a qualidade das opções que orientam, na esfera política, nosso desenvolvimento econômico e institucional” (Fernandes, 1976a: 216). Se Florestan critica a natureza do *desenvolvimento* nacional, por inverter a prioridade, colocando o crescimento econômico acima da democracia política, ainda acredita no *planejamento* enquanto ferramenta para se impulsionar o desenvolvimento (o planejamento seria, neste sentido, responsável pela orientação qualitativa do desenvolvimento):

Os ensinamentos da história recente revelam duas coisas: 1º) o planejamento não acarreta, por si mesmo, nenhum perigo de deformação da democracia; 2º) nenhum “país subdesenvolvido” pode sair rapidamente dessa condição, bem como igualar-se ou superar os “países adiantados”, sem o recurso sistemático, em escala nacional, ao planejamento. (Fernandes, 1976a: 235)

Portanto, se a crítica ao desenvolvimento torna-se mais profunda em relação àquela empreendida em *Mudanças Sociais no Brasil*, o planejamento é concebido por Florestan como algo instrumental – embora necessário nas sociedades modernas – porém, o que determina a qualidade do desenvolvimento (se orientado por diretrizes que priorizam o crescimento ou por diretrizes que priorizam a igualdade) encontra-se fundamentalmente na sua natureza política⁷⁵.

Por fim, pode ser apontada a orientação da reflexão de Florestan Fernandes nesta obra para o papel político dos intelectuais⁷⁶, principalmente em sociedades que vivem processos de mudanças sociais:

Os intelectuais não fazem as revoluções e as reformas sociais; mas eles são peças importantes de qualquer processo de mudança social. Os antagonismos e as divergências em conflito no cenário social exigem que os diferentes

⁷⁵ Florestan afirmará adiante, em *A Sociologia numa Era de Revolução Social*, sobre o planejamento como ferramenta para o desenvolvimento, que “existem questões instrumentais que são essencialmente políticas” (Fernandes, 1976a: 245) e ainda que “A obsessão pelo ‘progresso econômico’ pôs em segundo plano, na consciência social brasileira, a importância da ordem política como fator de ordenação e reintegração das atividades humanas e do comportamento coletivo” (Fernandes, 1976a: 252).

⁷⁶ Em um dos últimos capítulos de *A Sociologia numa Era de Revolução Social*, intitulado “*Economia e Sociedade no Brasil: Análise Sociológica do Subdesenvolvimento*” notamos mais explicitamente a posição de Florestan Fernandes quanto ao papel político dos intelectuais: “Não só os homens de ação e os intelectuais, mas todos os círculos sociais da sociedade brasileira estão vivamente empenhados em conquistar meios para submeter esses problemas a controle social ou, pelo menos, para reduzir os seus efeitos nocivos sobre a industrialização, o crescimento econômico em geral e a expansão da ordem social democrática” (Fernandes, 1976a: 337).

grupos possuam agentes humanos capazes de exprimir seus pontos de vista, suas reivindicações e suas aspirações sociais. (Fernandes, 1976a: 232)

Em *Sociedade de Classes e Subdesenvolvimento* (publicado originalmente em 1968 e, portanto, o primeiro livro deste conjunto de obras analisadas nesta pesquisa a ser publicado após o golpe militar de 1964), Florestan dirá no prefácio que escrevera a obra “(...) manifestando o meu inconformismo diante da ruptura com as pequenas e superficiais conquistas do regime democrático em nosso País” (Fernandes, 1981: 7). Tem-se, então, de largada um contraste com as duas obras anteriores, principalmente quando se constata que em *Mudanças Sociais no Brasil* havia afirmado que as pequenas e superficiais conquistas democráticas eram sólidas e com tendências a não serem revertidas. Se Florestan afirmara em *A Sociologia numa Era de Revolução Social* que a democracia consistia na condição *sine qua non* para o “bom” desenvolvimento (considerado em sentido amplo, político, econômico e social), na atual conjuntura em que a aliança das classes conservadoras romperá com a ordem democrática, Florestan dirá que:

Em consequência, o *arcaico* e o *moderno* nem sempre entram em choque decisivo, que termine com a eliminação das estruturas repudiadas; estabelecem-se várias espécies de fusões e de composições, que traduzem os diferentes graus de identificação dos homens com a herança tradicional e com a modernização. (Fernandes, 1981: 55)

A interpretação do Brasil elaborada por Florestan Fernandes em *Sociedade de Classes e Subdesenvolvimento*, ao colocar o aspecto político⁷⁷ em primeiro plano e estabelecer como sua regra de ouro que “sem democracia não há desenvolvimento”, traz para o cerne da sua reflexão sobre o processo de modernização nacional os entraves à democracia, que se localizam historicamente na formação social brasileira e se localizam neste momento na tensão representada pelos conflitos de interesses entre as classes “possuidoras” e as classes “não possuidoras” de bens⁷⁸. A formação da sociedade de classes no Brasil assume, portanto, um interesse para a

⁷⁷ Como o próprio Florestan alerta: “Os sociólogos têm negligenciado a importância do elemento político na mudança sociocultural. No entanto, essa negligência não se justifica, do ponto de vista teórico, e na prática estreita a descrição e a interpretação da realidade” (Fernandes, 1981a: 113).

⁷⁸ Ao aplicar sua regra de ouro de que “sem democracia não há desenvolvimento”, somada à identificação da aliança das classes altas como sendo de natureza conservadora (e, muitas vezes, reacionária), uma dedução pode ser feita quando Florestan afirma que “Mudança social de caráter estrutural e controle do poder por círculos sociais conservadores são entidades que se excluem. O simples fato de uma sociedade comportar indefinidamente essa combinação já é, em si mesmo, um índice relevante de que a mudança estrutural conta com limitada viabilidade” (Fernandes, 1981a: 123).

reflexão de Florestan, neste momento, por evidenciar os “atores sociais” (e seus respectivos interesses) na configuração política do poder (na esfera do Estado). Devido à sua importância para a reflexão de Florestan – que dá forma à sua interpretação do Brasil neste momento – transcrevemos uma citação em que Florestan identifica os atores político-sociais e seus interesses, elaborada neste momento através da categoria das *classes sociais*. A primeira delas é constituída pelas classes altas⁷⁹:

A classe alta urbana é formada por industriais, banqueiros, grandes comerciantes, profissionais especializados em serviços administrativos ou de elevada qualificação etc. A classe média urbana compõe-se de dois estratos, um deles com propensão à perda de *status* e à proletarização. Um estrato tradicional, recrutado entre funcionários públicos, o grosso dos profissionais liberais, professores, jornalistas, assalariados de “colarinho e gravata”, operários altamente qualificados etc. Um estrato moderno, nascido principalmente do pessoal do “tope” das grandes empresas (industriais, bancárias, comerciais ou de serviços), que dispõe de meios para valorizar suas ocupações por causa das posições estratégicas que ocupam na expansão do setor moderno. A classe alta rural é, sob muitos aspectos, uma formação compósita (uma combinação classe-estamento), abrangendo indivíduos e grupos com interesses e situações de interesses relativamente heterogêneos (em suma, as *peçoas gradas* das cidades: o grande e médio proprietário, o pequeno industrial, o comerciante atacadista, o gerente de banco, o padre, o juiz de direito, o delegado, os profissionais liberais, eventualmente os professores e assalariados de “colarinho e gravata” descendentes de famílias tradicionais das localidades etc.). (Fernandes, 1981a: 71-2)

Nota-se a heterogeneidade da formação social das “classes possuidoras” de bens, o que revela a necessidade de uma aliança de classes conservadora e reacionária para manter o poder do Estado a partir de 1964. Por sua vez, Florestan assim descreve a classe “não possuidora” de bens:

O consenso geral é menos incisivo na graduação social dos “não-possuidores de bens”. No passado recente, o termo *povo* queria dizer algo como “gente pobre” ou “os que não têm eira nem beira”. Todavia, o enriquecimento dos imigrantes, as tendências de mobilidade social associadas à organização e à industrialização, a proletarização da *gente da plebe*, a elevação geral dos padrões de vida sob uma economia de consumo de massas etc., introduziram novas *nuances*, que quebraram as rígidas avaliações antigas. As representações mais persistentes parecem distinguir os “pobres” e o “operariado”. A noção de *pobre* é ambígua, pois tanto se refere ao setor dependente das populações urbanas quanto ao “Zé-ninguém” da roça. Doutra lado, a palavra operariado perde sentido societário identificador,

⁷⁹ Florestan afirma que “No Brasil, em regra, os ‘possuidores de bens’ são representados (e se avaliam assim socialmente) como ‘classes altas’, ‘ricas’ ou ‘poderosas’. Sociologicamente, pode-se distinguir entre eles certas gradações como uma classe alta urbana, uma classe alta rural e uma classe média urbana (as duas primeiras vinculam-se solidariamente como uma *burguesia*; a segunda propende mais para o tipo de classe média da sociedade de massas, como é descrita por Wright Mills nos Estados Unidos, e seria impróprio chama-la de *pequena-burguesia*)” (Fernandes, 1981a: 71).

especialmente quando se consideram os efeitos da qualificação profissional e do assalariamento concomitante de vários membros das famílias operárias sobre seus níveis de vida e seus destinos sociais. Sociologicamente, talvez se possa distinguir uma classe baixa urbana (composta por assalariados das fábricas, por empregados de lojas e escritórios com baixo rendimento etc.) e uma classe dependente urbana (constituída pelo setor indigente e flutuante das grandes cidades, com frequência vivendo em estado de pauperismo e anomia). Com relação às zonas rurais, torna-se difícil escolher um termo aceitável. O Brasil não chegou a conhecer um campesinato propriamente dito. Além disso, as condições de vida no campo antes conduzem à dispersão das famílias ou à constituição de pequenos aglomerados descontínuos e instáveis que às formações mais ou menos densas e estáveis. Embora o “homem do campo” brasileiro, *trabalhador assalariado* ou não, apareça invariavelmente como *dependente*, não faria sentido falar numa “classe dependente rural”. O termo campesinato acaba sendo, pois, uma solução descritiva precária, que pode ser aceita, desde que se leve em conta que não se trata de uma formação societária definida, mas de uma classe social em vir a ser. (Fernandes, 1981a: 72-3)

Sintetizando as suas posições em *Mudanças Sociais no Brasil* e em *A Sociologia numa Era de Revolução Social*, Florestan introduzirá em sua reflexão em *Sociedade de Classes e Subdesenvolvimento* o drástico dilema instaurado no plano político pela aliança das classes conservadoras e reacionárias no Brasil: “(...) fica bem claro, em termos estruturais, que o *desenvolvimento econômico*, como ‘revolução social’, constitui uma fórmula conservadora e que, se ela falhar, não existirá alternativa para o capitalismo” (Fernandes, 1981a: 76-7). O aspecto conservador desta aliança de classes faz com que Florestan traga para o primeiro plano de suas reflexões a questão da “desigualdade” (econômica, política e social). A consequência trágica para a “modernização” nacional consistiria no estabelecimento de um padrão conservador e desigual (internamente) e dependente (externamente):

As burguesias de hoje por vezes imitam os grandes proprietários rurais do século XIX. Apegam-se ao subterfúgio do desenvolvimento como aqueles apelam para o liberalismo: para disfarçar uma posição heteronômica e secundária. O desenvolvimentismo encobre, assim, sua submissão a influências externas, que se supõem incontornáveis e imbatíveis. A mesma coisa acontece com o nacionalismo exacerbado. Quando ele reponta, no seio dessas burguesias, quase sempre oculta algo pior que o fracasso histórico e a frustração econômica: envolve uma busca de esteios para deter a torrente histórica e preservar o próprio capitalismo dependente, e segundo valores provincianos. (Fernandes, 1981a: 99)

Ressaltando o aspecto político de sua reflexão em *Sociedade de Classes e Subdesenvolvimento*, o terceiro capítulo intitula-se “*Crescimento Econômico e Instabilidade Política no Brasil*” e reafirma a sua posição de que “apenas” crescimento

econômico sem democracia implica num tipo infrutífero ou ainda contraproducente de desenvolvimento que gera uma “cadeia de ferro” conservadora:

A economia cresce e se expande, sem contudo romper o ponto morto que a submerge dentro de uma cadeia de ferro, expressa em formas sociais obsoletas ou apenas parcialmente modernizadas, das quais provêm a neutralização ou a inibição dos efeitos construtivos do próprio crescimento econômico. (Fernandes, 1981a: 143)

A instabilidade política seria, neste sentido, uma das principais consequências do crescimento econômico com desigualdade social, econômica e política. O crescimento econômico, em si mesmo, não constitui causa suficiente para gerar instabilidade política, contudo, um crescimento econômico desigual dificilmente não desembocaria neste quadro de instabilidade política:

Em termos puramente genéticos, a instabilidade política não é causada pelo crescimento econômico. Ela surge de desajustamentos estruturais crônicos que lançam raízes na distribuição extremamente desigual da renda, mas que possuem origem social e natureza política. O crescimento econômico contribui para manter e agravar tais desajustamentos estruturais – mas não porque ele existe: porque ele se desenrola numa escala deficiente e insuficiente, quanto à sua intensidade, ao seu ritmo e ao seu padrão estrutural. (Fernandes, 1981a: 144)

Assim, Florestan inverte a ordem dos vetores, considerando prioritário agora aquele que vai “da política para a economia”, o que implica em dizer que quando a instabilidade política ameaça os interesses econômicos das classes altas, estas últimas lançam mão de uma aliança de classes⁸⁰ que destrói aquilo que o desenvolvimento em padrões capitalistas poderia trazer de construtivo para a ordem social:

Sob esse aspecto, não são as forças econômicas que constroem o futuro no presente que ameaçam o equilíbrio político da sociedade. Ao contrário, é o desequilíbrio político da sociedade que ameaça aquelas forças econômicas, reduzindo, solapando ou anulando as suas potencialidades e funções sociais construtivas. (Fernandes, 1981a: 145)

Na interpretação do Brasil que Florestan elabora em *Sociedade de Classes e Subdesenvolvimento*, a instabilidade política é uma variável importante, ainda

⁸⁰ Ainda sobre esta aliança das classes altas, Florestan diz que “(...) as elites ‘tradicionais’ e as ‘modernas’ atuam solidariamente no plano político. Apesar das divergências provenientes da diversidade de categorias econômicas a que pertencem, a identidade funcional de seus interesses sociais, na presente conjuntura econômica, compele-os a atuar solidariamente no plano político” (Fernandes, 1981a: 146).

que não seja necessariamente negativa. Ela pode variar qualitativamente em uma direção positiva (progressivamente, avançando a história para a frente) ou negativa (conservadora, mantendo a ordem social desigual, ou ainda reacionária, aprofundando a ordem social desigual):

Os resultados desta discussão não comprovam, portanto, a ideia corrente de que a instabilidade política seja fundamentalmente negativa. Ao contrário, sugerem que ela constitui uma resposta normal e a única possível a situações políticas nas quais os detentores do poder são suficientemente fortes para manter suas posições de dominação política e, ao mesmo tempo, bastante fracos para terem de se compor com círculos sociais divergentes em matérias políticas essenciais para a organização da economia e da sociedade. Os aspectos negativos de semelhante situação histórico-social são evidentes: os grandes problemas ficam em suspenso e sem solução relevante para os processos de integração nacional. Isso cria insatisfação e certo temor destrutivo em relação ao futuro. Todavia, a mesma situação histórico-social possui aspectos positivos. Em primeiro lugar, se a resposta final à situação consiste na consolidação de um regime democrático, o impasse reside na ausência de uma filosofia política nacional, suscetível de absorver, dentro de certos limites, interesses, valores e ideologias discrepantes das diversas classes sociais em presença. Se uma das classes eliminasse as outras nesse processo, de modo decisivo e definitivo, a elaboração daquela filosofia política nacional se tornaria inútil e impraticável. Em segundo lugar, a instabilidade política pressupõe a continuidade de tensões e conflitos que são, sem si mesmos, educativos e construtivos. Deles dependem a emergência de novas atitudes e comportamentos de tolerância nas relações políticas, o aparecimento de novos padrões de dominação política e a própria diferenciação da ordem social competitiva, sob o impacto da democratização do poder. Esses aspectos positivos se relacionam, em última instância, com o que a instabilidade política representa como fase de transição: ela facilita e promove a inclusão de novos setores da sociedade nas formas existentes de institucionalização do poder. Se não for abortada por um retrocesso, desimpede o caminho do desenvolvimento da democracia em sociedades nas quais a integração nacional esbarra com obstáculos econômicos, socioculturais e políticos muito fortes. (Fernandes, 1981a: 155)

A instabilidade política surge, nesta leitura de Florestan Fernandes, como uma “brecha histórica” que pode se desenrolar de modo progressivo ou reacionário. Reconhece que “(...) é legítimo admitir-se que se está operando, embora desordenada e lentamente, uma rotação no uso social do elemento político (...)” (Fernandes, 1981a: 159). E justifica, mais adiante, a predominância do aspecto político no processo de mudanças sociais no Brasil, dado que a direção e o sentido das mudanças sociais são controladas pelos detentores do poder político “(...) pois são seus efeitos que ditam o sentido, o alcance e a continuidade, a curto ou a longo prazo, das alterações ocorridas no padrão de integração da ordem social vigente” (Fernandes, 1981a: 163). O desenvolvimento é compreendido, neste sentido, como um problema “macrossociológico”:

Por isso, o processo só pode ser (e, de outro lado, tem de ser) desencadeado a partir de dentro: através da modificação das estruturas sociais, econômicas e políticas da sociedade brasileira. Desse ângulo, o desenvolvimento não é um “problema econômico”, e tampouco um “problema social”, um “problema cultural”, um “problema político” etc. Ele possui o caráter de um problema macrossociológico, que afeta toda a organização da economia, da sociedade e da cultura e que diz respeito, essencialmente, a todo o “destino nacional”, a curto ou a longo prazo. (Fernandes, 1981a: 173)

A perspectiva marxista, que já assume um papel mais protagonista em *Sociedade de Classes e Subdesenvolvimento* (ainda que não faça com que Florestan desconsidere a necessidade de rigor científico nos diagnósticos sociológicos) é ressaltada diante da prioridade que assume a etapa seguinte ao diagnóstico, a saber, a do *prognóstico*. Todavia, pode-se notar, já nas páginas finais do livro, o alerta de Florestan sobre o papel dos sociólogos em relação aos rigores da ciência, ao dizer que “A nossa função, nesse processo, consiste em alargar as bases do conhecimento do ambiente pelo homem, dotando-o de melhores condições para manipular meios e fins na esfera da reconstrução social.” (Fernandes, 1981a: 221).

Até aqui foi possível observar que a confiança de Florestan sobre a possibilidade da Ciência influenciar a Política, mesmo que cada vez mais abalada, ainda estava presente, contudo, caminhando para um segundo plano dentro de sua reflexão sobre as mudanças sociais. Porém, pouco tempo depois, em sua obra *Capitalismo Dependente e Classes Sociais na América Latina* (publicada originalmente em 1973), já bastante impactado pelo acirramento da ditadura militar brasileira – principalmente depois de 1968, em que as torturas se institucionalizaram como prática do regime político – o mesmo Florestan afirmará que “O essencial é que a revolução pela ciência e pela tecnologia só pode começar depois e através de uma revolução política, que modifique as presentes relações da ciência e da tecnologia com a economia, a sociedade e a cultura.” (Fernandes, 2009a: 146). A orientação que antes se originava na Ciência para se alcançar a Política, a partir de então, na perspectiva de Florestan, ao considerar a dolorosa realidade política do país, que vivia sob uma ditadura, aposta na teoria social como ferramenta política de resistência, concebendo que agora seriam necessárias mudanças na Política para que a própria Ciência pudesse se restabelecer, ou ainda, em outras palavras, que os rigores científicos do conhecimento sociológico deveriam subordinar-se a objetivos políticos de maior urgência e necessidade para o Brasil.

Salta para o primeiro plano em *Capitalismo Dependente e Classes Sociais na América Latina* a dupla aliança política das classes conservadoras e

reacionárias, sendo a primeira vertente desta aliança voltada para dentro do país (tendo como principal problema a necessidade de manutenção do subdesenvolvimento ou ainda de um desenvolvimento econômico e político desigual) e a segunda vertente desta aliança voltada para o exterior, em que as classes conservadoras e reacionárias nacionais aliam-se aos interesses capitalistas privados externos, assumindo uma posição de subordinação e de dependência. Contudo, se tais alianças colocam o Brasil na órbita mundial do capitalismo moderno, acelerando a produção de riquezas, estas mesmas alianças imprimem ao desenvolvimento capitalista nacional uma tensão extrema na retenção e na distribuição das riquezas produzidas (Fernandes, 2009a: 29). Neste sentido a interpretação do Brasil elaborada por Florestan Fernandes nesta obra rompe definitivamente com a solução para este impasse via “desenvolvimentismo”, dado que invariavelmente o desenvolvimento tem sido utilizado como mera ferramenta de produção de riquezas (solução econômica) excluindo-se a sua retenção e distribuição (solução política):

A erupção do moderno imperialismo iniciou-se suavemente, através de empresas corporativas norte-americanas ou europeias, que pareciam corresponder aos padrões ou às aspirações de crescimento nacional autossustentado, conscientemente almejado pelas burguesias latino-americanas e suas elites no poder ou pelos governos. Por isso, elas foram saudadas como uma contribuição efetiva para o “*desarrolismo*” ou para o “desenvolvimentismo”, recebendo apoio econômico e político irracional. (Fernandes, 2009a: 31)

Deste modo o Brasil (e os demais países latino-americanos) ao mesmo tempo em que encontra uma “brecha histórica”⁸¹ para superar a situação de atraso e desigualdades política, econômica e social, encontra também uma barreira ainda maior para a realização de tal empreendimento, a saber, a dominação externa, a qual prevê certa dose de desenvolvimento econômico (apenas o necessário para manter os países subdesenvolvidos na órbita de influência capitalista), mas que necessitam frear este mesmo desenvolvimento para garantir a subordinação política e econômica de tais países:

⁸¹ Ainda que a situação descrita seja “áspera”, Florestan afirma que “A maioria silenciosa dos pobres não pode ser banida eternamente da história. O mesmo é verdadeiro com referência ao protesto organizado e ao radicalismo político, desde os movimentos da classe inferior, até as confrontações estudantis de classe média, intelectuais ou religiosas, e o inconformismo moral de setores esclarecidos das classes médias e superior. A consciência da situação atual e a inconformidade diante dela, aberta ou latente, são dois fenômenos gerais e interdependentes” (Fernandes, 2009a: 38).

Os países latino-americanos enfrentam duas realidades áspers: 1) estruturas econômicas, socioculturais e políticas internas que podem absorver as transformações do capitalismo, mas que inibem a integração nacional e o desenvolvimento autônomo; 2) dominação externa que estimula a modernização e o crescimento, nos estágios mais avançados do capitalismo, mas que impede a revolução nacional e uma autonomia real. (Fernandes, 2009a: 34)

A aliança de classes conservadora e reacionária engendra um arranjo político abertamente violento e repressivo contra as classes baixas e, a médio e longo prazo tal situação pode fazer despertar a consciência das classes baixas:

Como já não podem identificar o Estado e a Nação com suas posições e interesses de classes, nem lhes é dado aproveitar com segurança lemas e palavras de ordem mistificadores, precisam assumir os riscos do uso aberto e sistemático da violência – por meios políticos indiretos e através do Estado, com suas formas armadas e superestruturas jurídicas – como instrumento de perpetuação do *status quo*. Dessa forma, não só aumentam a visibilidade da ordenação em classes sociais: tornam odiosos o capitalismo, a ordem existente e os meios empregados para protegê-los. As demais classes, que reuniam todas as condições de classe, menos a consciência crítica e a disposição para ousar, iniciam seu aprendizado diretamente na área do poder e da contestação política. (Fernandes, 2009a: 47-8)

À diferença da burguesia europeia e norte-americana, quando conduziram os processos políticos de modernização no modelo clássico de *revoluções burguesas*, as burguesias brasileiras, ao forjarem uma aliança de classe conservadora e reacionária promoveram uma “arcaização do moderno” (Fernandes, 2009a: 48), forjando uma “revolução nacional” que sabiam não ser possível alcançar às custas da exclusão das classes baixas:

O que mais interessa à presente análise com respeito a essa plutocracia é a fonte de suas debilidades econômicas e políticas para promover o “salto histórico” que nunca deu, na direção do modelo clássico de “capitalismo maduro”. Por paradoxal que pareça, o que mais debilitou as burguesias latino-americanas, reduzindo sua capacidade de ação econômica e de atuação política, foi a maneira pela qual pretenderam fortalecer-se, excluindo ou enfraquecendo outros protagonistas sociais. (Fernandes, 2009a: 62)

Uma vez que a ordem social competitiva se forma no Brasil tendo como principal característica um nível extremo de desigualdade política e econômica, e dentro de um arranjo político conservador e reacionário que impõe barreiras que tornam difícil a superação de tal situação, Florestan prevê que as tensões políticas entre as classes sociais altas e baixas tendem a aumentar a médio e longo prazo, como foi apontado anteriormente. Tal quadro possui apenas duas soluções: a curto prazo, uma ruptura

parcial com a ordem (ou “revolução dentro da ordem”, de orientação capitalista), ou a médio prazo, uma ruptura completa com a ordem (ou “revolução contra a ordem”, de orientação socialista). Todavia, as classes baixas, para “(...) se realizarem ‘dentro da ordem’, essas classes necessitariam de condições que só seriam possíveis mediante a eliminação simultânea da dependência e do subdesenvolvimento” (Fernandes, 2009a: 89), em última instância, embora ambas as soluções sejam possíveis, somente parece ser viável (ainda que em condições bastante difíceis) a “revolução contra a ordem”, dado que o rompimento com a dependência e com o subdesenvolvimento contrariaria interesses fortemente arraigados das classes altas.

Esta “plutocracia” que Florestan indica como sendo a aliança das classes altas, ao assumirem uma natureza conservadora e reacionária criam uma forma de dominação autocrática que lhes serve como mecanismo de manutenção e perpetuação de seu poder sobre as classes baixas:

Graças ao domínio autocrático das estruturas econômicas, socioculturais e políticas, nas origens mais remotas da ordem social competitiva temos uma oligarquia que monopolizava o poder sem maiores riscos e que se aburguesou sem compartilhar quaisquer dos seus privilégios com a “ralé” ou o “populacho”. (Fernandes, 2009a: 92)

Utilizando-se de uma terminologia que remonta à filosofia política clássica, como o demonstram os termos “plutocracia” e “oligarquia”, Florestan parece inspirar-se na classificação de Aristóteles que estabelecia dois critérios, um quantitativo (“quantos governam”) e outro qualitativo (“como se governa” – equivalendo a finalidade pretendida pelo exercício do governo: o bem de todos ou o bem dos governantes) para elaborar a sua interpretação do Brasil contemporâneo: quantitativamente o poder estava concentrado nas mãos de “poucos” e qualitativamente o poder era exercido em benefício próprio destes “poucos” em detrimento da maioria. Segundo os critérios da filosofia política clássica tal quadro caracterizaria um governo oligárquico ou plutocrático, porém Florestan prefere utilizar o termo dominação “autocrática” pois o mesmo colocaria em relevo uma série de questões que são específicas da conjuntura contemporânea, dado que as classes altas:

Ao mesmo tempo em que elas aceitam e endossam as novas condições de incorporação ao “mundo capitalista” hegemônico, armam-se para submeter o processo a controle político e para sufocar o radicalismo das classes “baixas” e de outros círculos sociais. Esse parece ser o sentido da progressiva

adaptação da ordem social competitiva a novas modalidades de dominação autocrática, fundadas no poder estatal, na militarização das estruturas e funções do Estado e na repressão político-militar das “ameaças à ordem”, quer elas tenham origens liberal-democráticas, quer elas tenham origens socialistas. (Fernandes, 2009a: 97-8)

Notamos que a importância da solidez teórica e metodológica do conhecimento científico produzido pelas Ciências Sociais possuía uma posição de destaque nas reflexões de Florestan desde meados da década de 1940 até o início dos anos 1960, não deixando de estar presente em seu horizonte intelectual, assumindo, todavia, um papel de menor importância à medida que suas reflexões são produzidas a partir de meados da década de 1960 em diante. Este reposicionamento da questão, na obra de Florestan, não deixará de lado, como afirmamos, as exigências iniciais que ele mesmo se colocava quanto ao rigor científico do conhecimento sociológico, mas será fortemente influenciado pelo contexto político a partir do golpe de Estado de 1964 e, principalmente, depois de 1968, com o endurecimento da ditadura militar. Tal modificação ocorre paulatinamente, ao mesmo tempo em que a sua agenda de pesquisa sobre a função social da ciência e sobre o papel político dos intelectuais – mais vinculada à legitimação das Ciências Sociais – também assume um papel preponderante em relação à agenda anterior – aquela, por sua vez, mais vinculada ao ensino e consolidação das Ciências Sociais. Se, no primeiro momento, a questão do *bom diagnóstico* é visto como solução para a superação dos impasses colocados para a modernização do país (o que pode ser compreendido como um vetor que parte da Ciência e chega à Política), neste segundo momento as reflexões sobre o processo de modernização periférica, do Brasil e da América Latina, indicam que, dadas as adversidades provenientes de um regime político fechado e da condição de subdesenvolvimento econômico e de dependência política, o enfrentamento das forças conservadoras e reacionárias presentes na sociedade levaria a um tipo de conhecimento científico mais engajado (o que, por sua vez, pode ser compreendido como um vetor que parte da Política e chega à Ciência para, posteriormente, retornar à Política).

Portanto, para se compreender este reposicionamento de Florestan em relação ao estatuto do conhecimento científico, que o levará à questão do engajamento político dos intelectuais, torna-se necessário compreender o significado e a importância, para ele, das diferenças de trajetórias políticas, econômicas, sociais e culturais entre países centrais e periféricos, e também sobre as conseqüentes condições de dominação e

desenvolvimento, no caso dos países centrais, e de dependência e subdesenvolvimento, nos países periféricos, que se tornam as formas preponderantes de relações entre as nações na configuração geopolítica dos anos 1960 em diante. Este conjunto de questões será explorado no capítulo seguinte.

III. INTERPRETAÇÃO HISTÓRICA E TRANSFORMAÇÃO POLÍTICA

Se a agenda de pesquisa de Florestan Fernandes desde meados da década de 1940 até o final da década de 1950, como já foi dito anteriormente, estivera mais direcionada, por um lado, para a consolidação das Ciências Sociais (da qual os seus *manuals* teórico-metodológicos são expressivos), e, por outro lado, para a explicação de aspectos étnicos e raciais (da qual suas publicações sobre os *Tupinambá* e sobre as relações raciais no Brasil são expressivas), observa-se que, a partir do início da década de 1960 – e que perdurará até meados da década de 1970 – uma nova agenda de pesquisa se formará no horizonte intelectual de Florestan Fernandes, na qual analisará principalmente o processo de modernização no Brasil e na América Latina. Um fato importante, que já se apresenta como indício desta nova agenda de pesquisa na trajetória de Florestan, será uma conferência por ele realizada no ano de 1954 (portanto, quase uma década depois da abertura do regime político ocorrida em 1945, e uma década antes do novo fechamento do regime político que ocorrerá em 1964, apenas para situá-la), logo após assumir a cadeira de *Sociologia I* na USP, em que aborda mais diretamente a questão da *democracia* no Brasil:

No mesmo ano em que se torna regente da cadeira de Sociologia I, Florestan Fernandes é convidado a proferir, no Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política (Ibesp), antecessor do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (Iseb), uma palestra sobre a crise da democracia no Brasil. Nela, questiona a própria formulação sugerida, argumentando que a democracia não poderia estar em crise no país, já que a sociedade brasileira não seria verdadeiramente democrática. (Ricipero, 2008a: 186)

Esta conferência de Florestan ocorre em meio a um contexto político de grande instabilidade, que impõe ao universo intelectual a necessidade de compreender as raízes da instabilidade/estabilidade dos regimes políticos no Brasil, principalmente após a crise que se inicia no país no começo da década de 1950 e culmina com o suicídio de Getúlio Vargas em 1954, mesmo ano em que Florestan apresenta a referida conferência com o título “*Existe uma crise da democracia no Brasil?*”⁸². O país vivia num regime político aberto há menos de uma década, e a conjuntura política atual clamava por explicações sobre a natureza do próprio regime – democrático, mas

⁸² Florestan profere esta conferência no Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política (Ibesp) dois meses antes do suicídio de Getúlio Vargas.

conservador – identificando na formação histórica do país a origem desta situação e apontando como elemento contemporâneo nevrálgico o clima de agitações e tensões políticas, já permeado por conflitos de classes (os trabalhadores, ao contrário do que ocorrera em regimes políticos anteriores, já ensaiavam organizações sindicais mais consistentes, e os próprios grupos de pressão empresariais, ligados ao capital nacional e estrangeiro, estavam ainda mais consolidados, haja vista que a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, a FIESP, fora fundada em 1931, e a Confederação Nacional da Indústria, a CNI, em 1938)⁸³.

Ao analisar as instituições políticas brasileiras Florestan destaca a ausência de verdadeiros princípios democráticos no país, o que se evidencia pelo fato de que, ainda que em vários momentos da vida política nacional tenham surgido sinais de avanços em direção ao que poderia ser considerado como *princípios democráticos*, salta à vista que elementos conservadores, e mesmo reacionários, sempre permaneceram de forma predominante nas instituições políticas brasileiras:

Por fim, uma terceira característica dinâmica surge na esfera da organização da ordem legal propriamente dita. A importância de elementos autocráticos tende a diminuir gradativamente na constituição do Estado brasileiro, ainda que os regimes de vida política autônoma, experimentados até o presente no Brasil, tenham favorecido a persistência deles em grau elevado. (Fernandes, 1960: 86-7)

O caráter inconcluso da formação social brasileira refletia-se não somente na configuração de um *ethos econômico* como também, e principalmente, de um *ethos político*. Se o mundo ocidental experimentava, após a Segunda Guerra Mundial, na esfera econômica uma tendência ao planejamento e na esfera política uma tendência a formas democráticas, o caso brasileiro – que poderia ser estendido para a América Latina, devido às semelhanças de suas formações históricas e condição periférica contemporânea – parecia experimentar um momento de grande risco rumo a

⁸³ Em 1928 fora criado o Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (denominado CIESP), que tivera seu nome alterado para Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) em 1931, após o decreto de Getúlio Vargas instituindo o modelo sindical no Brasil. Pouco tempo depois, quatro federações industriais já consolidadas no país (nos estados de São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro) fundaram a Confederação Industrial do Brasil (CIB), que também tivera seu nome alterado em 1938 para Confederação Nacional da Indústria (CNI), a qual fundaria, nos anos subsequentes, importantes associações patronais do setor industrial, como o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI, em 1942), o Serviço Social da Indústria (SESI, em 1946) e o Instituto Euvaldo Lodi (IEL, em 1969), demonstrando a unificação do setor patronal ligado à indústria em todo o país.

um retrocesso político. A análise de Florestan quanto ao processo de modernização periférica estaria, a partir deste ponto, marcada profundamente pelo fato de que a trajetória deste processo não seguira o mesmo caminho daquela ocorrida nos países centrais – cujas trajetórias de modernização ficaram conhecidas como as “revoluções burguesas” na Inglaterra, nos Estados Unidos e na França.

A formação social brasileira, caso compreendida através da perspectiva da formação social europeia ou norte-americana seria considerada “arcaica” ou “anacrônica” (Fernandes, 1960: 168), bem como a modernização econômica, representada principalmente pela racionalização nos processos produtivos que culminou na forma de produção *industrial*, de acordo com Florestan, nos países periféricos “não pode ser levada além dos limites em que os modelos racionais de pensamento e de ação são exploráveis com eficácia no comportamento cotidiano” (Fernandes, 1960: 60) e, por sua vez, a modernização das instituições políticas implicava nestes países periféricos em sérias limitações à democracia, dado que “sua formação histórica não alcançou, ainda, uma etapa adiantada de estruturação e de maturação políticas” (Fernandes, 1960: 88). Florestan não titubeia, já no prefácio de *Mudanças Sociais no Brasil*, em associar a condição periférica do Brasil à importância que teriam os sociólogos, os únicos que “poderão alargar o nosso campo de consciência dos problemas sociais brasileiros, sugerindo, além disso, as técnicas mais eficientes de controle social que eles exigem” (Fernandes, 1960: 7).

Esta especificidade da formação histórica da sociedade, da economia e da política brasileira levaria, como já foi mencionado, a um descompasso, se comparada com os processos congêneres ocorridos em países centrais como a Inglaterra, a França e os Estados Unidos, o que, numa perspectiva comparada, poderia fornecer dois tipos de explicação: por um lado, através de uma perspectiva *evolucionista*, seria possível compreender a formação social brasileira como *atrasada*, cujo caminho futuro já estaria traçado por aqueles países centrais mais *avançados*, ou então, através de uma outra perspectiva, que levasse em conta as *especificidades* das trajetórias dos países, seria possível compreender a formação social brasileira como uma *via diferente* daquela trilhada pelos países centrais. Até o final da década de 1950 nota-se que Florestan parecia estar, de certo modo, mais próximo da primeira perspectiva, o que se evidencia em alguns traços presentes em *Mudanças Sociais no Brasil* (de 1960), porém, já em *A Sociologia numa Era de Revolução Social* (de 1962) o autor parece tentar conciliar a

necessidade de superação do “atraso” com um maior engajamento dos intelectuais. Todavia, após o golpe militar de 1964, Florestan abandona definitivamente a tese de uma *modernização inconclusa* e adota a perspectiva da especificidade das trajetórias nacionais, predominante nas obras *Sociedade de Classes e Subdesenvolvimento* (de 1968), *Capitalismo Dependente e Classes Sociais na América Latina* (de 1973) e *A Revolução Burguesa no Brasil – ensaios de interpretação sociológica* (de 1975). Vejamos mais detidamente como o autor reposiciona este argumento dentro de sua produção intelectual.

3.1 – Dependência, subdesenvolvimento e desenvolvimento

Ao acreditar que o Brasil encontra-se numa situação de “atraso” em relação a outros países mais “adiantados”, o primeiro momento da reflexão de Florestan (até 1964) aposta no planejamento como ferramenta para a superação deste atraso. Neste sentido, as situações de “desenvolvimento” e de “subdesenvolvimento” podem ser compreendidas dentro de uma visão linear na qual seria necessário, para uma delas (o subdesenvolvimento) lançar mão de ferramentas racionais (o planejamento) para caminhar rumo à outra (desenvolvimento). Florestan procura definir estes conceitos já no início de *Mudanças Sociais no Brasil*:

Isso quer dizer, em outras palavras, que os dois conceitos, de desenvolvimento social e de evolução social, descrevem os mesmos fenômenos em níveis diferentes da realidade social. O primeiro apanha os processos de mudança social progressiva no nível histórico, tal como eles transcorrem em dado sistema social em certo período de tempo. O segundo apreende os processos de mudança social progressiva no nível supra-histórico, no qual se pode abstrair e analisar os fenômenos de formação, duração e sucessão dos tipos sociais. (Fernandes, 1960: 13)

Contudo, admite que a *mudança cultural provocada*⁸⁴ (ou *planejada*) possui riscos que podem ser evitados mediante técnicas de controle racional, desde que inseridas num projeto maior de planejamento. Florestan está adentrando no debate entre

⁸⁴ Nas palavras do próprio Florestan: “No conjunto, porém, a mudança produzida pela capacidade do agente humano de lidar com as forças domesticadas do meio social é posta a serviço de ideais coletivos que valorizam o *progresso material, social e moral do homem*. A mudança converte-se em verdadeira técnica social, inserida no pensamento inventivo como um recurso destinado a introduzir *aperfeiçoamentos progressivos* em todos os campos em que a atividade humana se desenrola de forma socialmente organizada” (Fernandes, 1960: 25-6).

estrutura e história (nos seus próprios termos, entre *progresso ou evolução social*, por um lado, e *desenvolvimento social*, por outro). O desenvolvimento, neste sentido, consiste num arranjo histórico⁸⁵ que pode alterar qualitativamente a estrutura social, econômica, política e cultural:

Onde o desenvolvimento intenso acaba se convertendo em alvo coletivo, os desequilíbrios daí resultantes são agravados pela tendência à importação prematura ou antecipada de técnicas, instituições e valores sociais. Ela promove, inquestionavelmente, vários “progressos”, desejados ardentemente por todos os países “pobres” ou “atrasados” do mundo. Mas produzem efeitos reativos imperceptíveis, que desgastam as possibilidades de desenvolvimento social. Nesta área, as atitudes e as motivações mais consistentes estimulam a valorização de ideais de conforto, de segurança e de emprego do ócio que fomentam a dissipação dos recursos, aumentam a improdutividade e aceleram a elevação rápida do nível médio de vida. Só os países que puderam associar esses alvos coletivos à planificação social conseguiram êxito marcante na aceleração do desenvolvimento social. É que, nessas condições, puderam eliminar os efeitos inconscientes e negativos da mudança cultural antecipada. (Fernandes, 1960: 46)

O planejamento, nesta concepção inicial de Florestan, deveria ser estritamente racional, dado que somente desta maneira o planejamento, enquanto técnica social, poderia intervir positivamente nos processos de mudanças sociais em curso no país (Fernandes, 1960: 36-7). Isto significa que, em “condições ideais”, o planejamento deveria promover um nível maior de desenvolvimento econômico, social e político. Todavia, as “condições reais” brasileiras estavam muito distante do ideal, e, mesmo acreditando no planejamento como ferramenta para o desenvolvimento, Florestan não deixa de se atentar para os riscos implicados.

O arranjo histórico brasileiro, aparentemente favorável ao *desenvolvimento social*, poderia ter levado a uma nova configuração da própria estrutura social, ou seja, Florestan está analisando as condições de transição da sociedade de castas para a sociedade de classes no Brasil, compreendendo este processo positivamente como um fator de superação do atraso, pois “Na medida em que isso ocorrer, a industrialização brasileira assumirá, naturalmente, padrões mais complexos, orgânicos e integrados de desenvolvimento” (Fernandes, 1960: 64). Não há como negar que houve alguma modernização quando ocorreu a transição de uma sociedade estamental para uma sociedade de classes, porém é também possível problematizar a

⁸⁵ Florestan dirá que “Essa consideração dá alento à hipótese de que os fatores de desenvolvimento são calibrados em função das constelações histórico-sociais em que se integram e nas quais operam, dinamicamente, como forças sociais construtivas” (Fernandes, 1960: 63).

qualidade desta modernização, levando-se em consideração os seus aspectos sociais, econômicos e políticos. Os processos sociais e econômicos são colocados em relação direta, na perspectiva de Florestan, porém, ele próprio salienta que há uma diferença cultural que coloca o Brasil numa situação de atraso em relação aos países centrais, pois “O homem brasileiro entrou na era da máquina ao mesmo tempo em que esta foi descoberta, sem participar intelectualmente dos processos que tornaram possíveis a sua invenção e a sua utilização” (Fernandes, 1960: 67). Ou seja, para que o desenvolvimento social e econômico caminchem juntos, numa mesma direção (rumo ao *progresso social*), seria necessário que também houvesse, concomitantemente, desenvolvimento cultural, colocado como condição que pode alterar qualitativamente o processo semelhante nas esferas social e econômica:

Na Europa, por exemplo, isso se processou espontaneamente; o horizonte intelectual do homem foi extensamente modificado pela secularização de atitudes e pela racionalização dos modos de conceber o mundo, processos que antecediam ou se desenrolavam conjuntamente com a industrialização. No Brasil, o progresso na esfera da cultura às vezes procede, inapelavelmente, o progresso simétrico do homem e da sociedade. (Fernandes, 1960: 61)

Por fim, a evolução interna da sociedade brasileira vem-se operando como um capítulo da “expansão da civilização ocidental” nos trópicos. Ela sempre foi guiada ou inspirada por concepções e valores procedentes da civilização ocidental, malgrado algumas vezes eles possam ser considerados “arcaicos” ou “anacrônicos” do ângulo europeu ou norte-americano. (Fernandes, 1960: 168)

O argumento do desenvolvimento social é retomado mais adiante, na mesma obra, quando Florestan analisa os *Caracteres Rurais e Urbanos na Formação e Desenvolvimento da Cidade de São Paulo*, identificando na metrópole tropical um fato que permitiria se considerar, de alguma forma, que todo o país poderia vir a trilhar o caminho feito pelas sociedades europeias⁸⁶:

⁸⁶ A este respeito Florestan diz, tendo em vista o município de São Paulo, que “Daí o aspecto peculiar da formação da economia urbana, com tendências metropolitanas, da cidade. Ela atravessa as etapas iniciais, em que são inevitáveis pronunciando desequilíbrio interno, e por causa da falta de um *background* econômico propício, a oposição de interesses com a economia rural. A cidade se sobrepõe ao campo, tira deles capitais e agentes humanos de trabalho, propaga necessidades de consumo que são essenciais para a existência dela, mas que ainda não estão ao alcance do nível médio de vida rural no Brasil, sem oferecer compensações que possam garantir o ritmo de desenvolvimento e a diferenciação das produções rurais” (Fernandes, 1960: 189) e, mais adiante, dirá que “Os fatores primordiais da evolução urbana de São Paulo são de natureza política e administrativa” (Fernandes, 1960: 194).

Há quem afirme que o fenômeno das classes sociais é exclusivo das sociedades europeias. Semelhante opinião não encontraria confirmação diante de uma cidade como São Paulo, na qual se reproduz, em condições sociais diferentes, o passado daquelas sociedades. (Fernandes, 1960: 189)

Como o aspecto político vai ascendendo ao foco da reflexão de Florestan Fernandes, o período posterior à Revolução de 1930 é compreendido por ele como possuindo algumas características positivas, ainda que a ordem política democrática tenha sido posta de lado em favor de um arranjo modernizador e desenvolvimentista:

Tal coisa ocorreu durante a reconstrução econômica, após 1930. A industrialização, particularmente depois que a II Grande Guerra criou novas perspectivas de prosperidade econômica, passou a ter influência dominante nos destinos da cidade. O aumento da população e a expansão urbana seguiram, daí por diante, tendências que revelam sua presença positiva. A dominação exercida pelas parentelas tradicionais repousava, largamente, em condições de inércia. As alterações no poder central da República auxiliaram a quebrar essa inércia e a promover a renovação dos quadros humanos na estrutura de poder da cidade. Doutra lado, muitas atitudes, concepções e avaliações obsoletas, ligadas ao recente passado rural ou ao código ético das famílias tradicionais, acabaram encontrando substituição. O padrão com tendências patrimonialistas tornou-se antiquado. O temor de degradação vinculado aos “trabalhos mecânicos” entrou em declínio. O medo de imitar o imigrante e de concorrer ou de cooperar com ele também sofreu um colapso. A tendência a depreciar a capacidade de julgamento ou de ação do homem comum conheceu uma reviravolta, que acarretou a substituição do “voto de cabresto” pela “demagogia”. E assim por diante. É nesta fase que se inicia a formação dos traços marcantes do “estilo urbano de vida” em São Paulo. Embora várias circunstâncias restringissem, negativamente, a expansão de modos seculares e racionais de pensar, de agir e de sentir, só então o homem tenta defrontar-se com o espaço físico, com as forças econômicas ou políticas e com os dilemas da vida como um urbanita. (Fernandes, 1960: 278)

Se Florestan compreende que houvera um aumento gradativo de racionalização no processo de modernização brasileiro posterior a 1930, aparentemente as condições para se considerar qualitativamente positivo o desenvolvimento em processo estariam alcançadas. Porém, a racionalização é condição necessária, mas não suficiente, para que o planejamento determine o processo de desenvolvimento como qualitativamente positivo. Portanto, outras variáveis também necessárias deveriam ser atendidas, como é o caso, por exemplo, do nível de “democratização” e de “distribuição da riqueza”.

Em *A Sociologia numa Era de Revolução Social* nota-se que Florestan já problematiza o processo da modernização brasileira, reconhecendo, por um lado, a passagem de uma sociedade “arcaica” para outra mais “moderna” e, por outro lado, a especificidade da formação social brasileira, diferenciando-a do processo clássico

européu e norte-americano, reconhecendo que, ao surgir, os agentes sociais brasileiros modernos não se fizeram acompanhar por uma cultura democrática, como ocorrera nos países centrais clássicos, mas sim, muitas vezes, por uma cultura conservadora ou ainda reacionária, ou seja, a “passagem do passado agrário recente para a civilização industrial representa um salto histórico, nem sempre provocado ou amparado por forças sociais com autêntico élan revolucionário” (Fernandes, 1976a: 18). Se o planejamento ainda é considerado como a ferramenta fundamental para se superar o “subdesenvolvimento” e alcançar o “desenvolvimento”, e o intelectual é, por excelência, o agente social capacitado para elaborar os *diagnósticos* que detectam as deficiências e os *prognósticos* que apontam as técnicas racionais a serem empregadas, o agente capaz de executar o planejamento só pode ser, tal como compreendido anteriormente, o próprio Estado. Todavia, Florestan já abre uma frente de críticas às maneiras como o Estado vinha executando os projetos de planejamento:

Isso faz com que tenhamos de atentar cuidadosamente para os modelos de organização e de atuação do Estado. Pouco nos adiantaria ressuscitar, em nossos dias, os procedimentos adotados pela intervenção estatal na Europa, nos Estados Unidos ou no Japão, nas fases do arranco da economia capitalista. Em um país de recursos tão escassos seria importante preservar alguns frutos, pelo menos, da intervenção estatal, em benefício da coletividade como um todo, e manter nas mãos do Estado os vários serviços públicos que poderiam contribuir para acelerar os processos de democratização do poder, da riqueza e da cultura. (Fernandes, 1976a: 89)

Isto significa reconhecer mais enfaticamente que houve, sim, modernização no Brasil, mas a grande questão que Florestan se coloca diz respeito ao ator político-social que a conduziu, o que implicava numa diferenciação qualitativa de suas consequências:

Se me foi dado perceber, reiteradamente, que a “fome de instrução” é boa conselheira e que até os leigos incultos são capazes de atinar com as soluções que deveríamos pôr em prática, também tive de ceder a conclusões sumamente penosas e inesperadas. Nós nos modernizamos por fora e com frequência nem o verniz aguenta o menor arranhão. É uma modernidade postiça, que se torna temível por que nos leva a ignorar que os sentimentos e os comportamentos profundos da quase totalidade das “*pessoas cultas*” se voltam contra a modernização. (Fernandes, 1976a: 205)

Ao se deparar com uma sociedade em que as “pessoas cultas” forjam alianças políticas contrárias à modernização (compreendendo modernização como um processo de maior racionalização, maior democratização política e de maior distribuição

da riqueza, como ocorrera nos países “centrais”), e o planejamento enquanto uma ferramenta instrumental para o desenvolvimento, seria bastante provável que o planejamento não alcançasse, no Brasil, os alvos que vinha alcançando em outras nações:

Onde essa substituição atinge proporções consideráveis, em extensão e profundidade, o planejamento emerge como um processo social, que revoluciona a mentalidade do homem, seu estilo de vida e sua capacidade de expandir a concepção científica do mundo. (Fernandes, 1976a: 101)

E, ao analisar os entraves à superação da situação heteronômica, Florestan retoma a estrutura social brasileira e a atual aliança de classes de caráter conservador e reacionário. Este dilema social brasileiro “(...) consiste numa resistência residual ultra-intensa à mudança social que assume proporções e consequências sociopáticas” (Fernandes, 1976a: 211) e que, portanto, “(...) o dilema social brasileiro caracteriza-se como um apego sociopático ao passado, que poderá ter consequências funestas” (Fernandes, 1976a: 212). Portanto, as limitações a uma verdadeira “revolução social” no Brasil estariam localizadas justamente na sua própria estrutura social e nas alianças políticas que as suas classes altas forjaram. Em outras palavras, o Brasil entraria socialmente na modernidade através de alianças políticas arcaicas:

Atrás dessas noções, temos uma opção pela mudança social que pretende submeter as forças que alteram a estrutura e a organização da sociedade brasileira aos interesses e aos valores sociais de camadas tradicionalmente acostumadas à estabilidade social e ao que ela sempre ocultou no Brasil: extrema iniquidade na distribuição da terra, da renda e das garantias sociais; operação automática de controles sociais que regulavam ou dissimulavam as tensões sociais, por meio da dominação autocrática dos poderosos e da acomodação passiva dos subordinados; identificação das fontes de lealdade através de relações pessoais e diretas, objetiváveis no âmbito da família, da parentela ou de grupos locais e regionais. **Os que tinham a iniciativa da opção possuíam também condições para dela tirar todo o proveito possível. Ou as coisas não se alteravam; ou elas se alteravam sem modificar o padrão fundamental da integração da ordem social.** (Fernandes, 1976a: 215 – *grifo nosso*)

Ao agirem de forma egoísta⁸⁷, no plano econômico, e autocrática, no plano político, as classes altas orientavam o planejamento para um dentre os vários tipos

⁸⁷ Florestan Fernandes assim se expressou a este respeito: “O aspecto dramático da condição em que nos achamos está no fato de que os grupos, em posição estratégica para manipular os elementos estruturais e os fatores dinâmicos da mudança social, só levem em conta os efeitos imediatos das alterações e, ainda assim, na perspectiva egoísta de seus interesses sociais” (Fernandes, 1976a: 219).

possíveis: o planejamento econômico, minando, de acordo com Florestan Fernandes, as possibilidades de um verdadeiro desenvolvimento em sentido amplo, dado que a manutenção da situação de subdesenvolvimento se tornara, à esta altura, devido às próprias alianças internas e externas que as classes altas forjaram, um negócio para a sua própria manutenção no controle do Estado⁸⁸. A única forma de romper esse círculo de fogo conservador seria imprimir uma outra orientação ao planejamento e, em consequência, ao desenvolvimento econômico e às mudanças sociais dele decorrente:

Dentro dessa linha de ideias, impõe-se uma modificação substancial na estratégia que temos seguido em relação ao desenvolvimento econômico, em particular, e à mudança social, em geral. É preciso preparar-se o povo para um regime econômico, social e político no qual as opções em face dos padrões de integração da “civilização ocidental” devem ser orientadas pelos interesses básicos da coletividade e pelos valores sociais que fazem parte da “*consciência comum*” numa democracia. (Fernandes, 1976a: 223)

Onde isso não sucede, o desenvolvimento da democracia é paralisado, com frequência, por forças ditas “*democráticas*”, mas que não fazem outra coisa senão manter o *status quo*, em detrimento das vantagens ou dos benefícios que a continuidade da mudança pudesse trazer para a coletividade como um todo e do próprio equilíbrio dinâmico do sistema civilizatório. Nesse caso, o arcabouço estrutural e organizatório da sociedade global converte-se, gradativamente, numa perigosa cadeia, que represa e deforma as impulsões criadoras das opções coletivas, de importância qualitativa para o “progresso” da civilização. (Fernandes, 1976a: 224)

E Florestan levanta também uma importante questão ao abordar o planejamento enquanto ferramenta para superar a situação de subdesenvolvimento e se alcançar o desenvolvimento. Afirma que é preciso reconhecer que os países possuem trajetórias políticas, sociais, econômicas e culturais próprias e que, ainda que nações consideradas “atrasadas” façam parte de um mesmo modelo civilizacional que outras consideradas mais “adiantadas”, não se deve considerar que estas nações tidas como mais atrasadas devam trilhar os mesmos caminhos já trilhados pelas nações

⁸⁸ Florestan indica que “Há muita resistência aberta e disfarçada, consciente e inconsciente, organizada e espontânea contra impulsões e inovações que persigam esse objetivo. Seria interessante mencionar, através de alguns exemplos apropriados, como isso ocorre. Mesmo nos ‘círculos progressistas’ e até entre os chamados ‘desenvolvimentistas’ a diversidade da herança social, dos influxos societários conservantistas e da própria mentalidade do homem se faz sentir com apreciável vigor” (Fernandes, 1976a: 249) e também que “Atentando-se bem para essas gradações, verifica-se que as camadas dominantes podem fazer as alianças mais bizarras; sobrepor-se ao Estado; convertê-lo em instrumento de interesses próprios ou em parceiro dócil, ao sabor de suas conveniências; e que o ‘antigo regime’ sobrevive através de alguns de seus rebentos, dotados de um poder anômalo de manipulação das novas instituições políticas” (Fernandes, 1976a: 258).

supostamente mais avançadas⁸⁹. Há, pois, uma especificidade nas trajetórias nacionais que precisa ser levada em consideração no momento de elaboração dos planejamentos⁹⁰, sob o risco de cair-se num simples mimetismo:

Os povos latino-americanos não devem repetir, no presente, o passado dos povos que construíram a civilização de que somos portadores. Todos eles se afirmam, no cenário internacional, como forças dignas de consideração numa fase da história em que o poder de criação original prepondera sobre a capacidade de imitação. (Fernandes, 1976a: 234)

O planejamento seria, portanto, um caminho através do qual os países subdesenvolvidos poderiam alcançar o desenvolvimento, com a diferença de que poderiam encurtar a duração temporal dos longos processos históricos através dos quais os países “adiantados” se modernizaram⁹¹. Todavia, nestes países periféricos, os projetos de planejamento, conforme reconhece Florestan, estiveram associados a certas ideologias conservadoras, promovendo o desenvolvimento social (a formação da ordem social competitiva) e o desenvolvimento econômico (principalmente a industrialização), mas, na esfera política, a modernização se mantivera conservadora (sem a constituição de uma ordem democrática de fato):

(...) o chamado “desenvolvimentismo” precisou de um substrato moral próprio, para objetivar-se e expandir-se socialmente: o *nacionalismo*, que serviu de escudo tanto às medidas de reforma social voltadas para a integração nacional, quanto para a proteção artificial do crescimento econômico e para as alterações radicais na política econômica internacional dos “países subdesenvolvidos”. (Fernandes, 1976a: 321)

A crítica de Florestan ao planejamento, como ferramenta para se alcançar o desenvolvimento, atinge o ponto político nevrálgico da modernização conservadora

⁸⁹ Como indicativo desta ressalva, feita por Florestan, ele mesmo explica que “Essas reflexões possuem algum interesse prático. Em quase todas as situações concretas, ‘desenvolvimento’ ainda significa, nos países latino-americanos, uma forma devastadora de compartilhar dos avanços da civilização. Ele representa o caos, na melhor das hipóteses seguido de ondas oscilantes de prosperidade, monopolizadas pelas regiões em expansão econômica, pelas grandes cidades que dominam os referidos cenários regionais e pelas camadas sociais que, dentro delas, comandam os empreendimentos inovadores” (Fernandes, 1976a: 245).

⁹⁰ Florestan anota que, nos países subdesenvolvidos os projetos de planejamento precisam necessariamente conciliar-se com a democracia: “As barreiras opostas ao desenvolvimento rápido mas equilibrado são tão variadas, complexas e fortes nos ‘países subdesenvolvidos’, que todos eles aprenderam que é impraticável combater a estagnação econômica, a dependência social e o atraso cultural sem combinar o planejamento a uma política de integração nacional” (Fernandes, 1976a: 236).

⁹¹ Florestan afirma que “Aquilo que os ‘países adelantados’ conquistaram mediante longos e penosos processos histórico-culturais, eles pretendem alcançar através de transplantação rápida e intensiva das técnicas modernas de pensamento ou de ação” (Fernandes, 1976a: 314).

em processo no Brasil, ao colocar como condição *sine qua non*, para que o planejamento seja reconhecido como ferramenta socialmente útil, que a democratização não mais possa ser desprezada para que objetivos sociais e econômicos sejam alcançados:

Isso significa que temos de pensar ou resolver os problemas do desenvolvimento econômico, **em termos políticos**, com vistas para os requisitos estruturais e dinâmicos da ordem social democrática e da organização do poder político que ela engendra – **o Estado democrático**. (...) Sendo assim, para nós vem a ser essencial, como condições político-sociais do desenvolvimento econômico: 1º) **a democratização da autoridade, do poder público e do aparelho estatal**; 2º) a modernização efetiva do Estado e dos serviços públicos estatais ou paraestatais. A primeira condição é a única que permitiria quebrar a cadeia invisível, que nos prende ao passado e ao *antigo regime*, e que nos põe em risco de converter o “desenvolvimentismo” em fator de perversão do regime republicano no sentido de uma plutocracia. Somente a democratização da autoridade, do poder político e do aparelho estatal poderia abrigar-nos deste risco e, ao mesmo tempo, conferir ao Estado republicano a capacidade de agir, de forma crescente, em nome dos interesses da coletividade como um todo. (Fernandes, 1976a: 329 – *grifos nossos*)

Como Octávio Ianni salienta, no período posterior ao golpe militar de 1964 os cientistas sociais latino-americanos perceberam que, por maiores que tenham sido as conquistas advindas do planejamento estatal, principalmente na esfera econômica, ainda assim as nações periféricas não alcançaram uma “independência” em suas relações com nações mais “desenvolvidas” dentro da geopolítica internacional:

Assim, não foi por acaso que a problemática da dependência atraiu o interesse de sociólogos, economistas, cientistas políticos, historiadores e antropólogos justamente na ocasião do declínio e término da chamada industrialização substitutiva de importações; ou justamente na época em que se verificou que as nacionalizações (petróleo, estanho, cobre etc.) não produziram a emancipação econômica nacional desejada por algumas classes sociais. (Ianni, 1989: 186)

Avançando em suas reflexões sobre a especificidade da trajetória da modernização brasileira, em *Sociedade de Classes e Subdesenvolvimento* uma consequência nefasta para a constituição de uma cultura democrática no país é apontada por Florestan, ao constatar que nos países subdesenvolvidos e dependentes, o processo de modernização “(...) agrava, nas fases iniciais de desenvolvimento, pelo menos, a concentração social da renda e do poder” (Fernandes, 1981a: 118). Em sua concepção, este processo de modernização conservadora ocorrido em países periféricos da América Latina, Florestan observa uma “aliança de classes” que conciliava os interesses dos

modernos (industriais) e dos antigos (latifundiários) em detrimento, como sempre ocorrera, dos interesses das classes mais baixas:

Sem dúvida, o subdesenvolvimento é um negócio, para os que tiram proveito dele através do capitalismo dependente (dentro ou fora da “sociedade subdesenvolvida”). Todavia, o rompimento desse estado não é um negócio (senão sob aspectos pouco consideráveis); e envolve decisões morais e políticas que, de início e a curto prazo, parecem decididamente antieconômicas. (Fernandes, 1981a: 56-7)

O que significa, em outras palavras, que o arranjo interno das forças políticas nos países periféricos, ao configurar um projeto de planejamento visando ao desenvolvimento, necessitava, para que o mesmo ocorresse dentro da economia capitalista internacional, realizar alianças com as nações “desenvolvidas”. Isto aponta para o fato de que, no plano interno, a modernização conservadora implicava numa aliança de classes entre industriais e latifundiários e, no plano externo, numa relação de dependência em relação aos países “desenvolvidos”:

A forte concentração do crescimento econômico, provocada pela industrialização, acarretou a intensificação da transferência de renda e de controles econômicos do setor arcaico para o setor moderno, localizado no meio urbano. Nesse sentido, a região beneficiada pelo processo (o eixo econômico Rio de Janeiro – São Paulo) passou a preencher algumas das funções econômicas anteriormente saturadas por centros hegemônicos do exterior. Todavia, no momento em que a industrialização alcançou o patamar do capitalismo industrial acabou se enquadrando no padrão de crescimento articulado de uma economia capitalista dependente. (Fernandes, 1981a: 66)

A consequência teórica desta reflexão consiste justamente em colocar em questão o cânone de um processo clássico de modernização, como aquele trilhado pela Inglaterra, pela França e pelos Estados Unidos, em que ocorreram as denominadas *revoluções burguesas* – ao admitir que nem todos os países tenham necessariamente que trilhar pelo caminho destas *revoluções burguesas clássicas* para se modernizar. Neste sentido sobressai, como se atentou Octávio Ianni:

Dentre as peculiaridades que distinguem a produção sociológica brasileira da época, destaca-se a preocupação crescente com a América Latina. Às vezes os textos dão a impressão de que os autores estão descobrindo a América Latina pela primeira vez. Outras vezes sugerem que pensar a América Latina é uma forma de melhor pensar o Brasil. De qualquer forma, o interesse cada vez maior pelos problemas dos países latino-americanos é uma maneira de compreender as condições e as perspectivas de mudança e revolução no Brasil. (Ianni, 1989: 40)

Com isto, Florestan problematiza a questão das trajetórias dos países latino-americanos, em seus processos de formação social, econômica e política, adotando em sua análise a perspectiva teórica que relativizará o modelo mais ortodoxo de desenvolvimento⁹² através de processos clássicos de revoluções burguesas, tema que perpassará seus próximos dois livros que abarcam a questão (*Capitalismo Dependente e Classes Sociais na América Latina e A Revolução Burguesa no Brasil*):

Se as classes dominantes das sociedades capitalistas subdesenvolvidas (ou seja, se suas burguesias) podem ou não realizar a *revolução burguesa*. A resposta a esta questão depende, naturalmente, do que se entenda por “revolução burguesa”. Se esta for definida historicamente e segundo o padrão do capitalismo auto-suficiente e autônomo, seria óbvio que não. Porém, se se admitir que “revolução burguesa” significa um certo estado de tensão, pelo qual a economia capitalista se diferencia e se reintegra, então todo sistema econômico capitalista comporta uma “revolução burguesa”. (Fernandes, 1981a: 94)

Como Marx já dissera, e, por sua vez Mannheim colocara a questão dentro de um quadro mais definido da teoria sociológica em sua obra *Ideologia e Utopia*, Florestan está admitindo, dentro de sua formulação, que é possível relativizar o papel político da burguesia, a partir da configuração de forças políticas em que a mesma está inserida. A burguesia poderia desempenhar tanto um papel conservador (ou reacionário) quanto um papel mais progressista (ou revolucionário). No caso brasileiro estava claro que a aliança de forças que a burguesia forjara indicava um arranjo conservador (na economia) e reacionário (na política), mas Florestan admite que, se as alianças fossem outras, o arranjo político poderia ser mais progressista⁹³:

⁹² Ao modelo clássico de desenvolvimento, oriundo das experiências das nações que realizaram as revoluções burguesas clássicas, Florestan contrapõe um tipo de desenvolvimento que se vinha praticando nas nações subdesenvolvidas: “(...) fica bem claro, em termos estruturais, que o *desenvolvimento econômico*, como ‘revolução social’, constitui uma fórmula conservadora e que, se ela falhar, não existirá alternativa para o capitalismo” (Fernandes, 1981a: 76-7) e também alerta para o fato de que “O regime de classes vincula-se, portanto, a um aumento crescente das desigualdades econômicas, sociais e políticas, preservando distâncias e barreiras sociais antigas, nas relações entre estratos sociais diferentes, ou engendrando continuamente outras novas” (Fernandes, 1981a: 81).

⁹³ Mais adiante Florestan alerta para a distância entre os *ideais* da burguesia brasileira e suas *práticas*, ao afirmar que “Aos poucos, as classes altas, localizadas nas posições econômicas privilegiadas, e monopolizando os papéis polarizados em torno dos elementos capitalistas do sistema econômico, entrosam-se solidariamente, formando uma burguesia relativamente organizada, consciente de seus interesses como classe e do significado político de sua liderança econômica. Ao se projetarem na cena histórica, procuram realizar um ‘destino nacional’, que disfarça os interesses de classe, mas que também traz consigo os ideais do ciclo das revoluções burguesas na Europa e nos Estados Unidos” (Fernandes, 1981a: 96).

Portanto, da maneira que encaramos o problema, podemos situar as funções da burguesia, ao nível histórico, em dois planos distintos. O primeiro, diz respeito ao desencadeamento da revolução burguesa dentro das condições e dos limites do capitalismo dependente. O segundo, refere-se ao alcance imprimido à revolução burguesa, especialmente como o grande “salto econômico”, na direção do capitalismo auto-suficiente e autônomo.” (Fernandes, 1981a: 95)

Isto permitiria atribuir o estatuto de “*revolução burguesa*” ao processo de modernização ocorrido nos casos brasileiro e latino-americano, mesmo que a configuração das alianças políticas não tenha desembocado numa democracia liberal, como no caso clássico. Ou seja, Florestan reconhece, como fizera Barrington Moore Jr. em *As Origens Sociais da Ditadura e da Democracia: Senhores e Camponeses na Construção do Mundo Moderno* (Moore Jr.: 1983), publicado em 1966, dois anos antes de *Sociedade de Classes e Subdesenvolvimento*, que:

No conjunto, justifica-se falar numa revolução burguesa apenas por dois motivos. De um lado, pelas transformações estruturais e dinâmicas inerentes à constituição e à consolidação de uma ordem social competitiva, que serve de base ao funcionamento conjugado de uma economia capitalista diferenciada, embora dependente, de um Estado fundado no direito positivo e numa democracia representativa. De outro lado, porque, apesar de tudo, o capitalismo dependente não exclui a correlação entre monopólio de poder econômico e monopólio de poder político pela mesma classe social. A burguesia constrói, nos seus interesses e em sua situação de classe, os fundamentos de sua dominação social e política sobre as demais classes. Por essa razão, será também a única classe univocamente polarizada na preservação da ordem social vigente, ou seja, empenhada em defender, como e enquanto classe, o capitalismo dependente, com tudo o que ele significa como frustração do desenvolvimento econômico e como negação de um “destino nacional” livre. (Fernandes, 1981a: 97)

Diante deste cenário, em que reconhece a especificidade da trajetória de modernização dos países subdesenvolvidos, bem como a existência uma aliança conservadora e reacionária das classes altas, limitando ou extinguindo a democracia e gerando um quadro de extremas desigualdades econômicas, sociais e políticas, Florestan identifica na esfera da política a única possibilidade para se alterar qualitativamente o planejamento nos processos de desenvolvimento:

Nessas condições histórico-sociais, a “política” emerge como um fator de potencialidade decisiva. É claro que ela não escapa às limitações da “economia” e das inconsistências que daí decorrem para a organização e para a evolução da “sociedade”. Todavia, devido às debilidades dos fluxos de produção e de distribuição da riqueza, dela vai depender, quase literalmente, o modo pelo qual se calibrará a reação societária às consequências

disnômicas daquelas debilidades em todas as esferas da vida. (Fernandes, 1981a: 158)

De qualquer modo, a posição das classes sociais na estrutura de poder da sociedade é que determina e gradua a maneira pela qual as mudanças sociais se concretizam historicamente – ou seja, que determina quais são os interesses e os valores sociais a serem consagrados ou beneficiados pelas mudanças socialmente necessárias e *in flux*. (Fernandes, 1981a: 163)

E, mais adiante, o próprio Florestan explica que, para se alterar politicamente a ordem social, não se deve desconsiderar a presença e a força política de atores reacionários representantes principalmente dos setores econômicos agrários:

(...) o dilema rural brasileiro não se reduz apenas, como muitos pensam, a questões de ordem econômica e técnica. Ele implica e impõe um desafio social em termos especificamente políticos. As economias agrárias se defrontam com um círculo vicioso, do qual só poderão sair superando esse dilema: ou mediante soluções capitalistas, através da absorção do padrão de desenvolvimento imperante no polo urbano-industrial (alternativa da “revolução dentro da ordem”), ou mediante soluções socialistas, absorvendo um novo padrão de desenvolvimento capaz de quebrar o impasse levantado pelas funções desempenhadas pela desigualdade sócio-econômica na perpetuação do *status quo* (alternativa da “revolução contra a ordem”). (Fernandes, 1981a: 211)

Florestan encerra o livro *Sociedade de Classes e Subdesenvolvimento* com este argumento em que reitera a sua rejeição pela via da transformação *reformista*, optando claramente pela transformação via *revolução* (dentro ou contra a ordem). Ou seja, Florestan reconhece que qualquer mudança social, econômica e política reformista possui uma forte tendência a ser controlada pelas alianças das classes altas, o que implica, em última instância, na manutenção de seus privilégios.

A reflexão de Florestan sobre a especificidade da trajetória de modernização no Brasil e na América Latina – a *modernização conservadora* – tornar-se-á ainda mais crítica em seus textos dos anos 1970. A partir de então a perspectiva marxista torna-se a orientação teórica predominante de suas análises, considerando “dependência” e “subdesenvolvimento” fundamentalmente como produtos históricos da evolução da ordem social competitiva – ou seja, do próprio capitalismo – e das diferentes configurações de poder que os países centrais estabelecem com os países periféricos ao longo do tempo. Ao repensar a formação social, econômica e política brasileira, em *Capitalismo Dependente e Classes Sociais na América Latina*, Florestan se atenta para os diferentes tipos de relações de dominação estabelecidos pelas nações

centrais (inicialmente com as suas colônias, e, posteriormente, com a própria ordem social competitiva que nelas se formou):

Nesse plano, a análise do perfil da sociedade de classes na América Latina levanta questões que só podem ser esclarecidas através da consideração da estrutura e dos dinamismos dessa formação societária. A modernidade, quanto ao modelo “clássico” ou “normal” de capitalismo, conduzia à revolução burguesa “conquistadora”, portanto, à ruptura contra o *antigo* regime e à construção da ordem social competitiva (em sua primeira versão histórica, a europeia; pois a segunda surgiria mais tarde, no contexto da revolução urbano-industrial nos Estados Unidos). Na situação específica da América Latina, a modernidade, como equivalente a esses dois processos simultâneos de revolução contra a ordem existente e de revolução da ordem que se torna vitoriosa, não se colocaria na ruptura contra o antigo sistema colonial e a superação posterior no neocolonialismo (pois ambos os processos desembocaram na emergência e posterior consolidação do capitalismo dependente). Pode-se dizer que as emancipações nacionais criaram uma época da modernidade, mas se trata de uma modernidade de segunda grandeza, que restabelece o jugo externo de uma forma mais complexa, sutil e avassaladora. A modernidade com um duplo sentido revolucionário só iria aparecer no contexto histórico produzido pela Segunda Guerra Mundial e seus desdobramentos. Esse foi um período de crise, de descoberta do que o capitalismo dependente reserva aos povos latino-americanos e de cruel desilusão: às euforias das “vias próprias” de superação do subdesenvolvimento, sucede-se a certeza de que a lógica do capitalismo dependente é inflexível. Nesse contexto histórico, surgem as duas respostas imediatas às exigências históricas. Uma, alimentada pela intenção de destruir, simultaneamente, a dependência e o capitalismo; outra, condicionada pela aspiração de refundir a dependência, agora formulada, pela superpotência hegemônica, como uma forma de “interdependência” e uma “nova fronteira histórica” na conquista da liberdade. (Fernandes, 2009a: 69)

O reconhecimento da importância da especificidade das trajetórias nos processos de modernização brasileiro e latino-americano traz para o centro da reflexão de Florestan as questões relacionadas à dependência, as quais serviriam como portas de entrada indireta de suas análises sobre a questão da democracia no Brasil, por exemplo, quando afirma que:

(...) uma organização aristocrática, oligárquica ou plutocrática da sociedade sempre concentrou extremamente a riqueza, o prestígio social e o poder em alguns estratos privilegiados. Em consequência, a institucionalização política do poder era realizada com a exclusão permanente do povo e o sacrifício consciente de um estilo de vida democrático. (Fernandes, 2009a: 21)

Isto significa que, neste arranjo de forças políticas internas (entre as elites econômicas industrial e latifundiária) e externas (ao aceitarem a condição dependente

dentro do sistema capitalista mundial⁹⁴), não apenas torna específica a trajetória assumida pela configuração do poder nos países periféricos, como também coloca a burguesia, como já abordado anteriormente por Florestan, numa situação conservadora (e, muitas vezes, reacionária):

Mantidas as condições estruturais vigentes, ela gera: o seu estilo de “condição burguesa”; o seu próprio ritmo de “revolução dentro da ordem” (através do qual a dependência e o subdesenvolvimento são constantemente redefinidos em níveis mais complexos); e a impossibilidade histórica da “revolução contra a ordem” (na forma de destruição e superação da dependência e do subdesenvolvimento através do capitalismo) como iniciativa política burguesa. (Fernandes, 2009a: 76)

Contudo, Florestan alerta para o perigo que esta dupla aliança das classes altas brasileiras pode representar para a própria ordem que instaura. Isto implica em afirmar que, ao elevar a pressão política interna, com a finalidade de manter os seus interesses, e acirrar ainda mais esta pressão mediante sua sujeição aos interesses “imperialistas”, tal aliança das classes altas pode terminar por se tornar um importante fator desencadeador da consciência política e da revolução social:

O que hoje é um processo econômico controlado do exterior e do interior pelos interesses privados, pode transformar-se rapidamente num processo político incontrolável. Essa sempre tem sido a lição da história, nas transformações que levaram do colonialismo ao capitalismo e ao socialismo. Os dois períodos de imperialismo foram e são valiosos para a emergência de uma consciência social crítica, do radicalismo político e da revolução social, dentro da ordem ou contra ela. (Fernandes, 2009a: 38)

A sua crítica ao “desenvolvimento” como mecanismo de transformação social, econômica e política, como já foi mencionado, torna-se ainda mais elevada, pois reconhece que os fatores de superação da situação heteronômica (subdesenvolvimento e dependência) não podem se originar no próprio capitalismo dependente:

⁹⁴ A esta altura de sua obra Florestan identifica os Estados Unidos como o líder do sistema capitalista mundial, a ele dirigindo suas críticas, como por exemplo, ao afirmar que “Todavia, a deterioração das estruturas políticas é aceita e aprovada da mesma maneira que a deterioração dos termos de troca, porque ambas as tendências são entendidas como um ‘custo natural’ da hegemonia e da segurança dos Estados Unidos. (...) O que está em jogo são os requisitos políticos de uma incorporação dependente mas eficaz desses países ao espaço econômico e sociocultural dos Estados Unidos. (...) Os campeões da liberdade e da democracia agora estão apoiando todo tipo de iniquidades, para assegurar os interesses privados de suas empresas corporativas ou o que supõem ser a segurança de sua nação” (Fernandes, 2009a: 33).

Isso não quer dizer que o capitalismo dependente “falhou”. Ele está preenchendo cada vez melhor as funções que lhe cabem, ao promover o crescimento econômico capitalista sob o mencionado padrão de acumulação de capital e a forma correspondente de sobreposição repartida do excedente econômico. A superação desse tipo de capitalismo depende de transformações que o transcendem e que não podem provir dele, como um “desenvolvimento normal”. (Fernandes, 2009a: 62)

Nota-se, portanto, um caminho trilhado por Florestan, ao reposicionar o seu argumento quanto ao subdesenvolvimento, que aparece em *Mudanças Sociais no Brasil* (1960) como um aspecto da “modernização inconclusa” que pode ser superado através do planejamento, reaparece em *A Sociologia numa Era de Revolução Social* (1962) em sua crítica aos projetos de planejamento, em especial ao que ele próprio denomina como *desenvolvimentismo economicista*, é retomado em *Sociedade de Classes e Subdesenvolvimento* (1968) em sua crítica às implicações decorrentes dos arranjos políticos internos e externos, que tornavam este processo extremamente excludente, na forma de uma *modernização conservadora*. Será em *Capitalismo Dependente e Classes Sociais na América Latina* (1973) que Florestan associará, a partir da geopolítica inerente ao próprio sistema capitalista mundial, que não somente os países latino-americanos possuíam uma trajetória de modernização diferenciada daquela clássica dos países centrais, como também este processo e a configuração de forças assumida pelo capitalismo após a Segunda Guerra Mundial levaram a uma nova forma de dominação realizada pelas nações mais desenvolvidas, transformando a periferia subdesenvolvida em nações *dependentes* dentro deste quadro geopolítico. Daí a retomada da perspectiva marxista, no argumento central de Florestan, ao admitir que, dentro desta nova conformação adquirida pelo sistema capitalista mundial, a dominação hegemônica opera com meios bem mais sutis, mas ainda assim os seus efeitos de polarização política gerados nos países periféricos não somente são visíveis como também tendem a se agravar:

Por falta de universalidade e de flexibilidade, os diferentes polos da ordem social competitiva entram em conflito, antes mesmo de completar-se sua evolução. A “lógica do sistema” falha prematuramente, porque não há como conciliar as “forças de preservação da ordem” (que no fundo querem restringir ou anular as funções construtivas da competição, como processo histórico-social) com as “forças de revolução dentro da ordem” (que pretendem fazer valer as garantias de equidade, estabelecidas institucionalmente). (Fernandes, 2009a: 68)

Reforça o argumento desenvolvido em *Sociedade de Classes e Subdesenvolvimento* sobre o padrão de extrema desigualdade engendrado pelo capitalismo dependente, uma vez que, a ordem social competitiva dos países dependentes se estrutura “(...) em função de padrões de extrema desigualdade econômica, sociocultural e política, aparentemente conciliáveis com a organização em classes e com o próprio capitalismo” (Fernandes, 2009a: 75).

A cadeia de ferro da dependência⁹⁵ se torna mais evidente quando se analisa as condições, possibilidades e limitações dos projetos de desenvolvimento elaborados pelas elites nacionais⁹⁶. Uma vez que não conseguiriam promover qualquer tipo de desenvolvimento econômico sem o apoio dos países capitalistas centrais, as suas pretensões são limitadas pelos interesses imperialistas destes países:

O “dilema da dependência”, do ponto de vista desses setores, aparece especialmente quando eles tentam explorar ritmos mais intensos de crescimento de conjuntura ou procuram implantar novos modelos de desenvolvimento. Então, a lógica do capitalismo dependente fica bastante clara, a ponto de levar os referidos setores a defender “fórmulas desenvolvimentistas” que permitem atingir aqueles fins mediante rearticulações mais ou menos rápidas com os centros de decisão, localizados nas sociedades hegemônicas. (Fernandes, 2009a: 81)

Como ele próprio havia dito em *A Sociologia numa Era de Revolução Social*, sobre a especificidade do subdesenvolvimento, por um lado, e da dependência que ele acarretava, por outro lado, nos países periféricos, em especial no caso do Brasil, estas questões não poderiam ser pensadas sem que se considerasse o próprio processo de formação da ordem social competitiva no país, sempre permeada por uma cultura conservadora:

⁹⁵ Mais adiante, ainda em *Capitalismo Dependente e Classes Sociais na América Latina*, Florestan dirá que “De acordo com as interpretações precedentes, a sociedade de classes, que se torna possível sob o capitalismo dependente, molda a sua própria ordem econômica, social e política. Essa ordem, por sua vez, condiciona e regula os dinamismos de funcionamento e de evolução da sociedade de classes que a engendra, vinculando-a, de modo permanente, a padrões dependentes de desenvolvimento capitalista e a estados crônicos de subdesenvolvimento” (Fernandes, 2009a: 99).

⁹⁶ Florestan já alertara em obras anteriores que os arranjos políticos de tais elites nacionais estavam orientados por interesses egoístas: “Como as classes ‘altas’ e ‘médias’ só se propõem e tentam resolver os ‘problemas nacionais’ que se relacionam com seus próprios interesses de classes, os dinamismos da ordem social competitiva são mais ou menos cegos e ineficientes (quando não são impotentes) diante dos ‘problemas nacionais’ que se prendem, ideal ou concretamente, a ‘interesses médios da população’ ou a interesses particulares das classes ‘baixas’” (Fernandes, 2009a: 82) e ainda que “O campo de forças socialmente ativas só fica aberto aos ‘campeões do desenvolvimento’, todos os adeptos dos ‘milagres econômicos’ proporcionados pela industrialização da dependência, do subdesenvolvimento e da exploração implacável do povo” (Fernandes, 2009a: 86).

Primeiro, o nosso dilema social consiste na contradição entre os “propósitos exteriorizados de progresso econômico e social” e as “disposições ultra-conservantistas disfarçadas”, que animam o comportamento político (no sentido mais amplo possível) dos detentores das posições de mando e liderança na estrutura de poder. Essa contradição converte o Brasil num dos países subdesenvolvidos em que a resistência à mudança é mais sutil, intensa e perniciosa. (Fernandes, 1976a: 231)

Florestan está apontando para outro aspecto da natureza ímpar da trajetória do processo de modernização no Brasil, especificamente sobre a cultura *conservadora* que vai brotando de seus processos sociais, econômicos e políticos. A sua interpretação sociológica sobre o subdesenvolvimento, que já aparece em *Mudanças Sociais no Brasil* e em *A Sociologia numa Era de Revolução Social*, torna-se mais clara em *Sociedade de Classes e Subdesenvolvimento* e ainda mais elaborada em *Capitalismo Dependente e Classes Sociais na América Latina*. Por exemplo, podemos ver, em *Mudanças Sociais no Brasil*, Florestan afirmando que:

Em conjunto, a expansão da civilização ocidental no Brasil apresenta um caráter orgânico, que não possui nos países em mero processo de ocidentalização. As descontinuidades e o ritmo lento, que marcam sua trajetória no tempo, são devidos às condições desfavoráveis em que se processa a reconstrução dos modos ocidentais de existência numa sociedade tropical subdesenvolvida. (Fernandes, 1960: 169)

O que Florestan designa como “condições desfavoráveis” à modernização brasileira, dando-lhe um caráter conservador, é delineado mais claramente em *A Sociologia numa Era de Revolução Social*:

Assim, formou-se uma espécie de tradição entre as camadas sociais dominantes na sociedade brasileira: de manipular a mudança social em termos de uma estratégia na qual contava, em primeiro e em último lugar, seus interesses e valores sociais, bem como o fortalecimento de suas posições na estrutura de poder da comunidade nacional. As técnicas sociais importadas, que redundavam em alargamento da secularização da cultura, visavam diretamente a manipulações dessa espécie – o que explica muitas coisas aparentemente obscuras, inclusive a importação da ideologia liberal pelos barões do império e o apelo à fórmula republicana numa ordem social em que os processos eleitorais se divorciavam da democratização do poder. (Fernandes, 1976a: 214-5)

E o mesmo argumento, colocado em outros termos, reaparece em *Sociedade de Classes e Subdesenvolvimento*, no qual é possível observar, aliada à sua interpretação da formação histórica da ordem social competitiva no Brasil, a perspectiva teórica marxista dando os contornos da sua interpretação deste processo:

A burguesia de uma sociedade capitalista subdesenvolvida concentra o melhor de suas energias, de seu talento e de sua capacidade criadora na luta por sua sobrevivência econômica. Apenas incidentalmente transcende esse plano, projetando-se historicamente como uma classe que domina e modifica a estrutura ou o curso dos processos econômicos. Na verdade, seus interesses univocamente econômicos definem-se segundo esquemas tão emaranhados, instáveis e incertos que o chamado “egoísmo de classe” se alimenta de puras contingências econômicas e só se transfigura em *política* sob a pressão de imperativos de autodefesa num plano imediatista e mais ou menos estreito. (Fernandes, 1981a: 89)

E, como foi dito, aparece de modo mais elaborado, inclusive a partir de sua perspectiva marxista, em *Capitalismo Dependente e Classes Sociais na América Latina*, ao associar de forma mais direta, a condição de subdesenvolvimento dos países periféricos com a sua situação de dependência no plano das relações internacionais:

A monopolização dos centros de decisão pelos círculos sociais e econômicos interessados (internos e externos) não foi problema no passado (pelo menos nas duas épocas históricas, relacionadas com a eclosão da economia de mercado e com a revolução comercial). Ela se tornou um problema na atualidade e como não pode ser resolvida pela mobilização política, manipulada através de partidos espontâneos, ela tem sido enfrentada por formas de concentração de poder – através do “partido único” ou do “partido oficial” da *revolução* e também por meio do emprego de forças armadas como “política interna” ou pelo enrijecimento do “poder civil” – que convertem a *modernização autoritária* em fator adverso à descolonização. (...) O padrão de acumulação de capital, inerente à associação dependente, promove ao mesmo tempo a intensificação da dependência e a redefinição constante das manifestações do subdesenvolvimento. (...) As inconsistências das burguesias latino-americanas procedem do fato de que elas resistem à plebeização e instigam a proletarização sem querer aceitar a democratização correspondente da ordem social competitiva. Proscrevendo o destituído da ordem civil e limitando (ou anulando) a participação econômica, cultural e política das classes trabalhadoras, aquelas burguesias enfraqueceram a si próprias, reduzindo suas alternativas, empobrecendo sua visão do mundo e liquidando-se como agente histórico revolucionário. Restringindo a competição e o conflito a privilégios quase estamentais, elas despojaram o capitalismo de suas potencialidades criadoras. (Fernandes, 2009a: 61-3)

As implicações políticas dos projetos de *desenvolvimento econômico* são postas em destaque nesta leitura que Florestan faz sobre o *subdesenvolvimento econômico* e a *dependência política* das nações periféricas, com protagonismo para as disputas entre os interesses de classes. Em outros termos, a luta de classes se renova, nos países periféricos, convertendo o *desenvolvimentismo economicista* em fator impulsor da *dependência*, levando ao que se poderia denominar como sendo a constituição de um círculo vicioso ou de uma cadeia de ferro do subdesenvolvimento, dado que sempre fortalecem a cultura política não democrática e ocorrem, invariavelmente, em detrimento dos interesses das *classes inferiores*. Neste sentido,

pode-se dizer que a interpretação de Florestan aponta para o aspecto *conservantista* do processo de modernização nacional, processo este que forjara, em diversos momentos da história política do país, arranjos de poder que privilegiavam os interesses das elites econômicas, ainda que o seu custo político fosse – e, na maioria das vezes provou ser – a quebra da ordem democrática.

Mesmo reconhecendo que houve avanços econômicos decorrentes dos projetos de planejamento orquestrados pelas burguesias dos países periféricos, as quais, de acordo com o arranjo político que forjavam, conseguiam manter o poder sobre o Estado e fazê-lo operar em favor de seus interesses, ainda assim, Florestan destaca o seu aspecto pernicioso, principalmente no que concerne à distribuição do crescimento econômico alcançado, o qual sempre permaneceu apropriado pelas próprias burguesias industriais, comerciais, financeiras e agrárias, não havendo qualquer modificação no sentido de diminuir a disparidade social no que concerne à concentração de riqueza e de poder. Neste sentido tanto a dependência quanto o subdesenvolvimento tornam-se um “bom negócio” (Fernandes, 2009a: 34) para os grupos econômicos estrangeiros tanto quanto para as elites econômicas nacionais.

Quando coloca este argumento à prova a partir de uma leitura mais diacrônica, Florestan concorda que a *forma* política pode ter se renovado no Brasil (a passagem de Colônia para Império, e deste para República, ou ainda dentro da própria condição republicana existiram várias configurações políticas), todavia, a natureza e o sentido das forças políticas não se alteraram substancialmente ao longo do tempo, demonstrando ser esta aliança de forças conservantistas um arranjo político de longa duração, que se renova de acordo com as modificações da conjuntura política, mas sempre às custas de um alijamento das classes mais baixas em relação aos centros de poder político e ao acesso à riqueza. Prova disto é que os atores sociais e políticos podem ter se renovado – da antiga Coroa portuguesa e seus senhores de engenho, aos atuais complexos industriais transnacionais e seus empresários industriais, comerciais e financeiros – mas a natureza e o sentido dos arranjos políticos permaneceu firme em seus propósitos de distanciar as *classes inferiores* (escravos, índios, negros, camponeses, proletários) de qualquer posição de comando dentro do Estado. Florestan denomina esta forma de dominação pelo alto pelo termo *plutocracia*⁹⁷ (Fernandes,

⁹⁷ A definição surge mais adiante, de forma mais clara, quando Florestan afirma que “A melhor palavra, de que se dispõe para designar essa conglomeração de posições, interesses, grupos e subgrupos, formas

2009a: 62) pelo fato de a riqueza ser o único canal de acesso (ou então de obstrução, no caso de sua ausência) ao poder político.

O máximo a que as burguesias nacionais chegariam – uma vez imersas neste arranjo de forças políticas que as associam, internamente, a forças *conservadoras* originárias das oligarquias, e externamente, aos interesses do capitalismo internacional – seriam a tentativas reformistas de alcançar o desenvolvimento (estritamente econômico) através de seus projetos desenvolvimentistas como formas privilegiadas de intervenção racional na realidade. Porém, tais formas de desenvolvimento (cujo instrumento consistia no planejamento *economicista*) são agora descartadas por Florestan, que não mais as considera, como já mencionado anteriormente, como soluções possíveis para a modernização nacional, a qual jamais poderia realizar-se separando o crescimento econômico e a democratização política, afirmando que “O capitalismo dependente gera, ao mesmo tempo, o subdesenvolvimento econômico e o subdesenvolvimento social, cultural e político. Em ambos os casos, ele une o arcaico ao moderno (...)” (Fernandes, 2009a: 66). A crítica de Florestan a estas formas de *desenvolvimentismo economicista* apontam não somente para o alcance econômico e político destas formas de planejamento, mas também para as suas limitações:

Poucos são os grupos que tentam focalizar sistematicamente o que “está falhando” e, em particular, se o capitalismo poderia resolver, nas condições de dependência e subdesenvolvimento, os problemas nacionais com que se defrontam os povos da América Latina. As ideologias e utopias “desenvolvimentistas” preenchem as suas funções, dinamizando atitudes, comportamentos e orientações de valor inspiradas em expectativas de “revolução dentro da ordem” (isto é, em transições pelas quais o desenvolvimento capitalista sempre reproduzia socialmente a dependência e o subdesenvolvimento, embora em novos níveis socioeconômicos e culturais). Mas nenhum grupo ou setor de classes chega a articular contraideologias e contrautopias efetivamente calibradas sobre a “revolução contra a ordem” em termos de criação de alternativas capitalistas (ou seja, de um neocapitalismo capaz de vencer, a partir de dentro, as causas e os efeitos do subdesenvolvimento, forjando padrões autônomos, autossustentados e autopropelidos de desenvolvimento capitalista). (Fernandes, 2009a: 89)

Neste sentido, de acordo com Florestan, as ideologias desenvolvimentistas funcionariam como forças políticas da própria burguesia, com a função de promover as mudanças necessárias para que tudo permaneça como está (ou

de solidariedade de classes e orientação básica no uso do poder político não é oligarquia, mas plutocracia. Esta última palavra traduz, de modo imediato, o que é compartilhado em comum e se erige em base do superprivilegiamento de classe, que é o poder fundado na riqueza, na disposição de bens e na capacidade de especular com o dinheiro (ou com o crédito)” (Fernandes, 2009a: 106).

seja, para que o poder político e o poder econômico continuem sob seu controle direto). Ao deixar de cumprir um papel revolucionário que tivera nas revoluções burguesas clássicas, a burguesia dos países periféricos representa um tipo específico, dentro do esquema teórico de Florestan, de projeto de planejamento: ou estes ocorrem com a finalidade de reforçar a ordem social, política e econômica vigente, opção tomada pelas burguesias periféricas, cujas consequências são a manutenção do próprio subdesenvolvimento e da dependência, ou o planejamento deveria ocorrer com a finalidade de romper com a ordem social, política e econômica vigente, visando à superação dos laços de dependência e da condição de subdesenvolvimento:

A ordem social competitiva adquire extrema eficácia como instrumento de estabilidade ou de mudança vigiada. Contudo, não enriquece suas potencialidades dinâmicas em outros rumos mais complexos, que simbolizam o valor histórico da “civilização burguesa”. Não só tolhe as impulsões igualitárias e democráticas que são possíveis sob essa civilização: associa estrutural e dinamicamente, pela organização interna da sociedade de classes e das relações entre as classes, o desenvolvimento capitalista dependente com o subdesenvolvimento. Uma burguesia e uma pequena burguesia, com horizontes intelectuais muito estreitos, delimitam seus papéis nos níveis da estrutura da sociedade e da história, para serem os baluartes de uma ordem que consagra a dependência, o subdesenvolvimento e a iniquidade sistemática. (Fernandes, 2009a: 98)

Do modo plutocrático de acesso ao poder as burguesias nacionais engendraram um *modus operandi* autoritário ou autocrático nas estruturas de poder⁹⁸, gerando uma instabilidade⁹⁹ que lhe é inerente e atuando como fator de limitação da

⁹⁸ A este respeito Florestan afirma que “A dependência e o subdesenvolvimento não alteram essa realidade, antes a complicam. A superestrutura legal e política da sociedade de classes sofre, nessas condições, uma dupla reflexão: uma, que resulta das estruturas de poder, normalmente requeridas para a constituição e o desenvolvimento da ordem social competitiva, as quais são congestionadas nas ‘posições estratégicas’ para o superprivilegiamento das classes dominantes e o ‘controle da situação’ por suas elites; outra, que resulta das interferências da dependência e dos subdesenvoltimentos nas estruturas e nos dinamismos na ordem social competitiva, e que se traduz por uma exacerbação das relações de poder orientadas politicamente ou especificamente políticas, já que o desenvolvimento capitalista dependente requer uma combinação especial de padrões democráticos e de padrões autoritários ou autocráticos de comportamento político” (Fernandes, 2009a: 101-2).

⁹⁹ Tal fato é melhor compreendido quando se toma em consideração a seguinte afirmação de Florestan Fernandes: “A desagregação do regime estamental (ou do regime estamental e de castas) introduziu um desequilíbrio insanável entre os sistemas de governo, suas fontes de legitimação política e a prática autoritário-autocrática (que permaneceu inalterada). O que interessa pôr em evidência é que existe uma completa incompatibilidade entre o superprivilegiamento de classe, como fator de diferenciação social e de estabilidade nas relações de poder entre as classes, e a adoção de sistemas políticos constitucionais e representativos. A tentativa de conciliar o irreconciliável criou certas tendências, que são típicas da América Latina, e culminou numa crise crônica das instituições políticas” (Fernandes, 2009a: 103).

própria ordem social competitiva¹⁰⁰. A conclusão a que chega em *Capitalismo Dependente e Classes Sociais na América Latina*, conforme já mencionado anteriormente ao desenvolver o seu argumento sobre a dependência e o subdesenvolvimento, consiste em admitir como única solução possível para a sua superação a via *revolucionária*:

Até recentemente, os economistas, os sociólogos, os antropólogos, os historiadores e os cientistas políticos dedicaram muita atenção à dependência: aos seus fatores e efeitos, como produto de uma civilização que submeteu a América Latina ao “mundo ocidental moderno” (primeiro, sob as formas do colonialismo e do neocolonialismo; em seguida, sob as formas do capitalismo dependente). Para fazer o diagnóstico e explicar a situação, era preciso pôr em relevo as formas e as consequências do colonialismo, do neocolonialismo e do capitalismo dependente. O processo de autonomização entrava no quadro descrito como uma condição negativa, isto é, como algo frustrado e negado. Na fase atual, em que os diagnósticos já foram feitos e na qual só falta estabelecer sua síntese crítica, a dependência como estado de negação interessa muito menos que a autonomia revolucionária (como “revolução dentro da ordem”, se em algum lugar da América Latina a burguesia revelar-se bastante forte para lograr o que nunca fez, uma revolução nacional e a criação de um “novo capitalismo”; e como “revolução contra a ordem existente”, como se fez em Cuba, colocando-se um ponto final no processo de descolonização e iniciando-se a revolução nacional através do socialismo). Em vista disso, é preciso projetar-se a Sociologia em um quadro histórico muito amplo, que compreende a realidade presente mas, ao mesmo tempo, sob a intenção de transformá-la e de superá-la. (Fernandes, 2009a: 123)

Por fim, em *A Revolução Burguesa no Brasil*, após uma longa digressão em que reflete sobre os principais aspectos econômicos, sociais, políticos e culturais da formação histórica do Brasil, passando pelo período colonial, pela independência, pela abolição da escravidão e proclamação da República, Florestan retoma a questão do processo de modernização nacional, numa chave explicativa em que se utiliza dos processos ocorridos principalmente na esfera social (a formação da *ordem social competitiva*) para chegar, de fato, às dimensões política e econômica do processo de modernização no país. Desde o início da obra coloca uma questão essencial para se compreender a formação histórica do Brasil, em especial no período em que o país começara a sua transição política para a modernidade, ou seja, a natureza das ideias liberalistas presentes no país desde a Independência até a Proclamação da República e a virada do século XIX para o século XX:

¹⁰⁰ Tal situação termina por limitar o alcance da ordem social competitiva em países periféricos porque “Na verdade, é impossível introduzir as ‘regras democráticas’, como se diz, se algumas classes aceitam a ordem social competitiva apenas onde ela favorece a continuidade de perturbadoras desigualdades sociais e a rejeitam onde admite pressões corretivas, fundadas no uso legítimo da competição e do conflito nas relações de poder entre as classes” (Fernandes, 2009a: 103-4).

(...) o liberalismo possui nítido caráter instrumental e se propõe o complexo problema de como criar uma nação num país destituído até das condições elementares mínimas de uma “sociedade nacional”. O Estado impôs-se como a única entidade que podia ser manipulável desde o início, a partir da situação de interesses das elites nativas mas com vistas a sua progressiva adaptação à filosofia política do liberalismo. A primeira polarização conduz-nos ao reino da ideologia; a segunda, ao reino da utopia. (...) Pode-se dizer sem subterfúgios, pois, que a absorção do liberalismo respondia a requisitos econômicos, sociais e políticos que condicionavam a associação livre mas heteronômica do Brasil às nações que controlavam o mercado externo e as estruturas internacionais de poder. (Fernandes, 2005: 53-4)

As ideias políticas liberais que surgiram no Brasil tinham uma natureza híbrida: seu aspecto revolucionário (existente, porém extremamente limitado, como Florestan o reconhece) se apequenava diante de seu aspecto conservador, que “de fato” predominava nas relações sociais, econômicas, políticas e culturais¹⁰¹. Ao regressar historicamente ao momento da transição do período colonial para o período de “independência” do Brasil, Florestan reflete que a “democracia” em si não era nem um conceito e nem uma prática relevante para o país, desde o momento em que surge como nação “livre”, constituindo o que Florestan denomina como uma *democracia restrita*¹⁰².

Desta confluência entre independência política, ideias liberais e configuração social conservadora, o Estado nacional adquiriria no Brasil a feição de um “Estado-amálgama”:

O que ocorreu com o Estado nacional independente é que ele era liberal somente em seus fundamentos formais. Na prática, ele era instrumento da dominação patrimonialista no nível político. Por essa razão, esdrúxula para os que não raciocinam sociologicamente, ele combinou de maneira relativamente heterogênea e ambivalente as funções da Monarquia centralizada com as da Monarquia representativa. Enquanto veículo para a burocratização da dominação patrimonialista e para a realização concomitante da dominação estamental no plano político, tratava-se de um Estado nacional organizado para servir aos propósitos econômicos, aos

¹⁰¹ Florestan Fernandes afirma, sobre o liberalismo no Brasil, que o mesmo “(...) fazia parte de concepções e ideias que se aplicavam a ‘relações entre iguais’ e, por isso, ficava confinado à convivência e ao destino dos membros dos estamentos dominantes. Como esse era o mundo por excelência do *senhor-cidadão* (em alguns papéis sociais, como ‘cidadão ativo’; em outros como ‘cidadão prestante’), é nele que se vão desenvolver e eclodir as tensões insopitáveis do liberalismo com a dominação estamental. Dele saem os defensores mais ardorosos da ‘liberdade’, da ‘justiça’, da ‘nacionalidade’ e do ‘progresso’, os campeões da luta contra o escravismo e os primeiros advogados convictos da ‘causa da democracia’” (Fernandes, 2005: 61).

¹⁰² Neste sentido, a Independência teria instituído uma ordem legal que funcionava como “letra morta” ou então quando era favorável à defesa dos interesses dominantes: “Em consequência, a ordem legal perdia sua eficácia onde ou quando colidisse com os interesses gerais dos estamentos senhoriais e sua importância para a integração jurídico-política da sociedade nacional passou a depender do modo pelo qual aqueles interesses filtravam ou correspondiam às formas de poder político instituídas legalmente” (Fernandes, 2005: 64).

interesses sociais e aos desígnios políticos dos estamentos senhoriais. Enquanto fonte de garantias dos direitos fundamentais do “cidadão”, agência formal da organização política da sociedade e quadro legal de integração ou funcionamento da ordem social, tratava-se de um Estado nacional liberal e, nesse sentido, “democrático” e “moderno”. As conclusões da discussão sobre as polarizações e as funções sociais do liberalismo indicam o que pensamos desse pretense dilema. Ele não possui razão de ser. Os dois aspectos se somam, como parte dos dois momentos a que nos referimos acima. Se as camadas senhoriais não se apoiassem em ajustamentos políticos altamente egoísticos e autoritários, correriam o risco de uma regressão econômica, da perda do controle e do poder e da inviabilidade do Estado nacional. Se elas não aceitassem certas condições ideais do modelo absorvido de organização do Estado nacional, este não abriria perspectivas à formação e ao fortalecimento progressivos do substrato material e moral de uma sociedade nacional, ou seja, estaria condenado como realidade histórica. No mínimo, o país se fragmentaria em várias unidades políticas hostis, pois a hipótese alternativa seria a feudalização da dominação patrimonialista. Assim, a impossibilidade de romper frontalmente com o passado e de optar claramente por um certo futuro é que impôs o Estado-amálgama. (Fernandes, 2005: 90)

Esta digressão histórica permitiu a Florestan assentar as bases de seu argumento quanto ao processo conservador de modernização ocorrido no Brasil: a formação do Estado nacional preservou privilégios estamentais, a abolição da escravidão não promoveu uma integração social, a proclamação da República não significou a instauração da democracia política no país e o aumento da produção de riquezas não implicou em qualquer tipo de distribuição da mesma¹⁰³. Ele próprio afirma que “Se a revolução política, desencadeada pela emancipação nacional, fosse também

¹⁰³ No terceiro capítulo de *A Revolução Burguesa no Brasil*, intitulado *O Desencadeamento Histórico da Revolução Burguesa*, Florestan justifica a sua longa digressão histórica, bem como a sua importância para analisar os processos mais contemporâneos de modernização, subdesenvolvimento e dependência: “A longa digressão anterior era necessária, pois ela mostra como as alterações políticas condicionaram a reorganização da sociedade e da economia, inserindo as estruturas econômicas coloniais dentro de uma nova ordem legal, estimulando a organização e o crescimento de um mercado interno e configurando uma *situação de mercado* que se tornaria, bem depressa e segundo um ritmo de aceleração crescente, o principal polarizador do desenvolvimento econômico nacional” (Fernandes, 2005: 109). Isto justificaria um “novo padrão de dependência do exterior”: “Dessa forma os controles econômicos externos instalavam-se onde eles deviam operar – no cerne da vida econômica interna, preparando-se para se diferenciarem, se intensificarem e crescerem com ela. Em consequência, tal aparelhamento eliminava a posição marginal que o Brasil ocupava em face do capitalismo comercial, enquanto perdurou o sistema colonial. Com ele, a economia do país passava a ter um *status* próprio na organização da economia mundial, gerada pelo capitalismo comercial. Graças a esse *status* é que podia absorver novos padrões de comportamento e de organização econômicos, tecnologia moderna, instituições econômicas, capital e agentes humanos economicamente especializados etc., dando um verdadeiro salto subido na participação dos modelos capitalistas de organização da personalidade, da economia e da sociedade. O processo concentrou-se, naturalmente, na esfera das atividades e operações mercantis, compreendidas nos ‘negócios de exportação e de importação’ e nos mecanismos monetários, de crédito ou bancários correspondentes. A razão disso é evidente. Foi nessa área que se desenrolou a internalização de atividades e operações econômicas que, antes, eram realizadas ou controladas inteiramente de fora. Impunha-se introduzir nela os tipos de institucionalização dos processos econômicos que eram requeridos pela situação nova, que racionalizava e secularizava os nexos de dependência diante do exterior” (Fernandes, 2005: 117-8).

uma revolução econômica e social, as coisas teriam se passado de outro modo” (Fernandes, 2005: 183). Se as classes sociais já haviam se constituído no Brasil desde a última década do século XIX, Florestan afirma que com elas também já se instalara no país, de imediato, uma ditadura de classe: “(...) converter vários requisitos da ordem social competitiva em *privilégios fechados* (a começar pelo monopólio da riqueza e do poder, que torna a dominação oligárquica sob a República uma ‘democracia entre iguais’, ou seja, uma rígida ditadura de classe)” (Fernandes, 2005: 232).

Nesta análise, perpassada majoritariamente pela disputa de classes, Florestan retoma os arranjos políticos da Revolução de 1930, o governo Vargas (de 1930 a 1945) e o período liberal-populista de 1945 a 1964 para, finalmente, chegar ao ponto nevrálgico: a *revolução burguesa*, que no caso brasileiro vinha de modo reiterado demonstrando o seu caráter tipicamente conservador (ainda que sob diversas roupagens políticas), a partir de então explicitaria a sua natureza política abertamente *reacionária*:

Entre a ruína final e o enrijecimento, essas burguesias não têm muita escolha propriamente política (isto é, “racional”, “inteligente” e “deliberada”). O *idealismo burguês* precisa ser posto de lado, com seus compromissos mais ou menos fortes com qualquer reformismo autêntico, com qualquer liberalismo radical, com qualquer nacionalismo democrático-burguês, mais ou menos congruente. A dominação burguesa revela-se à história, então, sob seus traços irredutíveis e essenciais, que explicam as “virtudes” e os “defeitos” e as “realizações históricas” da burguesia. A sua inflexibilidade e a sua decisão para empregar a violência institucionalizada na defesa de *interesses materiais*, de *fins políticos particularistas*; e sua coragem de identificar-se com formas autocráticas de defesa e de autoprivilegiamento. O “nacionalismo burguês” enceta assim um último giro, fundindo a república parlamentar com o fascismo. (Fernandes, 2005: 345)

Este aspecto reacionário da *revolução burguesa no Brasil* possuía as suas origens históricas no próprio processo de dominação burguesa que, desde os primórdios “(...) se associava a procedimentos autocráticos, herdados do passado ou improvisados no presente, e era quase neutra para a formação e a difusão de procedimentos democráticos alternativos, que deveriam ser instituídos (...)” (Fernandes, 2005: 243). Com a intensificação do capitalismo monopolista, em particular após a Segunda Guerra Mundial, o Brasil passa a fazer parte da geopolítica mundial na medida em que representava a possibilidade de frear na América do Sul o surgimento de regimes socialistas, dado que “(...) se a oportunidade não fosse aproveitada ou fosse perdida, a alternativa seria o alargamento das fronteiras do ‘mundo socialista’ e novas transições para o socialismo” (Fernandes, 2005: 297).

Se a sua reflexão, ao longo do livro, termina por situar o conceito de democracia a partir de um referencial maior do que o de regime político, abarcando também as dimensões econômica e social, as conclusões diretas a que Florestan chega apontam para uma questão de grande relevância, quando se observa a trajetória do processo de modernização em países periféricos – em particular aqueles que o autor classifica, como o Brasil, de subdesenvolvidos e dependentes – a qual se relaciona justamente à situação da burguesia nacional: ela perdera a “oportunidade histórica” de dirigir um processo de modernização nacional independente e democrática (Tótor, 1999: 113-4), conforme se observa nas palavras do próprio Florestan:

Daí resulta um tipo especial de impotência burguesa, que faz convergir para o Estado nacional o núcleo do poder de decisão e de atuação da burguesia. O que esta não pode fazer na esfera privada tenta conseguir utilizando, como sua base de ação estratégica, a maquinaria, os recursos e o poder do Estado. Essa impotência – e não, em si mesma, a fraqueza isolada do setor civil das classes burguesas – colocou o Estado no centro da evolução recente do capitalismo no Brasil e explica a constante atração daquele setor pela associação com os militares e, por fim, pela militarização do Estado e das estruturas político-administrativas, uma constante das nossas “crises” desde a Proclamação da República. (Fernandes, 2005: 357)

Ainda mais relevante, para a análise aqui empreendida sobre a democracia e a política na obra de Florestan Fernandes, é o fato que se evidencia, a partir da citação acima, da visão do autor em relação ao papel do Estado. Se, no período anterior ao golpe militar de 1964 a forma de superação do subdesenvolvimento era vislumbrada através do planejamento racional (ancorado nos diagnósticos e prognósticos elaborados pelos intelectuais e implementados pelo Estado), o que colocava o próprio Estado como o ator central do processo de modernização nacional, a repercussão que o golpe militar de 1964 terá no pensamento político de Florestan Fernandes (e isto se evidencia na citação acima, de seu livro *A Revolução Burguesa no Brasil* publicado no ano de 1975), o autor compreende agora o Estado como sendo uma ferramenta política dos interesses da própria burguesia¹⁰⁴ – em especial dos interesses reacionários desta – ou seja, era preciso deslocar o centro de gravidade da agência do

¹⁰⁴ Florestan afirma que “Isso fez com que a restauração da dominação burguesa levasse, de um lado, a um padrão capitalista altamente *racional* e *modernizador* de desenvolvimento econômico; e, concomitantemente, servisse de pião a medidas políticas, militares e policiais, contrarrevolucionárias, que atrelaram o Estado nacional não à clássica *democracia burguesa*, mas a uma versão tecnocrática da democracia restrita, a qual se poderia qualificar, com precisão terminológica, como uma autocracia burguesa” (Fernandes, 2005: 313).

processo de modernização, deslocando-o do Estado para setores mais progressistas da sociedade civil¹⁰⁵. Esta reflexão acentua o caráter político dos processos econômicos, sociais e culturais em curso no Brasil:

Já não só a possibilidade mas também a persistência da transformação capitalista e da dominação burguesa vão passar por um eixo especificamente político. Se as burguesias nacionais da periferia falharem nessa missão política, não haverá nem capitalismo, nem regime de classes, nem hegemonia burguesa sobre o Estado. **O que sugere que a Revolução Burguesa na periferia é, por excelência, um fenômeno essencialmente político**, de criação, consolidação e preservação de estruturas de poder predominantemente políticas, submetidas ao controle da burguesia ou por ela controláveis em quaisquer circunstâncias. (Fernandes, 2005: 343 – *grifo nosso*)

Neste sentido o papel dos intelectuais – antes o de elaboradores de diagnósticos científicos – reforçada agora a sua qualidade de representantes da sociedade civil, em particular aqueles intelectuais vinculados aos setores mais progressistas da sociedade – era colocado no centro dos processos políticos nacionais, na qualidade de *atores políticos centrais* das transformações sociais, econômicas, políticas e culturais. Assim, Florestan avança a sua posição inicial, que lhe era predominante desde meados da década de 1940 até o final da década de 1950, em que se aproximava mais de um tipo de intelectual mais “puro” do que do intelectual engajado (no sentido que de o rigor científico é sobreposto ao engajamento intelectual). A partir do golpe militar de 1964 Florestan defende abertamente o engajamento político dos intelectuais como forma de superação da dominação autocrática em que o país vivia, ou, em outros termos, o engajamento político dos intelectuais seria essencial para superar a forma autocrática de cooptação engendrada pelo regime militar:

O que entrava em questão era portanto o *problema da autocracia* (embora dissimulado sob a aparência ambígua da “democracia forte”). Só assim ela podia deter os processos incipientes ou adiantados de “desagregação da ordem”, passando de uma ordem burguesa “frouxa” para uma ordem burguesa “firme”. **Aí, o elemento político desenhava-se como fundamento do econômico e do social**, pois a solução do dilema implicava, inevitavelmente, transformações políticas que transcendiam (e se opunham)

¹⁰⁵ Se, por um lado, a autocracia instaurada no país (de modo explícito após o golpe militar de 1964) trazia um aspecto reacionário ao reprimir todo e qualquer interesse que contrariasse às burguesias nacionais, por outro lado, o “preço de transformações estruturais da economia capitalista e da organização da sociedade de classes que, a médio e a longo prazos, terão de minar extensa e profundamente o monopólio do poder econômico, social e político da burguesia” (Fernandes, 2005: 334).

aos padrões estabelecidos institucionalmente de organização da economia, da sociedade e do Estado. (Fernandes, 2005: 387)

Vale ressaltar, por fim, que a análise deste conjunto de obras de Florestan Fernandes publicadas entre 1960 e 1975 – a que denominamos como sendo a sua *interpretação do Brasil* – evidencia uma trajetória de seu pensamento em que a política (em particular a democracia) assumem gradativamente o centro de suas reflexões. Suas análises muitas vezes operam os argumentos por uma técnica de “espelhamento”, em que fala da “revolução burguesa no Brasil” referindo-se a um processo em que questiona e problematiza o seu aspecto “revolucionário” (ao que caberia questionar se não seria mais propício atribuir-lhe o substantivo “reação” no lugar de “revolução”). Com este mesmo artifício, a “democracia” ascende ao centro de suas reflexões quando problematiza a “plutocracia” e a “autocracia” instauradas no Brasil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trajeto percorrido nesta pesquisa, apesar de extenso para o tempo de execução disponível, não esgota (e nem pretende esgotar) as possibilidades de exploração das questões em que nos debruçamos. Acreditamos que a presente pesquisa ofereça alguma contribuição para o campo de estudos sobre *pensamento político e social brasileiro*, ao trazer para o centro de sua análise um importante período da história política do Brasil (1960-1975), temas de grande relevância para o debate político e intelectual deste período (democracia, subdesenvolvimento, dependência, desenvolvimento, modernização) e um dos grandes interlocutores acadêmicos da época (Florestan Fernandes). Acrescentaríamos ainda aquele que foi o grande intento desta pesquisa: situar o pensamento político deste grande intelectual a partir de balizas teóricas em que o mesmo ainda não tenha sido explorado (ou que não tenha sido explorado com a verticalização de pesquisa na área da Ciência Política).

Não há grande dificuldade em transitar com trabalhos acadêmicos sobre Florestan Fernandes, desde que os mesmos sejam devidamente enquadrados, conforme o enfoque da pesquisa, principalmente no âmbito da Sociologia (a literatura reconhece o seu papel no fortalecimento e na legitimação desta especialidade científica na década de 1950, bem como as suas contribuições para os estudos sociológicos das relações raciais e, num aspecto mais amplo, para os estudos sociológicos sobre as classes sociais no Brasil, e não poderia ser esquecido o reconhecimento de suas obras enquanto “intérprete do Brasil”, entrando para o seletivo grupo de autores estudados em *pensamento social brasileiro*) e, em menor escala, no âmbito da Educação (principalmente através de seus estudos históricos sobre a Educação no Brasil, dos quais seu livro *Educação e Sociedade no Brasil*, de 1966, é um exemplo típico, mas também, como pudemos demonstrar na Introdução desta dissertação, que o tema “educação” percorre boa parte de sua trajetória intelectual e de sua produção acadêmica). Por sua vez, a tentativa de enquadrar os trabalhos acadêmicos sobre Florestan Fernandes no âmbito da Ciência Política parece ainda oferecer certa resistência.

Por conta destas questões o “desenho de pesquisa” a que nos propusemos abarcou não somente a análise das questões-chave (a “democracia”, o “subdesenvolvimento”, a “dependência”, o “desenvolvimento”) como também procurou situar o objeto (o pensamento político de Florestan Fernandes) a partir da hipótese sobre

os seus deslocamentos teóricos e conceituais. Isto implicou na elaboração de um primeiro capítulo que parecia fugir do âmbito da pesquisa a que nos propusemos (sobre a institucionalização das Ciências Sociais no Brasil¹⁰⁶). Contudo, esforçamo-nos para evidenciar a importância da presença, mesmo que breve, de tais apontamentos, por dois motivos principais: (i) a trajetória intelectual de Florestan Fernandes (que também é explorada neste mesmo capítulo) é credora deste processo de institucionalização das Ciências Sociais no Brasil, dado que fora aí que Florestan encontrara uma brecha de ascensão social, que tinha inicialmente implicações profissionais para a sua trajetória de vida, mas que, com o passar do tempo, comprovou que transcendia o âmbito pessoal, dado que Florestan não se transformara num ator anônimo dentro deste campo do saber, mas sim projetara-se e nele assumira um posição de destaque e o teste do tempo já permite afirmar que se tornara um “clássico” das Ciências Sociais no Brasil, e (ii) ao abordar brevemente o tema da institucionalização das Ciências Sociais no Brasil, nosso objetivo fora muito mais o de fornecer as bases para a compreensão do pensamento político de um proeminente cientista social considerado herdeiro deste período, do que explorar as vinculações sociais do destacado intelectual Florestan Fernandes (o que teria forçado a presente pesquisa a adentrar com mais verticalização na esfera dos estudos sobre trajetórias intelectuais, ou ainda sobre a sociologia dos intelectuais, o que não era o objetivo em tela). Deste modo, o primeiro capítulo contribuiu para esta pesquisa no sentido de fornecer-lhe as bases históricas e o contexto mais amplo que permitem situar o objeto a partir da perspectiva teórica e metodológica adotada para a realização da pesquisa.

Dito isto, é possível tecer algumas considerações finais que permitem abordar os resultados apresentados no segundo e no terceiro capítulos de uma forma mais ampla e menos verticalizada. Como Pécaut (1990) afirma que o período de 1960 a 1975 (o recorte temporal da presente pesquisa) constitui o último momento de protagonismo dos intelectuais na política brasileira, pode-se não somente concluir que Florestan Fernandes é parte integrante deste grupo de intelectuais, como também (e principalmente) trazer algumas das suas reflexões sobre esta questão que possuem proximidade com a pesquisa aqui empreendida e, a partir dos dados apresentados no

¹⁰⁶ Neste sentido orientamo-nos pela forma como Gildo Marçal Brandão coloca esta questão, ao afirmar que “(...) a óptica da institucionalização das Ciências Sociais deveria ser tomada não como um dado, ou uma variável explicativa central, mas como um momento do processo, como problema” (Brandão, 2010: 368).

segundo e terceiro capítulos, problematizar aquilo que a literatura consagrou como o “pensamento crítico” de Florestan Fernandes e a sua reflexão sobre o papel político dos intelectuais. A primeira questão está mais diretamente relacionada com o “estilo” de pensamento de Florestan Fernandes, que remete à sua forma de “interpretar o Brasil” (a escolha dos objetos, a perspectiva teórica e a tessitura da sua obra) e a segunda questão coloca em relevo a maneira como a sua própria “interpretação do Brasil” se relaciona com as possibilidades de diagnóstico e de intervenção na realidade.

Uma característica que marca o estilo crítico do pensamento de Florestan Fernandes pode ser constatada através da inserção de uma reflexão política em suas reflexões sociológicas. Isto ocorre em dois momentos dentro da sua obra, sendo o primeiro deles localizado mais diretamente nas décadas de 1940 e 1950, em que a aproximação entre “ciência” e “sociedade” se dá pela perspectiva do “rigor científico” na apreensão da realidade social, conforme afirma Elide Rugai Bastos:

O sociólogo paulista insistia no fato de que só a aplicação de metodologia que possibilitasse o conhecimento da realidade e a reflexão sobre os mecanismos perpetuadores das relações sociais desiguais no Brasil permitiria uma solução política que associasse democracia política e desenvolvimento econômico. (Bastos, 2011: 53)

Esta perspectiva do “rigor científico” vai sendo paulatinamente colocada em segundo plano por Florestan Fernandes ao longo da década de 1960, de acordo com Cohn (1986):

Mas a reflexão de Florestan é sobre a maneira como isso deveria preocupar o sociólogo. Eu até diria que a redefinição que o pensamento de Florestan vai sofrer ao longo da década de 60, que vai levar ao abandono desse tipo de formulação, conduz também, de uma certa maneira, a um enfraquecimento dessa preocupação tão peculiar com o ângulo especificamente sociológico, o modo especificamente sociológico de pensar as questões. Isso vai ser um pouco pensado na etapa mais recente, as coisas misturam-se de uma maneira mais solta, se quiserem, sobretudo a reflexão sociológica se mistura mais fortemente com a reflexão de caráter mais propriamente político. (Cohn, 1986: 137).

Portanto, há um consenso de que foi na década de 1960 que surgiu esta perspectiva crítica, o que é autorizado pelo próprio Florestan ao afirmar que “é nos trabalhos que se localizam na década de 60 que as ideias mais críticas são elaboradas” (Fernandes, 1978: 156). Ou ainda, dito de outra maneira, Renan Freitas Pinto afirma sobre esta questão que:

A partir da década de 60, como o próprio autor acentua, é que são elaboradas suas posições mais críticas, o que poderia também ser dito de outra forma, ou seja, que os temas mais explicitamente políticos ganham maior projeção. Essa explicitação do posicionamento político e essa mudança em relação aos temas, o autor explica como uma inevitável e necessária adaptação do modo de atuação do cidadão e do cientista às mudanças de grande impacto que estão ocorrendo no país. (Pinto, 2008: 161)

Nota-se que o entrelaçamento entre reflexão sociológica e reflexão política permanece constante durante a produção intelectual de Florestan Fernandes a partir do momento de interpretação do Brasil (1960-1975), alterando-se a perspectiva em que o autor considerava, num primeiro momento, a necessidade do maior rigor científico e, num segundo momento, a necessidade do maior engajamento intelectual. O próprio Florestan explica a entrada do “elemento político” em suas reflexões sociológicas entre os anos 1956 e 1966:

As reflexões não aparecem muito claramente até 1965. Nesse ano, no ensaio sobre “a dinâmica de mudança sociocultural no Brasil” (escrito para ser apresentado em várias universidades norte-americanas), procuro uma primeira fundamentação geral do elemento político intrínseco à transformação da ordem na sociedade capitalista no Brasil. Essa reflexão se aprofunda no ensaio sobre “Crescimento Econômico e Instabilidade Política” (apresentada na Universidade de Harvard em 1966). Enquanto estive na Universidade de Colúmbia, no segundo semestre de 1965, trabalhei o quanto pude num esquema geral de interpretação da formação e desenvolvimento do capitalismo e da sociedade de classes no Brasil. (Fernandes, 1978: 26-7)

Ao afirmar que Florestan Fernandes funda a sociologia crítica no Brasil, Ianni (1986: 15) atribui como característica fundamental deste estilo de pensamento o questionamento da própria realidade social¹⁰⁷. O caráter crítico de sua perspectiva pode ser definido como algo radical (no sentido de que procura ir até às raízes das questões que aborda), o que faz com que analise “(...) as relações, os processos e as estruturas sociais enquanto formas de dominação política e apropriação econômica” (Ianni, 1986: 40). Tal perspectiva crítica é elaborada a partir de dois pilares: (i) a escolha do objeto e da posição do pesquisador ao abordá-lo¹⁰⁸ e (ii) a relação entre o pensar e o agir¹⁰⁹.

¹⁰⁷ Octavio Ianni afirma que “A Sociologia de Florestan Fernandes inaugura um novo estilo de pensar a realidade social. Esse estilo passa a fazer parte dessa ciência social, como uma das suas correntes principais, constituindo-se em um dos seus paradigmas mais importantes” (Ianni, 1986: 7).

¹⁰⁸ A escolha do objeto e a posição do pesquisador para abordá-lo descortina o fato de que “O segredo do pensamento de Florestan Fernandes está em que ele se constrói a partir da perspectiva dos grupos e classes sociais que compõem o povo propriamente dito, os trabalhadores da cidade e do campo. É um pensamento que se constrói e se desenvolve pela análise das condições históricas sob as quais se forma o povo na sociedade brasileira. É claro que essa perspectiva está enriquecida pelas contribuições da

Estes dois pilares podem ser encontrados em todas as obras que selecionamos para a presente pesquisa, publicadas entre 1960 e 1975 e, apenas para exemplificar, o próprio Florestan afirma, sobre *A Revolução Burguesa no Brasil* (publicada em 1975) que:

Eu acreditava que a linguagem era fluente e acessível. Na verdade, parece que não era, o que prejudica a minha intenção, que era uma intenção política. Pretendia explorar o conhecimento sociológico que tenho da sociedade brasileira para responder à situação que se criou em 1964. Tanto que projetei o livro no último semestre de 1965 – eu estava então na Universidade de Colúmbia – e já no primeiro semestre comecei a redigir o que me parecia ser o protesto político de um sociólogo. (Fernandes, 1978: 145)

Se a perspectiva crítica esteve presente ao longo de toda a sua trajetória intelectual, as nuances que a mesma apresenta ao longo do período em que nos debruçamos nesta pesquisa (1960-1975) torna-se mais evidente quando se observam as reflexões de Florestan Fernandes sobre um tema que se constitui em desdobramento da sua perspectiva crítica e que também perpassa por toda a sua trajetória intelectual: o papel político dos intelectuais. De forma mais ampla, esta questão pode ser colocada da seguinte maneira:

Então, a reflexão sociológica se entrecruza com uma reflexão propriamente política. (...) Uma coisa é pensar enquanto sociólogo ou, pensando sociologicamente, trazer à tona questões que são politicamente relevantes. Outra coisa é trabalhar com dois registros simultaneamente, o sociológico e o político, que é mais a fase atual de Florestan. (Cohn, 1986: 139)

O que implica em afirmar que, num primeiro momento, Florestan opera a partir do registro sociológico, trazendo para as suas reflexões temas e questões politicamente relevantes (principalmente nas décadas de 1940 e 1950), e que, a partir da década de 1960, inicia uma inflexão em que passa a operar com os dois registros (sociológico e político), que se explicita inicialmente em seu modo de conceber o papel político dos intelectuais e que, a partir da década de 1970, incorpora a ação direta dos

dialética marxista e o resgate do conteúdo crítico da sociologia clássica e moderna. Inclusive se enriquece com as sugestões mais radicais do pensamento social brasileiro” (Ianni, 1986: 42).

¹⁰⁹ A importância da aproximação entre o “pensar” e o “agir” para a sociologia crítica de Florestan Fernandes pode ser verificada no fato de que “(...) o conjunto das monografias e ensaios, livros e artigos, cursos e conferências, campanhas e debates produzidos por Florestan Fernandes revelam uma obra vigorosa, nova, com larga influência no ensino e pesquisa, nas interpretações e controvérsias que se espraiam pelo pensamento brasileiro. Inaugura uma linguagem sociológica que descortina novas possibilidades de pensar e modificar a sociedade e a história” (Ianni, 1986: 15).

intelectuais na esfera da política¹¹⁰. Uma tensão perpassa esta relação entre “ciência” e “sociedade” (ou, ainda, entre a produção do conhecimento e a sua aplicação):

Mas, ser sociólogo supõe sempre estar em uma situação desconfortável, resultante da tensão apontada, no Brasil esse desconforto é maior, não apenas pelas condições limitadas de produção de conhecimento, mas pelo “rebolicho” da realidade que coloca “obrigações intelectuais desencontradas” impostas pela inquietação que atravessa a sociedade. (Bastos, 2002: 202)

A consciência do “local” a partir de onde o intelectual elabora o seu pensamento constitui um importante fator que desperta a reflexão de Florestan sobre o papel político dos intelectuais para o seu aspecto engajado¹¹¹. A consciência de que o seu pensamento é formulado em um país que possui uma trajetória política e uma formação histórica *sui generis* e que o coloca atualmente em posição de dependência e de subdesenvolvimento, acrescenta à necessidade do rigor científico a tarefa de pensar nos caminhos de superação desta situação:

Ao identificar a existência daquelas condições na história recente da sociedade brasileira, Florestan sente-se ética e politicamente obrigado (em função da responsabilidade intelectual pela qual sempre pautou a sua produção e a sua vida) a tornar pública a sua descoberta e a sua interpretação, contribuindo dessa forma para a formação ou para o fortalecimento da vontade coletiva que possa levar a termo o processo revolucionário cuja potencialidade indica. (Limoeiro-Cardoso, 1997: 11)

Isto significa que, para Florestan Fernandes “(...) o estilo de pensar a realidade social pode ser um modo de iniciar a sua transformação” (Ianni, 1986: 7).

¹¹⁰ Silvana Tótora afirmam que a inflexão mais incisiva ocorre no ano de 1969: “Podemos divisar no tratamento dos seus temas duas orientações distintas que se combinam, o rigor científico na análise e o caráter ensaístico do crítico militante. Esse último se acentua após o seu desligamento compulsório da Universidade de São Paulo em 1969, pelo AI-5 da ditadura militar. Seus escritos se convertem em literatura de denúncia intelectual e de luta política em favor das maiorias oprimidas, subalternizadas, exploradas e excluídas” (Tótora, 1999: 109). Este aspecto mais crítico e militante é reiterado pelo próprio Florestan ao afirmar que “(...) o sociólogo e a sociologia respondem às pressões do ambiente e interagem com ele. Supera-se o patamar de uma sociologia profissional ressentida, em busca de uma sociologia na qual sociólogos com formação profissional participam e põem o trabalho intelectual deles, como e enquanto sociólogos, em interação com expectativas e preocupações da coletividade” (Fernandes, 1978: 69).

¹¹¹ Renan Freitas Pinto diz que “(...) o intelectual e o cientista brasileiro têm pela frente, não apenas concluir sua formação científica de modo compatível com as necessidades do presente, mas se tornar capaz de lutar contra esses valores do passado, caracterizados por Florestan Fernandes como ‘obstáculos estruturais às mudanças’. Ao tomar consciência de sua própria situação é levado a reconhecer simultaneamente a posição secundária ocupada pelo campo científico e cultural de países na situação do Brasil – atraso cultural, subdesenvolvimento, dependência –, o que o leva a perceber que a situação é ambivalente, pois há espaços possíveis de invenção, há a possibilidade de produção original e de exercício crítico que devem ser identificados, aproveitados e ampliados” (Pinto, 2008: 192).

Assim, todo o empreendimento intelectual de Florestan Fernandes pode ser repensado a partir da perspectiva de sua sociologia crítica e da forma como concebia o papel político dos intelectuais, de modo que:

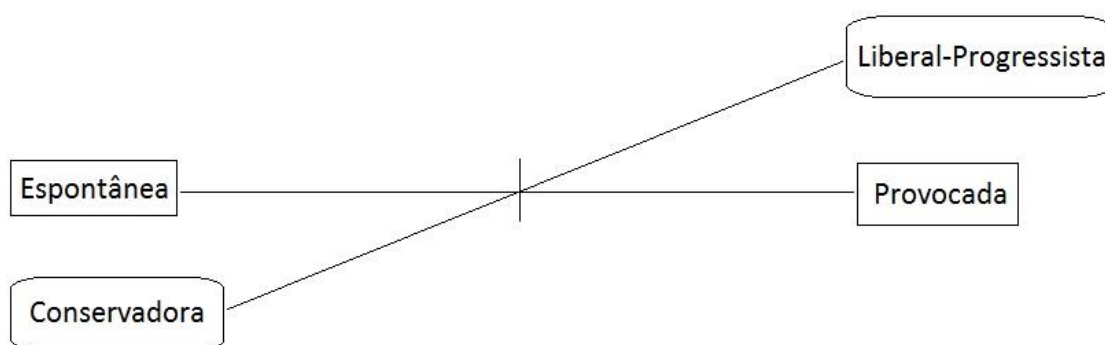
Florestan Fernandes é o autor de uma nova interpretação do Brasil. Ela está construída com base na pesquisa sobre a colonização, a escravatura e a revolução burguesa. A colonização e a escravatura compõem uma perspectiva particularmente fecunda para o conhecimento da história social brasileira, por todo o período colonial e entrando pelo século XIX. A revolução burguesa permite descortinar a maior parte da história social desde fins do século XIX e por todo o XX transcorrido até o presente. (Ianni, 1986: 22)

Portanto, pode-se submeter os resultados apresentados no segundo e no terceiro capítulos desta pesquisa a duas variáveis relacionadas às mudanças sociais em curso no Brasil: a primeira delas seria em relação à agência destas mudanças e a segunda seria em relação ao seu sentido. Quando reflete sobre a agência das mudanças sociais o pensamento de Florestan Fernandes trabalha com duas modalidades – a de mudanças sociais espontâneas e a de mudanças sociais provocadas (por meio de intervenção, planejamento, etc.) – e quando reflete sobre o sentido das mudanças sociais, Florestan trabalha com as modalidades de “conservadora” ou “liberal-progressista”, num primeiro momento, e “revolucionária” ou “reacionária”, num segundo momento. Desta maneira, poderíamos sintetizar as duas concepções de Florestan Fernandes sobre o “desenvolvimento” e o “papel político dos intelectuais”, através das variáveis apresentadas acima (agência e sentido) sobre as mudanças sociais no Brasil.

Num primeiro momento, que compreende os anos de 1950 até os primórdios da década de 1960, o “planejamento” era concebido por Florestan Fernandes como uma ferramenta instrumental para se alcançar o desenvolvimento, ferramenta esta elaborada pelos intelectuais através de parâmetros científicos e racionais, e, portanto, era concebido como algo que poderia orientar a mudança social provocada num sentido liberal-progressista (avançando a história para a frente, rumo à superação da situação de subdesenvolvimento e se aproximando de uma situação de desenvolvimento). Por outro lado, neste mesmo período, Florestan Fernandes concebe a mudança social espontânea como ocorrendo em sentido conservador, dado que implicaria na fórmula “mudar para que tudo permaneça como está”, ou seja, as mudanças sociais espontâneas eram conduzidas pelas classes altas, as quais ditavam o ritmo e o sentido das mesmas, sempre

arquitetando uma configuração do poder que primava pela manutenção de seus privilégios de classe e pela exclusão das classes inferiores do acesso à riqueza e ao poder político. Esta concepção pode ser exemplificada na figura abaixo, na qual as mudanças sociais espontâneas e as provocadas são compreendidas como possuindo sentidos opostos (a primeira possuindo sentido conservador e a última possuindo sentido liberal-progressista):

Figura 02 – Concepção de Florestan Fernandes sobre “desenvolvimento” e “mudanças sociais” nos anos 1950 e primórdios da década de 1960

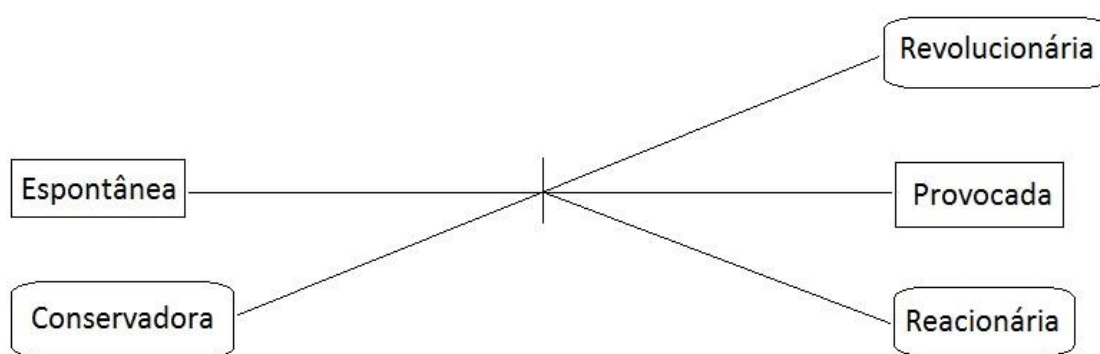


Fonte: elaborado pelo autor desta dissertação.

Como se pode verificar no segundo e no terceiro capítulos da dissertação, e também nas discussões empreendidas acima sobre a sociologia crítica de Florestan e sua concepção do papel político dos intelectuais, ao longo da década de 1960 até 1975, as suas reflexões sobre o planejamento conceberão esta ferramenta como um instrumento político das burguesias nacionais que contribuem para a manutenção das desigualdades políticas, econômicas e sociais, ou seja, o planejamento, que antes era concebido por Florestan como possuindo um sentido progressivo, agora é visto como uma ferramenta das burguesias nacionais para promover a industrialização (e, portanto, aumentar a produção de riqueza), mas que atua num sentido de manter (ou ainda ampliar) a exclusão das classes baixas, dificultando-lhes o acesso à riqueza (agravando a distribuição social da riqueza) e ao poder político (afastando a possibilidade de implantação da “ordem social democrática” e impondo, em seu lugar, uma ordem política autocrática). Assim, o planejamento continua sendo uma ferramenta para o desenvolvimento executada pelo Estado, porém a sua natureza e as suas implicações fazem com que Florestan o considere como uma possibilidade reacionária ou como uma possibilidade revolucionária. A partir de então, no campo das mudanças sociais que

avançam a história para a frente Florestan concebe apenas a possibilidade “revolucionária” (que pode ser “a favor da ordem”, por ele concebida como algo mais difícil de ser alcançado, dado que deveria ser conduzido pelas próprias burguesias, ou ainda pode ser “contra a ordem”, tão difícil quanto a mudança “a favor da ordem”, porém mais eloquente, dado que deveria ser conduzida pelas classes baixas). Desta maneira, a única possibilidade de avançar a história progressivamente consiste em arranjos políticos que podem ser mediados e facilitados pela atuação dos intelectuais, com o objetivo de romper com a ordem (dependência e subdesenvolvimento). Tal concepção pode ser representada na figura abaixo:

Figura 03 – Concepção de Florestan Fernandes sobre “desenvolvimento” e “mudanças sociais” a partir de meados da década de 1960



Fonte: elaborado pelo autor desta dissertação.

Para além das questões que a presente dissertação suscitou, abrindo um leque de oportunidades de prosseguimento de pesquisas, acreditamos que a mesma tenha cumprido os objetivos a que se propusera, de se debruçar sobre um conjunto de obras publicadas por Florestan Fernandes entre os anos de 1960 e 1975, nas quais o processo de modernização do Brasil e da América Latina são colocados em primeiro plano, ao termos retirado deste conjunto de obras uma “interpretação do Brasil” elaborada por Florestan Fernandes, em que os conceitos de dependência, subdesenvolvimento e desenvolvimento assumem um protagonismo, permitindo-nos verificar o movimento de ascensão de elementos políticos em suas reflexões, principalmente ao problematizar as possibilidades e limites de implantação da democracia no Brasil.

REFERÊNCIAS

- ARANTES, Paulo Eduardo. *Um departamento francês no ultramar: Estudos sobre a formação filosófica uspiana (uma experiência nos anos 60)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.
- ARAÚJO, Cícero. *Um “giro linguístico” na história das ideias políticas*. In: POCOCK, John. *Linguagens do ideário político*. São Paulo: Edusp, 2013.
- ARAÚJO, Odete Aparecida Alves. *Educação e democracia no Brasil: a perspectiva de Florestan Fernandes e a visão neoliberal nos anos 90*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais), Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Estadual de Londrina, 2006.
- ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento. *Florestan Fernandes e a “escola paulista de sociologia”*. In: MICELI, Sérgio (org.). *História das Ciências Sociais no Brasil*. São Paulo: Vértice, 1989.
- _____. *Metrópole e cultura – São Paulo no meio do século XX*. Bauru: Edusc, 2001.
- _____. *A sociologia de Florestan Fernandes*. *Tempo Social*, v. 22, n. 01, 2010.
- BARÃO, Gilcilene de Oliveira Damasceno. *As contribuições educacionais de Florestan Fernandes: o debate com a Pedagogia Nova e a centralidade da categoria revolução*. Tese (Doutorado em Educação), Faculdade de Educação, Unicamp, 2008.
- BARIANI, Edison. *A sociologia no Brasil: uma batalha, duas trajetórias (Florestan Fernandes e Guerreiro Ramos)*. Dissertação (Mestrado em Sociologia), Faculdade de Ciências e Letras, Unesp, 2003.
- _____. *Padrão e salvação: o debate Florestan Fernandes x Guerreiro Ramos*. In: CEPÊDA, Vera Alves & MAZUCATO, Thiago (orgs.). *Florestan Fernandes, 20 anos depois – um exercício de memória*. São Carlos: Ideias, Intelectuais e Instituições, 2015.
- BASTOS, Élide Rugai. *Pensamento Social da Escola Sociológica Paulista*. In: MICELI, Sérgio (org.). *O que ler na Ciência Social Brasileira – Vol. IV – 1970-2002*. São Paulo: Sumaré, 2002.
- _____. *Gilberto Freyre e seu tempo: contexto intelectual e questões de época*. *Sinais Sociais*, v. 01, n. 01, 2006.
- _____. *Atualidade do pensamento social brasileiro*. *Sociedade e Estado*, v. 26, n. 02, 2011.
- BASTOS, Élide Rugai; RIDENTI, Marcelo & ROLLAND, Denis (orgs.). *Intelectuais: sociedade e política, Brasil-França*. São Paulo: Cortez, 2003.
- BLANCO, Alejandro & JACKSON, Luiz Carlos. *Florestan Fernandes no espelho de Gino Germani*. In: CEPÊDA, Vera Alves & MAZUCATO, Thiago (orgs.). *Florestan Fernandes, 20 anos depois – um exercício de memória*. São Carlos: Ideias, Intelectuais e Instituições, 2015.
- BOSI, Alfredo. *A escravidão entre os dois liberalismos*. In: BOSI, Alfredo. *Dialética da colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- BOTELHO, André. *Uma sociedade em movimento e sua intelligentsia: apresentação*. In: BOTELHO, André; BASTOS, Élide Rugai & VILLAS BÔAS, Gláucia (orgs.). *O moderno em questão: a década de 1950 no Brasil*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2008.

- _____. *Passado e futuro das interpretações do país*. Tempo Social, v. 22, n. 01, 2010.
- BOTELHO, André & SCHWARCZ, Lilian. *Um enigma chamado Brasil: 29 intérpretes e um país*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- _____. *Pensamento Social Brasileiro, um campo vasto ganhando forma*. Lua Nova, n. 82, 2011.
- BOURDIEU, Pierre. *O campo científico*. In: ORTIZ, Renato (org.). *Pierre Bourdieu*. São Paulo: Ática, 1983. (Coleção Grandes Cientistas Sociais).
- BRANDÃO, Gildo Marçal. *Linhagens do Pensamento Político Brasileiro*. São Paulo: Hucitec, 2007.
- _____. *Ideias e Argumentos para o Estudo da História das Ideias Políticas no Brasil*. In: MARTINS, Carlos Benedito & LESSA, Renato (orgs.). *Horizontes das Ciências Sociais no Brasil: ciência política*. São Paulo: ANPOCS, 2010.
- BRASIL JUNIOR, Antonio Silveira. *Passagens para a teoria sociológica: Florestan Fernandes e Gino Germani*. São Paulo: Hucitec, 2013.
- BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. *Seis interpretações sobre o Brasil*. Dados – Revista de Ciências Sociais, v. 25, n. 03, 1982.
- CANDIDO, Antonio. *Lembrando Florestan Fernandes*. São Paulo: edição particular, 1996a.
- _____. *O jovem Florestan*. Estudos Avançados, v. 10, n. 26, 1996b.
- _____. *Florestan Fernandes*. São Paulo: Perseu Abramo, 2001.
- _____. *A Sociologia no Brasil*. Tempo Social, v.18, n. 01, 2006.
- CARDOSO, Fernando Henrique. *Apresentação*. In: FERNANDES, Florestan. *Mudanças Sociais no Brasil*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1960.
- _____. *Pensadores que inventaram o Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.
- CEPÊDA, Vera Alves. *Entre a Economia e a Política – os conceitos de periferia e democracia no desenvolvimentismo de Celso Furtado*. Sinais Sociais, v. 01, n. 01, 2006.
- _____. *O lugar da teoria do subdesenvolvimento de Celso Furtado no pensamento político dos anos 50*. In: BOTELHO, André; BASTOS, Élide Rugai & VILLAS BÔAS, Gláucia (orgs.). *O moderno em questão: a década de 1950 no Brasil*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2008.
- _____. *Entre a Economia e a Política – os conceitos de periferia e desenvolvimento em Celso Furtado*. Sinais Sociais, v. 07, 2012.
- CEPÊDA, Vera Alves & MAZUCATO, Thiago. *Ciência, intelectuais e democracia no centro e na periferia: o diálogo teórico entre Karl Mannheim e Florestan Fernandes*. In: _____. *Florestan Fernandes, 20 anos depois – um exercício de memória*. São Carlos: Ideias, Intelectuais e Instituições, 2015.
- CHACON, Vamireh. *História das Ideias Sociológicas no Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1977.
- _____. *O Brasil e o ensaio hispano-americano*. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2010.
- COHN, Amélia (org.). *Florestan Fernandes*. Rio de Janeiro: Beco do Azougue, 2008.
- COHN, Gabriel. *Padrões e dilemas: o pensamento de Florestan Fernandes*. In: MORAES, Reginaldo; ANTUNES, Ricardo & FERRANTE, Vera B. (orgs.). *Inteligência Brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

- _____. *Florestan Fernandes. A Revolução Burguesa no Brasil*. In: MOTA, Lourenço Dantas. *Introdução ao Brasil. Um banquete no Trópico*. São Paulo: Editora SENAC, 1999.
- _____. *Florestan Fernandes e o radicalismo plebeu em sociologia*. Estudos Avançados, v. 19, n. 55, 2005.
- _____. *Florestan Fernandes: grandes problemas, grandes interlocutores*. In: CEPÊDA, Vera Alves & MAZUCATO, Thiago (orgs.). *Florestan Fernandes, 20 anos depois – um exercício de memória*. São Carlos: Ideias, Intelectuais e Instituições, 2015.
- CÓSCIA, Vera Lúcia. *Análise de Fotografias: Florestan Fernandes no tempo da ditadura militar*. Dissertação (Mestrado em Ciência, Tecnologia e Sociedade), Programa de Pós-Graduação em Ciência, Tecnologia e Sociedade, Universidade Federal de São Carlos, 2012.
- COSTA, Diogo Valença de Azevedo. *Florestan Fernandes em questão: um estudo sobre as interpretações de sua sociologia*. Dissertação (Mestrado em Sociologia), Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal de Pernambuco, 2004.
- _____. *As raízes ideológicas da sociologia de Florestan Fernandes: socialismo e crítica da dependência cultural nas ciências sociais brasileiras (1950-1970)*. Tese (Doutorado em Sociologia), Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal de Pernambuco, 2009.
- _____. *A sociologia como artesanato intelectual: política e contestação nas perspectivas teóricas de Wright Mills e Florestan Fernandes*. In: CEPÊDA, Vera Alves & MAZUCATO, Thiago (orgs.). *Florestan Fernandes, 20 anos depois – um exercício de memória*. São Carlos: Ideias, Intelectuais e Instituições, 2015.
- D'INCAO, Maria Angela (org.). *O saber militante: ensaios sobre Florestan Fernandes*. São Paulo: Editora da UNESP, 1987.
- FAORO, Raymundo. *Existe um pensamento político brasileiro?* Estudos Avançados, v. 01, n. 01, 1987.
- FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: Edusp, 2000.
- FERNANDES, Florestan. *A função social da guerra na sociedade Tupinambá*. São Paulo: Edição da Revista do Museu Paulista, 1952.
- _____. *Ensaio sobre o método de interpretação funcionalista na sociologia*. São Paulo: Editora da USP, 1953.
- _____. *A etnologia e a sociologia no Brasil: ensaios sobre aspectos da formação e do desenvolvimento das ciências sociais na sociedade brasileira*. São Paulo: Anhembi, 1958.
- _____. *Mudanças Sociais no Brasil*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1960.
- _____. *A organização social dos Tupinambá*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1963.
- _____. *Educação e sociedade no Brasil*. São Paulo: Dominus, 1966.
- _____. *Fundamentos Empíricos da Explicação Sociológica*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1967.
- _____. *Elementos de Sociologia Teórica*. São Paulo: Editora da USP, 1970.
- _____. *Comunidade e Sociedade no Brasil – vol. 1*. São Paulo: Nacional, 1972.
- _____. *Comunidade e Sociedade no Brasil - vol. 2*. São Paulo: Nacional, 1973.
- _____. *A universidade brasileira: reforma ou revolução?* São Paulo: Alfa-Ômega, 1975.

- _____. *A Sociologia numa Era de Revolução Social*. Rio de Janeiro: Zahar Editora, 1976a.
- _____. *Ensaio de Sociologia Geral e Aplicada*. São Paulo: Pioneira, 1976b.
- _____. *Circuito fechado: quatro ensaios sobre o poder institucional*. São Paulo: Hucitec, 1976c.
- _____. *A sociologia no Brasil: contribuição para o estudo de sua formação e desenvolvimento*. Petrópolis: Vozes, 1977.
- _____. *A Condição de Sociólogo*. São Paulo: Hucitec, 1978.
- _____. *Da guerrilha ao socialismo: a revolução cubana*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1979a.
- _____. *Apontamentos sobre a teoria do autoritarismo*. São Paulo: Hucitec, 1979b.
- _____. *A natureza sociológica da Sociologia*. São Paulo: Ática, 1980a.
- _____. *A Sociologia no Brasil: contribuição para o estudo de sua formação e desenvolvimento*. Petrópolis: Vozes, 1980b.
- _____. *Movimento socialista e partidos políticos*. São Paulo: Hucitec, 1980c.
- _____. *Brasil em compasso de espera: pequenos escritos políticos*. São Paulo: Hucitec, 1980d.
- _____. *Sociedade de Classes e Subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981a.
- _____. *Poder e contra-poder na América Latina*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981b.
- _____. *A ditadura em questão*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1982.
- _____. *A questão da USP*. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- _____. *Nova República?* Rio de Janeiro: Zahar, 1986a.
- _____. *Que tipo de República?* São Paulo: Brasiliense, 1986b.
- _____. *O processo constituinte*. Brasília: Câmara dos Deputados, 1988.
- _____. *O significado do protesto negro*. São Paulo: Cortez, 1989a.
- _____. *O desafio educacional*. São Paulo: Cortez, 1989b.
- _____. *A constituição inacabada: vias históricas e significado político*. São Paulo: Estação Liberdade, 1989c.
- _____. *Pensamento e ação: o PT e os rumos do socialismo*. São Paulo: Brasiliense, 1989d.
- _____. *A transição prolongada: o período pós-constitucional*. São Paulo: Cortez, 1990a.
- _____. *As lições da eleição*. Brasília: Câmara dos Deputados, 1990b.
- _____. *O PT em movimento*. São Paulo: Cortez, 1991.
- _____. *Parlamentarismo: contexto e perspectivas*. Brasília: Câmara dos Deputados, 1992a.
- _____. *O colapso do governo Collor e outras reflexões*. Brasília: Câmara dos Deputados, 1992b.
- _____. *LDB: impasses e contradições*. Brasília: Câmara dos Deputados, 1993.
- _____. *Consciência negra e transformação da realidade*. Brasília: Câmara dos Deputados, 1994a.
- _____. *Democracia e desenvolvimento: a transformação da periferia e o capitalismo monopolista da era atual*. São Paulo: Hucitec, 1994b.
- _____. *Tensões na educação*. Salvador: SarahLetras, 1995a.
- _____. *Em busca do socialismo: últimos escritos e outros textos*. São Paulo: Xama, 1995b.
- _____. *O folclore em questão*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

- _____. *Folclore e mudança social na cidade de São Paulo*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- _____. *A revolução burguesa no Brasil - ensaio de interpretação sociológica*. São Paulo: Globo, 2005.
- _____. *A integração o negro no mundo dos brancos*. São Paulo: Global, 2007.
- _____. *Capitalismo Dependente e Classes Sociais na América Latina*. São Paulo: Global, 2009a.
- _____. *A etnologia no Brasil e outros ensaios*. São Paulo: Global, 2009b.
- _____. *A integração do negro na sociedade de classes – vol. 1*. São Paulo: Editora Globo, 2013a.
- _____. *A integração do negro na sociedade de classes – vol. 2*. São Paulo: Editora Globo, 2013b.
- FERNANDES, Florestan & BASTIDE, Roger. *Branços e Negros em São Paulo*. São Paulo: Global, 2009.
- FERNANDES, Heloísa. *Chaves do exílio e portas da esperança*. Pulsional – Revista de Psicanálise, v. 19, n. 185, 2006.
- _____. *Um sociólogo socialista*. Revista Florestan, v. 01, n. 01, 2014.
- _____. *Florestan Fernandes, um sociólogo socialista*. In: CEPÊDA, Vera Alves & MAZUCATO, Thiago (orgs.). *Florestan Fernandes, 20 anos depois – um exercício de memória*. São Carlos: Ideias, Intelectuais e Instituições, 2015.
- FERREIRA, Gabriela Nunes & BOTELHO, André. *Reverendo o pensamento conservador*. In: FERREIRA, Gabriela Nunes & BOTELHO, André (orgs.). *Revisão do Pensamento Conservador – ideias e política no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 2010.
- FORJAZ, Maria Cecília Spina. *A emergência da Ciência Política no Brasil: aspectos institucionais*. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 12, n. 35, 1997.
- FREITAG, Barbara. *Democratização, universidade e revolução*. In: D'INCÃO, Maria Angela (org.). *O saber militante: ensaios sobre Florestan Fernandes*. São Paulo: Editora UNESP, 1987.
- _____. *Florestan Fernandes: revisitado*. Estudos Avançados, v. 19, n. 55, 2005.
- GARCIA, Sylvia Gemignani. *Destino ímpar – sobre a formação de Florestan Fernandes*. São Paulo: Editora 34, 2002.
- GIDDENS, Anthony. *A vida em uma sociedade pós-tradicional*. In: GIDDENS, Anthony; LASH, Scott & BECK, Ulrich (orgs.). *Modernização reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna*. São Paulo: Editora Unesp, 2012.
- GUEDES, André Teles. *Florestan Fernandes e o lugar da USP na história da sociologia no Brasil*. Dissertação (Mestrado em Sociologia), Departamento de Sociologia, Universidade de Brasília, 2007.
- IANNI, Octávio. *Sociologia da Sociologia – o pensamento sociológico brasileiro*. São Paulo: Ática, 1989.
- _____. *Florestan Fernandes e a formação da Sociologia brasileira*. In: IANNI, Octávio (org.). *Florestan Fernandes*. São Paulo: Ática, 1991. (Coleção Grandes Cientistas Sociais).
- _____. *A sociologia de Florestan Fernandes*. Estudos Avançados, v. 10, n. 26, 1996.
- _____. *Florestan Fernandes: sociologia crítica e militante*. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Estatísticas Históricas do Brasil: séries econômicas, demográficas e sociais de 1550 a 1988*. Rio de Janeiro: 1990.
- _____. *Anuário Estatístico do Brasil, ano XI*. Rio de Janeiro: 1951.
- _____. *Anuário Estatístico do Brasil, ano XX*. Rio de Janeiro: 1990.
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA. *Anuário Estatístico do Brasil, Ano III*. Rio de Janeiro: 1936.
- JACKSON, Luiz Carlos. *Gerações pioneiras na sociologia paulista (1934-1969)*. Tempo Social, v. 19, n. 01, 2007.
- JASMIN, Marcelo Gantus. *História dos Conceitos e Teoria Política e Social: referências preliminares*. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 20, n. 57, 2005.
- JASMIN, Marcelo Gantus & FERRES JUNIOR, João (orgs.). *História dos Conceitos: debates e perspectivas*. Rio de Janeiro: IUPERJ, 2006.
- KANTOR, Iris; SIMÕES, Júlio Assis & MACIEL, Débora (orgs.). *A Escola Livre de Sociologia e Política – Anos de Formação: 1933-1953*. São Paulo: Sociologia e Política, 2010.
- KOSELLECK, Reinhart. *Crítica e crise: uma contribuição à patogênese do mundo burguês*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1999.
- _____. *Uma resposta aos comentários sobre o Geschichtliche Grundbegriffe*. In: JASMIN, Marcelo Gantus & FERRES JÚNIOR, João (orgs.). *História dos conceitos: debates e perspectivas*. Rio de Janeiro: IUPERJ, 2006.
- LAHUERTA, Milton. *Em busca da formação social brasileira: marxismo e vida acadêmica*. Perspectivas, n. 28, 2005.
- _____. *Marxismo e vida acadêmica: os pressupostos intelectuais da crítica uspiana ao nacional-desenvolvimentismo*. In: BOTELHO, André; BASTOS, Élide Rugai & VILLAS BÔAS, Gláucia (orgs.). *O moderno em questão: a década de 1950 no Brasil*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2008.
- LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- LESSA, Renato. *O campo da Ciência Política no Brasil: aproximação construtivista*. In: MARTINS, Carlos Benedito & LESSA, Renato (orgs.). *Horizontes das Ciências Sociais no Brasil: ciência política*. São Paulo: ANPOCS, 2010.
- LIMOEIRO-CARDOSO, Miriam. *Capitalismo Dependente, Autocracia Burguesa e Revolução Social em Florestan Fernandes*. Documentos, Instituto de Estudos Avançados – USP, São Paulo, julho/1997.
- LIMONGI, Fernando. *Mentores e clientelas da Universidade de São Paulo*. In: MICELI, Sérgio (org.). *História das Ciências Sociais no Brasil*. São Paulo: Vértice, 1989.
- LOPES, Marco Antônio. *Aspectos teóricos do pensamento histórico de Quentin Skinner*. Kriterion, n. 123, 2011.
- LYNCH, Christian Edward Cyril. *Por que Pensamento e não Teoria? A Imaginação Político-Social Brasileira e o Fantasma da Condição Periférica (1880-1970)*. Dados – Revista de Ciências Sociais, v. 56, n. 04, 2013.
- MAIA, João Marcelo. *Pensamento Brasileiro e Teoria Social – notas para uma agenda de pesquisa*. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 24, n. 71, 2009.
- MANNHEIM, Karl. *Sociologia Sistemática – Uma Introdução ao Estudo da Sociologia*. São Paulo: Pioneira, 1962.
- _____. *Ideologia e Utopia*. Rio de Janeiro: Zahar Editor, 1972.

- MARIOSIA, Duarcides Ferreira. *Hibridismo e integração nas obras de Florestan Fernandes interpretativas do Brasil*. Dissertação (Mestrado em Sociologia), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Unicamp, 2003.
- _____. *Florestan Fernandes e a Sociologia como crítica dos processos sociais*. Tese (Doutorado em Sociologia), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Unicamp, 2007.
- MARTINS, José de Souza. *Florestan: Sociologia e Consciência Social no Brasil*. São Paulo: Edusp, 1998.
- MARTINS, Tatiana Gomes. *Raízes da sociologia brasileira: Florestan Fernandes e a questão do intelectual*. Dissertação (Mestrado em Sociologia), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Unicamp, 2002.
- _____. *Florestan Fernandes e Guerreiro Ramos: para além de um debate*. Tese (Doutorado em Sociologia), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Unicamp, 2008.
- MASSI, Fernanda. *Franceses e norte-americanos nas ciências sociais brasileiras (1930-1960)*. São Paulo: IDESP, 1988.
- MAZZA, Débora. *A produção sociológica de Florestan Fernandes e a problemática educacional: uma leitura (1941-1964)*. Tese (Doutorado em Sociologia), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Unicamp, 1997.
- MENDONÇA, Ana Waleska P. C. *A universidade no Brasil*. Revista Brasileira de Educação, n. 14, 2000.
- MEUCCI, Simone. *Sobre a Rotinização da Sociologia no Brasil: os primeiros manuais didáticos, seus autores, suas expectativas*. Mediações, v. 12, n. 01, 2007.
- MICELI, Sérgio. *Por uma sociologia das Ciências Sociais*. In: MICELI, Sérgio (org.). *História das Ciências Sociais no Brasil – volume 1*. São Paulo: Vértice, 1989a.
- _____. *Condicionantes do desenvolvimento das Ciências Sociais*. In: MICELI, Sérgio (org.). *História das Ciências Sociais no Brasil*. São Paulo: Vértice, 1989b.
- MOORE JR., Barrington. *As origens sociais da ditadura e da democracia: senhores e camponeses na construção do mundo moderno*. São Paulo: Martins Fontes, 1983.
- MOTA, Carlos Guilherme. *Ideologia da Cultura Brasileira: pontos de partida para uma revisão histórica (1933-1974)*. São Paulo: Ática, 1977.
- _____. *As Ciências Sociais na América Latina: proposta de periodização (1945-1983)*. In: MORAES, Reginaldo; ANTUNES, Ricardo & FERRANTE, Vera B. (orgs.). *Inteligência Brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- MOTTA, Daniele Cordeiro. *Desvendando mitos: as relações entre “raça” e classe na obra de Florestan Fernandes*. Dissertação (Mestrado em Sociologia), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Unicamp, 2012.
- ORTIZ, Renato. *Notas Sobre as Ciências Sociais no Brasil*. Novos Estudos, n. 27, 1990.
- PAIVA, Carlos Augusto Nagel. *Capitalismo dependente e (contra) revolução burguesa no Brasil: um estudo sobre a obra de Florestan Fernandes*. Dissertação (Mestrado em Economia), Instituto de Economia, Unicamp, 1991.
- PÉCAUT, Daniel. *Os Intelectuais e a Política no Brasil – entre o Povo e a Nação*. São Paulo: Ática, 1990.
- PERICÁS, Luiz Bernardo & SECCO, Lincoln (orgs.). *Intérpretes do Brasil – clássicos, rebeldes e renegados*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2014.

- PINTO, Renan Freitas. *A Sociologia de Florestan Fernandes*. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2008.
- POCOCK, John G. A. *Linguagens do ideário político*. São Paulo: Edusp, 2013.
- QUIRINO, Célia. *Departamento de Ciência Política*. Estudos Avançados, v. 08, n. 22, 1994.
- RICUPERO, Bernardo. *Caio Prado Jr. e a nacionalização do marxismo no Brasil*. São Paulo: Editora 34, 2000.
- _____. *Caio Prado Jr. como intérprete do Brasil*. Sinais Sociais, v. 01, n. 01, 2006.
- _____. *Sete lições sobre as interpretações do Brasil*. São Paulo: Alameda, 2008a.
- _____. *Da formação à forma. Ainda as “ideias fora do lugar”*. Lua Nova, n. 73, 2008b.
- _____. *Florestan Fernandes e as Interpretações do Brasil*. In: CEPÊDA, Vera Alves & MAZUCATO, Thiago (orgs.). *Florestan Fernandes, 20 anos depois – um exercício de memória*. São Carlos: Ideias, Intelectuais e Instituições, 2015.
- RODRIGUES, Lidiane Soares. *Entre a academia e o partido: a obra de Florestan Fernandes (1969/1983)*. Dissertação (Mestrado em História Social), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2006.
- _____. *A produção social do marxismo universitário. Mestres, discípulos e ‘Um Seminário’ em São Paulo (1958-1978)*. Tese (Doutorado em História Social), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2012.
- SACCHETTA, Vladimir. *Florestan Fernandes: o sociólogo militante*. Estudos Avançados, v. 10, n. 26, 1996.
- SAMPAIO JR., Plínio Soares de Arruda. *Entre a nação e a barbárie: uma leitura das contribuições de Caio Prado Jr., Florestan Fernandes e Celso Furtado à crítica do capitalismo dependente*. Tese (Doutorado em Economia), Instituto de Economia, Unicamp, 1997.
- SCHWARZ, Roberto. *Ao vencedor as batatas*. São Paulo: Duas Cidades, 1992.
- SEREZA, Haroldo Ceravolo. *Florestan: a inteligência militante*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2005.
- _____. *Florestan Fernandes*. In: PERICÁS, Luiz Bernardo & SECCO, Lincoln (orgs.). *Intérpretes do Brasil – clássicos, rebeldes e renegados*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2014.
- SHIOTA, Ricardo Ramos. *O pressuposto do debate intelectual entre Florestan Fernandes e Guerreiro Ramos: duas versões de teoria crítica da sociedade brasileira?* Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais), Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Faculdade de Filosofia e Ciências, Unesp, 2010.
- SILVA, Márcio Alves. *Discutindo alguns aspectos conceituais da teoria sociológica sobre a questão racial no Brasil: compreendendo a presença de Florestan Fernandes*. Dissertação (Mestrado em Sociologia), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Unicamp, 2004.
- SILVA, Ricardo. *História Intelectual e Teoria Política*. Revista Sociologia & Política, v. 17, n. 34, 2009.
- _____. *O Contextualismo Linguístico na História do Pensamento Político: Quentin Skinner e o Debate Metodológico Contemporâneo*. Dados – Revista de Ciências Sociais, v. 53, n. 02, 2010.

- SKINNER, Quentin. *Visions of Politics – Volume I: Regarding Method*. New York: Cambridge University Press, 2009.
- SOARES, Eliane Veras. *Florestan Fernandes: o militante solitário*. São Paulo: Cortez, 1997.
- _____. *Florestan Fernandes e os dilemas intelectuais contemporâneos*. Sinais – Revista Eletrônica de Ciências Sociais da Universidade Federal do Espírito Santo, v. 01, n. 09, 2011.
- SOARES, Eliane Veras & PORTELA JR., Aristeu. *Dilema racial, nação e “brasilidade”*. In: CEPÊDA, Vera Alves & MAZUCATO, Thiago (orgs.). *Florestan Fernandes, 20 anos depois – um exercício de memória*. São Carlos: Ideias, Intelectuais e Instituições, 2015.
- THOMPSON, Kenneth. *Emile Durkheim*. In: SCOTT, John. *50 sociólogos fundamentais*. São Paulo: Contexto, 2008.
- TIMASHEFF, Nicholas. *Teoria Sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.
- TOLEDO, Caio Navarro de. *Teoria e ideologia na perspectiva do ISEB*. In: MORAES, Reginaldo; ANTUNES, Ricardo & FERRANTE, Vera B. (orgs.). *Inteligência Brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- _____. *Sociologia & Socialismo na obra de Florestan Fernandes*. Crítica e Sociedade: revista de cultura política, v. 01, n. 01, 2011.
- TOTTI, Marcelo Augusto. *Ciência e Educação no pensamento de Alberto Torres, Fernando de Azevedo e Florestan Fernandes: das rupturas paradigmáticas à análise retórica*. Tese (Doutorado em Educação), Programa de Pós-Graduação em Educação Escolar, Unesp, 2009.
- VILLAS BÔAS, Gláucia. *A recepção da sociologia alemã no Brasil*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2006.
- WEFFORT, Francisco C. *Formação do pensamento político brasileiro: ideias e personagens*. São Paulo: Ática, 2006.

ANEXO A

MANUAIS DE SOCIOLOGIA ELABORADOS ENTRE 1900 E 1945 NO BRASIL

	Ano	Manual/Autor	Origem Acadêmica
1	1900	<i>Sociologia Criminal</i> , de Paulo Egydio de Oliveira Carvalho	Direito
2	1906	<i>Estudos de Sociologia Criminal</i> , de Luciano Pereira da Silva	Direito
3	1906	<i>Sociologia criminal: estudos</i> , de J. Mendes Martins	Direito
4	1926	<i>Introdução à sociologia geral</i> , de Pontes de Miranda	Direito
5	1928	<i>Sociologia Aplicada</i> , de Numa P. do Valle	
6	1931	<i>Iniciação à sociologia</i> , de Alceu Amoroso Lima	Direito
7	1931	<i>Sociologia</i> , de Delgado de Carvalho	Geografia
8	1933	<i>Lições de sociologia</i> , de Achiles Archerio Junior	Educação
9	1933	<i>Sociologia Geral</i> , de Rodrigues de Meréje	
10	1933	<i>Ensaio de sinthese sociológica</i> , de Miranda Reis	
11	1934	<i>Sociologia: problemas prévios</i> , de Tito Prates da Fonseca	Economia e Direito
12	1934	<i>Sociologia experimental</i> , de Delgado de Carvalho	Geografia
13	1934	<i>Elementos de Sociologia</i> , de Nelson Omegna	Filosofia
14	1934	<i>Princípios de Sociologia</i> , de Djacyr Menezes	Direito
15	1935	<i>O que é sociologia</i> , de Rodrigues Meréje	
16	1935	<i>Noções de sociologia</i> , de Francisca Peeters	Religiosa

17	1935	<i>Sociologia Aplicada</i> , de Delgado de Carvalho	Geografia
18	1935	<i>Princípios de sociologia</i> , de Fernando de Azevedo	Direito
19	1938	<i>Sociologia cristã</i> , de Guilherme Boing	Religião
20	1938	<i>Sociologia (outros aspectos da filosofia universal: solução dos problemas sociais)</i> , de Manuel Carlos	
21	1938	<i>Noções de sociologia</i> , de Roberto Lyra	Direito
22	1938	<i>Preciso de sociologia</i> , de Paulo Augusto	Química
23	1939	<i>Sociologia Política</i> , de Sízínio Leite da Rocha	
24	1939	<i>Práticas de sociologia</i> , de Delgado de Carvalho	Direito e Economia
25	1940	<i>Sociologia Educacional</i> , de Fernando de Azevedo	Direito
26	1940	<i>Sociologia Educacional</i> , de Delgado de Carvalho	Direito e Economia
27	1940	<i>Fundamentos de sociologia</i> , de Carneiro Leão	Direito
28	1940	<i>Programa de sociologia</i> , de Amaral Fontoura	Filosofia
29	1940	<i>Um esquema de sociologia geral</i> , de Juvenal Paiva Pereira	Educação
30	1941	<i>Formação da sociologia: introdução histórica às ciências sociais</i> , de Severino Sombra	Militar
31	1942	<i>Introdução à sociologia</i> , de Alcionilio Bruzzi Alves da Silva	Religiosa
32	1945	<i>Sociologia: introdução aos seus princípios</i> , de Gilberto Freyre	Direito e Ciências Sociais
33	1945	<i>Teoria e pesquisa em Sociologia</i> , de Donald Pierson	Ciências Sociais

Fonte: informações coletadas a partir do quadro elaborado por Meucci (2007: 55) e da relação de autores elaborada por Meucci (2007: 56-64). Quadro reelaborado pelo autor.

ANEXO B

REPERTÓRIO BIBLIOGRÁFICO, CONCERNENTE ÀS PRINCIPAIS
CONTRIBUIÇÕES DOS SOCIÓLOGOS MENCIONADOS NO ITEM
III DO ARTIGO

Relação dos nomes dos autores apresentados por Florestan Fernandes (não reproduzimos, neste anexo, as obras de cada autor que Florestan menciona)	
Anderson, Nels	Becker, Howard
Bernard, Luther Lee	Blumer, Herbert G.
Bogardus, Emory S.	Bossard, James H. S.
Bouglé, Celestin	Brown, L. Guy
Burgess, Ernest W.	Cavan, Ruth S.
Center, Richards	Chapin, F. Stuart
Comte, Isidore Auguste M. F. Xavier	Cooley, C. Horton
de Greef, Guillaume	Descamps, Paul
Dodd, Stuart C.	Dollard, John
Dunham, H. Warren	Dunkmann, Karl
Dupréel, Eugène	Durkheim, Émile
Ellwood, Charles A.	Elmer, Manuel C.
Espinas, Alfred	Faris, Robert E. L.
Fauconnet, Paul	Frazer, Sir James G.
Frazier, E. Franklin	Frank, Lawrence K.
Freyer, Hans	Fry, C. Luther
Geiger, Theodor	Gerth, Hans H.
Giddings, Franklin	Ginsberg, Morris
Glass, David V.	Goode, William F.
Greenwood, Ernst	Gumplowicz, Ludwig
Gurvitch, Georges D.	Guttman, Louis H.
Halbwachs, Maurice	Hatt, Paul K.
Hiller, Ernest T.	Hobhouse, L. Trelawny
Homans, George C.	Hughes, Everett C.

Hyman, Herbert H.	Keller, A. Galloway
Landtman, Gunnar	Lazarsfeld, Paul F.
Lemert, Edwin M.	Levy, Marion J.
Le Play, Pierre Guillaume Frédéric	Lévy-Bruhl, Lucien
Lévy-Strauss, Claude	Lilienfeld-Toailles, Pavel Fedorovich
Lundberg, Georg A.	Lynd, Robert S.
Lynd, Robert S. & Lynd, H. M.	Madge, John
Maine, Sir Henry J. Summer	Mannheim, Karl
Marx, Karl	Maunnier, René
Mauss, Marcel	McDougall, William
McKenzie, Roderick D.	Merril, Francis E.
Merton, Robert K.	Mills, C. Wright
Moreno, J. L.	Mowrer, Ernest R.
Mukerjee, Radhakamal	Murphy, Gardner
Murphy, Lois Barclay	Newcomb, Theodore M.
Novikov, Jacob A.	Ogburn, William Fielding
Oppenheimer, Franz	Palmer, Viven M.
Pareto, Vilfredo	Park, Robert E.
Parsons, Talcott	Phelps, Harold A.
Przyluski, Jean	Radcliffe-Brown, Alfred Reginald
Ratzenhofer, Gustav	Reckless, Walter C.
Rice, Stuart A.	Ross, Edward A.
Schäffle, Albert E. F.	Scheler, Max
Shaw, Clifford R.	Silberman, Leo
Simiand, François	Simmel, Georg
Small, Albion W.	Sombart, Werner
Sorokin, Pitirim A.	Spann, Othmar
Spencer, Herbert	Stouffer, Samuel A.
Summer, William Graham	Tarde, Gabriel de
Thomas, W. Isaac	Thrasher, Frederic M.
Thurnwald, Richard	Tönnies, Ferdinand
Vierkandt, Alfred	Ward, Lester

Warner, W. Lloyd	Weber, Alfred
Weber, Max	Weinberg, S. Kirson
Westermarck, Edward A.	Wheeler, G. C.
von Wiese und Kaiserwaldau, Leopold	Wirth, Louis
Worms, René	Young, Pauline V.
Znaniacki, Florian	Zorbaugh, Harvey W.

Fonte: informações coletadas a partir de Fernandes (1976b: 45-64). Quadro reelaborado pelo autor.

ANEXO C

AUTORES MAIS CITADOS POR FLORESTAN FERNANDES NA OBRA *ENSAIOS DE SOCIOLOGIA GERAL E APLICADA*, PUBLICADA ORIGINALMENTE EM 1960

Número de Citações	Autor(es)
224	Karl Marx
100	Karl Mannheim
51	Levy-Bruhl
33	Emile Durkheim
26	Comte
24	Max Weber; Freud
23	Tönnies; Hegel; Engels
22	Freyer
16	Feuerbach; Costa Pinto
14	Sorokin; Simiand
12	Spencer; Sombart
10	Znaniack
9	Gurvitch; Ginsberg
8	W. Thomas; Scheler; Rickert
7	Mauss; Proudhon
6	Parsons; Sumner; Adam Smith; David Ricardo
5	Le Play; Malthus; Lilienfield; Stuart Mill; Hobhouse; Dilthey; Keckskemeti; Radcliffe-Brown; Warner; Bossard; von Stein
4	Simmel; Cooley; Ogburn; Lazarsfeld; Giddings; Espinas; Eric Fromm; Roger Bastide; Worms; Pauline Young; Saint-Simon; Park; Burgess; Melville Herskovits; Hyman; Seligman; Sidney Hook
3	Pareto; Ward; Ross; von Wiese; Moreno; Small; Condorcet; Schäffle; De Greef; Alfred Weber; Wheeler Karen Horney; Lasswell; Palmer, Chapin; Stouffer; Loundberg; Merton; Halbwachs; Ruth Bunzel
2	Thrasher; Rousseau; Tarde; MacIver; Geiger; Dupréel; Montesquieu; Gumpłowicz; Oppenheimer; Darwin; Adorno; Maurice Leenhardt; Roheim; Kardiner; Dodd; Bettelheim; Ianowitz; Ellwood; Wirth; Shaw; Dunham; Blumer; Guttman; Lévy-Strauss; Merrill; Schneirla; Becker; Lunt; Shenton; Laski; Nash; Auguste Hollingshead; Darryl Forde; Owen; Richard Thurnwald; Karl Kautsky; Windelband; Stuart Rice
1	diversos

Fonte: Dados coletados no livro *Ensaio de Sociologia Geral e Aplicada*, publicado por Florestan em 1960. Quadro elaborado pelo autor.

ANEXO D

AUTORES MAIS CITADOS POR FLORESTAN FERNANDES NA OBRA
ELEMENTOS DE SOCIOLOGIA TEÓRICA, PUBLICADA ORIGINALMENTE
 EM 1970

Número de Citações	Autores
114	Karl Mannheim
54	Emile Durkheim
20	Malinowski; Radcliffe-Brown
19	Karl Marx
17	Gurvitch
14	Tönnies; Ralph Linton; Warner; Lunt
12	Max Weber
10	Simmel; Sol Tax
9	Robert Lowie
8	Comte
7	Mauss
6	Parsons
5	Von Wiese; MacIver; Spencer
4	Espinas; Cooley; Tarde; Levy; Rivers; Freyer
3	Braun-Blanquet; Kroeber; Le Play; Franz Boas
2	Rabaud; Tinbergen; Alee; Giddings; Francis Bacon; Wirth; Pareto; Gordon Brown; James Barnett; Hobhouse; Sumner; Ross; Stuart Mill; Cassirer; Park; Merton; Thurnwald; Kluckhohn; Kant; Max Lerner; Le Bom
1	Wheeler; Picard; Carthy; Thorpe; Schneirla; Zuckerman; Dobzhanski; Hawley; Asch; Scheler; Znanieck; Dewey; Isaac Newton; Albert Schäffle; Hauser; Gumpłowicz; Sauvy; Weitz; Eisenstadt; Rosenmayer; Engels; W. Thomas; Herskovits; Vierkandt; Halbwachs; Herbert Baldus; Lumley; Simiand; Myrdall; La Pierre; R. G. Smith; Mac Dougall; Sighele; Ward; Kaufmann; Saint-Simon; Maunier; Burgess; R. Poier; Neil J. Smelser; Renner; Firth; Nadel; Bateson; Evans-Pritchard; Mühlmann; Gouldner; Redfield; Steward; Spinoza; Hegel; Fauerbach; Wundt; Dilthey; Wildelband; Rickert; Scheller; Small; Malthus; David Ricardo; Adam Smith; von Uexkül

Fonte: Dados coletados no livro *Elementos de Sociologia Teórica*, publicado por Florestan em 1970.
 Quadro elaborado pelo autor.

ANEXO E

AUTORES MAIS CITADOS POR FLORESTAN FERNANDES NA OBRA *A NATUREZA SOCIOLOGICA DA SOCIOLOGIA*, PUBLICADA ORIGINALMENTE EM 1980

Número de Citações	Autores
65	Karl Marx
38	Friedrich Engels
21	Lênin
15	Karl Mannheim
14	Wright Mills
12	Gouldner
11	Emile Durkheim
8	Max Weber; Bukharin
7	Parsons
6	Marcuse; Lukács; Comte
5	Le Play
4	Gramsci; Hilferding; Mandel
3	Habermas; Saint-Simon; Fourier; Proudhon; Stuart Mill; Mauss; Tönnies; von Wiese; Merton; Gorz; Hegel; Rosa Luxemburgo; Preobrazhenski
2	Freyer; Kautsky; Scheler; Spencer; Simiand; Rousseau; Owen; Shills; Dodd; Sartre; Korsch; Goldmann; Mao-Tsé-Tung; Ho Chi Minh; Trotsky; Stalin
1	Adorno; House; Cuvillier; Montesquieu; Giddings; Hobhouse; Tarde; Simmel; Cooley; Ross; Small; Malinowski; Keynes; Raymond Aron; Horkheimer; Schumpeter; Wiener; Veblen; Lasch; Lazarsfeld; Stouffer; Berelson; Gaudet; Goffman; Garfinkel; Homans; Levy Jr.; Smelser; Eisenstadt; Lundberg; Ackof; Rashevsky; Willer; Lipset; Pareto; Aristóteles; Galbraith; Birnbaum; Bernstein; Lassalle; Lefebvre; Althusser; Della Volpe; Konstantinov; Santiago Carrillo; Plékhanov; Axelrod; Zazulitch; Baran; Bettelheim; Sweezy Miliband; Poulantzas; O'Connor; W. Brus; Fidel Castro; Che Guevara; Leonild Brezhnev; Batista (ditador cubano)

Fonte: Dados coletados no livro *A Natureza Sociológica da Sociologia*, publicado por Florestan em 1980. Quadro elaborado pelo autor.

ANEXO F

TRABALHOS PUBLICADOS POR FLORESTAN FERNANDES

Ano de Publicação	Título
1946	Introdução à <i>Contribuição à Crítica da Economia Política</i> , de Karl Marx
1949	<i>A Organização Social dos Tupinambá</i>
1952	<i>A Função Social da Guerra na Sociedade Tupinambá</i>
1953	<i>Ensaio sobre o Método de Interpretação Funcionalista na Sociologia*</i>
1958	<i>A Etnologia e a Sociedade no Brasil – Ensaio sobre aspectos da formação e desenvolvimento das Ciências no Brasil**</i>
1959	<i>Negros e Brancos em São Paulo</i> (com Roger Bastide)***
1960	<i>Ensaaios de Sociologia Geral e Aplicada</i>
1960	<i>Mudanças Sociais no Brasil</i>
1961	<i>Folclore e Mudança Social na Cidade de São Paulo</i>
1962	<i>A Sociologia numa Era de Revolução Social</i>
1964	<i>A Integração do Negro na Sociedade de Classes</i>
1966	<i>Educação e Sociedade no Brasil</i>
1967	<i>Fundamentos Empíricos da Explicação Sociológica****</i>
1968	<i>Sociedade de Classes e Subdesenvolvimento</i>
1969/1970	<i>The Latin American in Residence Lectures</i>
1970	<i>Elementos de Sociologia Teórica</i>
1972	<i>O Negro no Mundo dos Brancos</i>
1972	<i>Comunidade e Sociedade – volume 1 (leituras básicas de Introdução ao Estudo Macro-Sociológico do Brasil)</i>
1973	<i>Las Clases Sociales en América Latina</i> (com Nicos Poulantzas e Alain Touraine) – traduzido para o português em 1977
1973	<i>Comunidade e Sociedade – volume 2 (leitura sobre problemas conceituais, metodológicos e de aplicação)</i>
1973	<i>Capitalismo Dependente e Classes Sociais na América Latina</i>
1975	<i>A Revolução Burguesa no Brasil – ensaios de interpretação sociológica</i>
1975	<i>A Investigação Etnológica no Brasil e Outros Ensaios</i>

1975	<i>A Universidade Brasileira: reforma ou revolução?</i>
1976	<i>Circuito-Fechado (ensaios sobre o “poder institucional”)</i>
1977	<i>A Sociologia no Brasil – contribuição para o estudo de sua formação e desenvolvimento</i>
1977	<i>As Classes Sociais na América Latina</i>
1978	<i>A Condição de Sociólogo</i>
1978	<i>O Folclore em Questão</i>
1978	<i>Lênin (Coleção Grandes Cientistas Sociais)</i>
1979	<i>Da Guerrilha ao Socialismo: a Revolução Cubana</i>
1979	<i>Apontamentos sobre a “Teoria do Autoritarismo”</i>
1980	<i>Brasil: Em compasso de espera</i>
1980	<i>A Natureza Sociológica da Sociologia</i>
1980	<i>Movimento Socialista e Partidos Políticos</i>
1981	<i>Poder e Contra-Poder na América Latina</i>
1981	<i>O que é Revolução?</i>
1982	<i>A Ditadura em Questão</i>
1983	<i>Marx/Engels (Coleção Grandes Cientistas Sociais)</i>
1984	<i>A questão da USP</i>
1986	<i>Nova República?</i>
1986	<i>Que Tipo de República?</i>
1988	<i>O Processo Constituinte</i>
1989	<i>A Constituição Inacabada, Vias históricas e significado</i>
1989	<i>O Desafio Educacional</i>
1989	<i>Pensamento e Ação: o PT e os Rumos do Socialismo</i>
1989	<i>O Significado do Protesto Negro</i>
1990	<i>A Transição Prolongada</i>
1990	<i>As Lições da Eleição</i>
1991	<i>Depoimento (in Memória Viva da Educação Brasileira, n. 01, INEP, 1991)</i>
1991	<i>O PT em Movimento – contribuição ao I Congresso do Partido dos Trabalhadores</i>
1991	<i>Reflexão sobre o Socialismo e a Autoemancipação dos Trabalhadores</i>
1992	<i>Parlamentarismo: Contexto e Perspectiva</i>

1992	<i>O Colapso do Governo Collor e outras Reflexões</i>
1993	<i>LDB: Impasses e Contradições</i>
1994	<i>Democracia e Desenvolvimento – A Transformação da Periferia e o Capitalismo Monopolista da Era Atual</i>
1994	<i>Consciência Negra e Transformação da Realidade</i>
1995	<i>Tensões na Educação</i>
1995	<i>Em Busca do Socialismo</i>
1995	<i>A Contestação Necessária</i> (foi publicado postumamente em 1996)

Fonte: Fundo Florestan Fernandes (Departamento de Coleções de Obras Raras e Especiais – DECORE, da Biblioteca Comunitária – BCo, da Universidade Federal de São Carlos – UFSCar). *Esta publicação não consta do levantamento feito por Octávio Ianni (Ianni: 1991). **Esta publicação consta com um título diferente (“*Sociologia*” no lugar de “*Sociedade*”) no levantamento feito por Ianni (1991). ***Esta publicação consta com um título diferente (invertido) no levantamento feito por Ianni (1991). ****Esta publicação consta com data diferente (“1959”) no levantamento feito por Ianni (1991).